



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Geografia - GEA

MARCELA MARANHÃO DOS SANTOS

**GEOGRAFIA E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS – UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA EM CEILÂNDIA (DF)**

Brasília - DF, 2021

MARCELA MARANHÃO DOS SANTOS

**GEOGRAFIA E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS – UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA EM CEILÂNDIA (DF)**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para a obtenção dos títulos de Licenciada e Bacharela em Geografia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Brasília - DF, 2021

**GEOGRAFIA E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS – UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA EM CEILÂNDIA (DF)**

Marcela Maranhão dos Santos

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para a obtenção dos títulos de Licenciada e Bacharela em Geografia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nelba Azevedo Penna

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Nelba Azevedo Penna (GEA – UnB) – Orientadora

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (GEA – UnB)

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos (GEA – UnB)

Prof^a. Dr^a. Marli Sales (GEA – UnB)

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Marcela Maranhão.

Geografia e a distribuição espacial dos homicídios – um estudo sobre a violência em Ceilândia (DF). / Marcela Maranhão dos Santos;

Orientadora Nelba Azevedo Penna. -- Brasília, 2021.

p 100.

Monografia (Graduação – Geografia) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Análise espacial. 2. Espaço Urbano. 3. Violência. 4. Homicídios. I. Azevedo Penna, Nelba, orient. II. Título.

Referência Bibliográfica

SANTOS, Marcela Maranhão. Geografia e a distribuição espacial dos homicídios – um estudo sobre a violência em Ceilândia (DF). Brasília, 2021, -- páginas. Monografia de Graduação (Disciplina Prática e Pesquisa de Campo 2), - Departamento de Geografia, Instituto de Ciência Humanas, Universidade de Brasília.

Concessão de direitos

Nome da autora: Marcela Maranhão dos Santos

Geografia e a distribuição espacial dos homicídios – um estudo sobre a violência em Ceilândia (DF)

Grau: Licenciada e Bacharelada, 2021.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender cópias somente para propósito acadêmico. A autora reserva direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Marcela Maranhão dos Santos

Maior de 2021.

AGRADECIMENTOS

À Carla Adriana, minha mãe, por sempre ter acreditado em meus sonhos e por todas as batalhas que enfrentamos juntas para que eu pudesse chegar onde cheguei.

À Marcelo Machado, meu pai, por me motivar e me apoiar de todas as formas possíveis.

À Professora Nelba Penna, por me orientar de forma tão carinhosa que além de minha orientadora se tornou uma grande amiga além de uma grande referência no meio acadêmico.

Aos meus amigos do Black Bonde, que sempre estiveram comigo durante toda a graduação, dando conselhos, me apoiando, emprestando livros e bibliografias e, principalmente, me fazendo rir nos momentos que mais precisava.

À minha amiga Gabriella Emily, minha companheira desde o primeiro semestre, que especialmente me fez enxergar a Universidade com outros olhos.

Ao meu amigo Alessandro Igor, que me ajudou de forma inexplicável na reta final da graduação me ensinando muitas coisas.

A todos os envolvidos na minha caminhada até aqui, meus professores da Educação Básica que contribuíram para minha formação básica e que me incentivaram a ingressar na Universidade sempre me fazendo acreditar que a educação é o caminho.

Em especial, agradeço ao Vinícius Gabriel, meu companheiro de vida, que esteve comigo nos melhores e piores momentos, mas que nunca me deixou cogitar desistir. Te amo muito, meu amor.

RESUMO

A realidade das grandes cidades brasileiras é complexa. As populações citadinas vivenciam cotidianamente diversos problemas relacionados ao crescimento urbano e, dentre os seus desafios, enfrentam um fenômeno multifacetado que se apresenta através de diversas dimensões, a violência. A violência pode ser caracterizada por meio de várias condutas, sendo os homicídios caracterizados como os crimes mais extremos dentro de seu contexto. Ceilândia, desde o seu processo de construção é considerada uma das cidades mais perigosas do Distrito Federal. Destaca-se que a cidade surgiu por meio de um processo segregatório de políticas públicas habitacionais, conduzido pelo Governo do Distrito Federal (GDF) durante a década de 1970. Com o intuito de verificar a historicidade e a socioespacialidade da violência em Ceilândia bem como os homicídios ocorridos na cidade, a pesquisa teve como objetivo geral compreender a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia verificando a estrutura do espaço urbano da cidade considerando o processo de segregação ocorrido neste espaço. A distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia foi realizada através da análise de dados disponibilizados pela Polícia Civil do DF (PCDF), no período entre 2010 e 2019, possibilitando a confecção do mapeamento dos homicídios na cidade. A pesquisa foi realizada em três momentos: primeiramente através de pesquisa bibliográfica e documental; perpassando pela pesquisa estatística e; sendo finalizada com a análise e compreensão dos resultados obtidos.

Palavras-Chave: Violência; Homicídios; Ceilândia; Distribuição Geográfica; Espaço Urbano.

ABSTRACT

The reality of the big Brazilian cities is complex. People who live in these cities experience several problems related to urban growth in daily life. They face a multifaceted phenomenon that presents itself through different dimensions: violence. Violence can be characterized by various demeanors. However, homicide is the most extreme crime within violence. Ceilândia, since its construction, is considered one of the most dangerous cities in the Federal District. It is noteworthy that the city emerged through a segregation process of public housing policies, conducted by the Government of the Federal District (GDF, in Portuguese) during the 1970s. To verify the historicity and socio-spatiality of violence in Ceilândia, as well as homicides that occurred in the city, the present research has the main goal of understanding the spatial distribution of homicides in Ceilândia, verifying the structure of the urban space of the city considering its process of segregation. The spatial distribution of homicides in Ceilândia was carried out through the analysis of data provided by the Civil Police of the Federal District (PCDF, in Portuguese), during the period from 2010 to 2019, which led to the mapping of homicides in the city. The research was carried out in three moments: firstly, through bibliographic and documentary research; secondly, through statistical research; and, lastly, with the analysis and understanding of the obtained results.

Keywords: Violence; Homicide; Ceilandia; Geographic distribution; Urban Space.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Quadro de síntese metodológica.....	20
--	----

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Complexo do IAPI em 1969.....	35
IMAGEM 2: Transferência das famílias da Vila IAPI para a atual Ceilândia.....	38
IMAGEM 3: Ceilândia em 1971.....	40
IMAGEM 4: Plano Urbanístico de Ceilândia.....	43
IMAGEM 5: Início da urbanização em Ceilândia.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número de Homicídios por Região Administrativa.....	63
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Homicídios em Ceilândia.....	78
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2010.....	65
FIGURA 2: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2011.....	66
FIGURA 3: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2012.....	67
FIGURA 4: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2013.....	68
FIGURA 5: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2014.....	69
FIGURA 6: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2015.....	70
FIGURA 7: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2016.....	71
FIGURA 8: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2017.....	72
FIGURA 9: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2018.....	73
FIGURA 10: Taxa de incidência dos homicídios no DF em 2019.....	74
FIGURA 11: Índice de Vulnerabilidade Social Geral do Distrito Federal.....	76
FIGURA 12: Dimensões do IVS por Região Administrativa.....	77

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização Complexo IAPI, Plano Piloto e Ceilândia.....	38
MAPA 2: Evolução Urbana de Ceilândia.....	45
MAPA 3: Homicídios em Ceilândia (2010).....	81
MAPA 4: Homicídios em Ceilândia (2011).....	82
MAPA 5: Homicídios em Ceilândia (2012).....	83
MAPA 6: Homicídios em Ceilândia (2013).....	84
MAPA 7: Homicídios em Ceilândia (2014).....	85
MAPA 8: Homicídios em Ceilândia (2015).....	86
MAPA 9: Homicídios em Ceilândia (2016).....	87
MAPA 10: Homicídios em Ceilândia (2017).....	88
MAPA 11: Homicídios em Ceilândia (2018).....	89
MAPA 12: Homicídios em Ceilândia (2019).....	90

LISTA DE ABREVIações

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões

CODEPLAN– Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DGI – Departamento de Gestão de Informação

GDF– Governo do Distrito Federal

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PLANIDRO– Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

QNQ – Quadra Norte Q

QNR –Quadra Norte R

RA – Região Administrativa

SHIS – Sociedade de Habitações de Interesse Social

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UF – Unidade da Federação

UPT– Unidade de Planejamento Territorial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A VIOLÊNCIA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	22
2. DE CENTRO DE ERRADICAÇÃO À REGIÃO ADMINISTRATIVA.....	31
2.1 A construção do Plano Piloto de Brasília e a ocupação do território do DF	31
2.2 Formação das periferias arredores de Brasília: Vila IAPI.....	33
2.3 Centro de Erradicação de Invasões: CEI.....	36
2.4 Caracterização do espaço urbano de Ceilândia.....	41
3. ESTRUTURA DO ESPAÇO URBANO DE CEILÂNDIA E A VIOLÊNCIA.....	49
3.1 Espaço, Sociedade e Violência – Os homicídios em Ceilândia.....	52
4. HOMICÍDIOS NO ESPAÇO URBANO.....	62
4.1 Homicídios no Distrito Federal.....	63
4.1.1 As dimensões da vulnerabilidade no Distrito Federal.....	75
4.2 Distribuição espaço-temporal dos homicídios em Ceilândia e sua relação com o espaço urbano.....	77
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	92

INTRODUÇÃO

A violência é um fato que está presente em todas as sociedades e em todos os tempos (FERREIRA e PENNA, 2015). No Brasil, a violência urbana apresenta-se por meio das desigualdades sociais que promovem a segregação socioespacial. Conforme dados apontados pelo Atlas da Violência (2019), em 2017, 65.602 pessoas foram assassinadas no Brasil, aproximadamente 180 mortes por dia. Dessa forma, apreende-se que a violência é algo cotidiano na vida dos brasileiros, em especial, no que tange às minorias sociais.

Sabendo que a Geografia tem como principal categoria de análise o espaço e as suas relações, destaca-se a necessidade desse estudo sobre a violência levando em conta que ela não se especializa de forma semelhante em todo o território, evidenciando que não é um evento padronizado. Converte-se a ideia de que existem diversos motivos para que isso aconteça, visto que a violência é um acontecimento multifatorial. Neste estudo buscou-se trabalhar a violência tendo como recorte empírico de análise os homicídios em Ceilândia a partir do método geográfico, através do estudo da produção do espaço urbano considerando-o em sua totalidade, onde os homicídios aparecem como uma das dimensões dessa produção.

Nesse contexto, considerando que os homicídios compõem um dos principais indicadores da violência, almeja-se identificar na sua distribuição espacial, em Ceilândia – Distrito Federal, os elementos presentes nesse processo. Os homicídios em Ceilândia foram escolhidos como recorte empírico de análise desse trabalho, pois já é sabido que essa é uma região do DF conhecida principalmente por conta de seus elevados índices de violência. A escolha da cidade para esta pesquisa se deu pelo objetivo de analisar o comportamento da violência nesse espaço, buscando entender como os homicídios se distribuem nesse território e que elementos contribuem para tal.

Neste estudo, duas perspectivas de produção do espaço urbano serão abordadas, são elas: a produção do espaço exercida pelo Estado e; a produção espacial realizada pelos grupos socialmente excluídos.

Procurando desvendar os espaços violentos de Ceilândia e analisar os homicídios na cidade, as perguntas que nortearam o estudo são: a construção segregada do espaço urbano de Ceilândia tem relação com os índices de homicídios? Quais localidades da cidade têm mais homicídios e por que essas áreas são mais afetadas que outras?

O trabalho tem como objetivo geral compreender a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia verificando a estrutura do espaço urbano da cidade

considerando o processo de segregação ocorrido neste espaço. Logo, os objetivos específicos, consistem em:

- 1- Identificar os elementos que compõe a estrutura do espaço urbano de Ceilândia.
- 2- Verificar os índices de homicídios e relacioná-los com indicadores sociais, como o Índice de Vulnerabilidade Social, de Ceilândia e do Distrito Federal.
- 3- Analisar a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia de acordo com as quadras dos acontecimentos por meio do trabalho de mapeamento.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir com algo a mais no conhecimento da temática dos homicídios, auxiliando, de alguma forma, para uma melhor compreensão do tema fundamentado na Ciência Geográfica.

O período estudado refere-se aos anos de 2010 e 2019, visto que nos últimos anos os índices de homicídios se mostraram bastante oscilantes não só em Ceilândia, mas em todo o Distrito Federal. Sabendo que Ceilândia passou por diversas transformações ao longo dos anos, procura-se no seu espaço urbano elementos suficientes para compreender melhor o evento.

Importante salientar que essa pesquisa será baseada nos dados para Ceilândia durante o período em que a cidade ainda contemplava os setores Sol Nascente e Pôr do Sol, que foram criados através da Lei Complementar nº 785 de 14 de novembro de 2008¹. A lei dispõe sobre a criação dos setores na RA de Ceilândia e estabelece parâmetros para a aprovação de projetos urbanísticos para o local. Atualmente, os setores habitacionais do Sol Nascente e Pôr do Sol configuram-se como uma nova RA (XXXII) não fazendo mais parte de Ceilândia², no entanto, os dados disponibilizados pela PCDF contabilizam os homicídios ocorridos nesses locais dentro do total de homicídios de Ceilândia, uma vez que, durante o período estudado, Sol Nascente e Pôr do Sol ainda se configuravam como setores da cidade.

De acordo com a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV), atualmente o Distrito Federal é dividido em 33 Regiões Administrativas, cada uma com suas Administrações Regionais cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental com fins descentralizadores tanto nos âmbitos administrativos como

¹ Lei Complementar nº 785 de 14 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/59079/Lei_Complementar_785_14_11_2008.html Acesso em: 07 abr., 2021.

² Pôr do Sol/ Sol Nascente se torna a 32ª Região Administrativa do DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/14/por-do-solsol-nascente-se-torna-a-32a-regiao-administrativa-do-df.ghtml> Acesso em: 05 out., 2020.

coordenativos dos serviços públicos³. Reitera-se que durante o período analisado, o DF contava com 31 RA's.

O estudo segue uma abordagem estratégica de metodologia envolvendo métodos qualitativos e quantitativos. Trata-se de uma pesquisa com procedimentos concomitantes, que é definido por Creswell (2007), como: “[...] a convergência de dados quantitativos e qualitativos a fim de obter uma análise ampla do problema de pesquisa” (CRESWELL, 2007, p. 33).

Assim sendo, as três primeiras etapas da pesquisa estão associadas aos métodos qualitativos estando relacionados com a coleta de informações textuais de uma fonte direta de dados possuindo caráter descritivo e a última etapa do estudo é baseada nos métodos de pesquisa quantitativa, isso porque envolve uma estratégia investigativa através da coleta de dados estatísticos. Por existir a integração dos dois métodos, trata-se de uma pesquisa mista na qual obtém-se tanto informações textuais, quanto numéricas e uma coleta sequencial de dados qualitativos e quantitativos (CRESWELL, 2007).

Na primeira etapa do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratória, perpassando por seleções e análises para alcançar a definição dos homicídios, da violência e do espaço urbano. Gil (2008, p.50) caracteriza pesquisa bibliográfica da seguinte maneira: “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Contudo, a pesquisa bibliográfica específica tornou-se importante para compreender de maneira mais abrangente os processos socioespaciais constitutivos de Ceilândia. As fontes bibliográficas foram selecionadas a partir de livros, artigos publicados em periódicos, anais de congressos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado.

Igualmente, foi realizado um levantamento documental, visto que estudos sobre violência são muito comuns em registros cursivos, que em conformidade com Gil: “são os documentos elaborados por agências governamentais” (GIL, 2008, p.147). Além disso, também foram utilizadas matérias de jornais, considerando que a violência em Ceilândia está comumente nas manchetes. Ainda de acordo com Gil: “O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa exploratória. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes” (GIL, 2008, p.

³ Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV). Administrações Regionais. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/> Acesso em: 07 abr.,2021.

51). Além de documentos relacionados a violência tendo como indicativos os homicídios, também se utilizou de indicadores sociais como o de vulnerabilidade, visando relacioná-los.

Dessa forma, foram empregados os dados acerca da estratificação dos grupos de RA's de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DF que classificou as RA's em quatro grupos segundo os padrões de rendimento médio. Na última PDAD (2018) foram divulgados os resultados gerais da pesquisa de domicílios do DF que seguiu a mesma lógica do relatório publicado pela PED. De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios (PDAD, 2018), as RA's do DF estão agrupadas da seguinte forma:

- Grupo 1 (alta renda) – Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal. Renda domiciliar média de 2018 de R\$ 15.635,00;
- Grupo 2 (média-alta renda) – Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. Renda domiciliar média em 2018 de R\$ 7.321,00;
- Grupo 3 (média-baixa renda) – Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. Renda domiciliar média em 2018 de R\$ 3.123,00;
- Grupo 4 (baixa renda) – Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA–Estrutural e Varjão. Renda domiciliar média em 2018 de R\$ 2.476,00.

Vale ressaltar que a estratificação com base na renda foi utilizada apenas com o intuito de agrupar as RA's visto que, somente a separação por renda não é capaz de indicar a vulnerabilidade de determinada localidade. Em um país estruturalmente desigual, a renda é apenas um dos indicadores sociais que influencia na vulnerabilidade.

Sabendo disso, utilizou-se o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do DF (versão preliminar) que é fornecido pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN)⁴ e construído de acordo com indicadores simples que retratam a vulnerabilidade social nas RA's do DF baseado nos dados extraídos da PDAD. O índice varia de 0 a 1, sendo 1 o indicador de maior vulnerabilidade social (CODEPLAN, 2020).

⁴ Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal. Resultados. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/12/2020.12.16-IVS-DF-Resultados.pdf>
Acesso em: 6 jan., 2021.

O IVS considera outras dimensões que podem influenciar no índice de vulnerabilidade além da renda.

De acordo com a CODEPLAN (2020), o ponto de partida para a elaboração do IVS do DF foi baseado nos índices utilizados pelo IPEA⁵ que procuram dar destaque às situações de exclusão e vulnerabilidade social no Brasil indo além da identificação da pobreza, mas também compreendendo a falta de recursos monetários (IPEA, 2015). Para obter os resultados dos índices do DF, a PDAD 2018 – realizada também pela CODEPLAN – foi utilizada juntamente com o IVS – realizado pelo IPEA –.

O objetivo do IVS é mostrar deficiências ou ausências de dispositivos que deveriam estar ao alcance de todos os cidadãos brasileiros. Sendo assim, o IVS divide-se em 4 dimensões (apresentando indicadores em cada uma delas):

- Dimensão 1 – Infraestrutura e Ambiente Urbana: soma dos indicadores de acesso ao saneamento básico; o tempo de deslocamento para o trabalho; a condição viária e; a condição das calçadas e a ambiente urbana.
- Dimensão 2 – Capital Humano: soma os indicadores de crianças e jovens de 0 a 17 anos fora da escola; mulheres de 14 a 17 anos que são mães; taxas de analfabetismo de indivíduos acima de 15 anos; domicílios que não contam com nenhum membro com ensino fundamental completo; pessoas entre 15 e 24 anos que não estudam e nem trabalham; indivíduos entre 15 e 18 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e; pessoas entre 19 e 25 anos que não concluíram o Ensino Médio.
- Dimensão 3 – Renda e Trabalho: calculada com base nos seguintes indicadores: renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; desocupação da população de 18 anos ou mais; informalidade da população acima de 18 anos; desalento da população com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; pessoas autônomas com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e; disparidade renda entre os domicílios chefiados por mulheres e por homens.
- Dimensão 4 – Habitacional: conta com os indicadores de: precariedade habitacional; adensamento domiciliar excessivo; coabitação familiar em domicílio alugado; ônus excessivo do aluguel e; lotes não regularizados.

⁵ Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf Acesso em: 19 out., 2020.

Essas 4 dimensões fornecem a base para o IVS geral das RA's do DF. O IVS pode ser lido da seguinte forma: faixa 1 – de 0 a 0,200 = muito baixa vulnerabilidade social; faixa 2 – de 0,200 a 0,300 = baixa vulnerabilidade social; faixa 3 – de 0,300 a 0,400 = média vulnerabilidade social; faixa 4 – de 0,400 a 0,500 = alta vulnerabilidade social; faixa 5 – de 0,500 a 1 = muito alta vulnerabilidade social.

Por fim, tornou-se necessária a pesquisa estatística dos dados de homicídio, tais como: a localização do crime e o ano dos acontecimentos. Os dados utilizados foram disponibilizados pelo Departamento de Gestão de Informação (DGI) da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), que foi contatada através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) portal do GDF, o qual permite que os cidadãos obtenham acesso às informações de variados órgãos de acordo com a Lei nº 12.527.

As variáveis referentes aos homicídios solicitados à PCDF foram: o banco de dados de homicídios de todas as RA's do DF entre os anos de 2010 e 2019; os locais em que aconteceram os crimes (quadras) e a RA envolvida no homicídio. O requerimento destes dados foi solicitado para a melhor compreensão das taxas de homicídio no DF e em Ceilândia tal como a distribuição espacial dos homicídios nas cidades.

Os dados recebidos foram tratados em diferentes etapas, sendo a primeira delas a estratificação dos homicídios por RA de acordo com os anos em que ocorreram. Com o objetivo de identificar as RA's que obtiveram as mais altas taxas de homicídios, foi realizado o cálculo de incidência dos homicídios por RA. A taxa de incidência é calculada com base no número de homicídios em um determinado período e local levando em consideração a população nesse mesmo local e período analisados. Para que fosse possível a realização do cálculo acerca dos homicídios com base na população, foram utilizados os dados populacionais disponibilizados pela PDAD para cada RA dos anos entre 2010 e 2019. As taxas de incidência são calculadas da seguinte maneira: número de homicídios ocorridos em determinada RA x 100 mil / população residente no local e no período analisados.

Na sequência, foi feita uma homogeneização dos dados retirando as linhas sem endereço ou com endereços imprecisos, visto que os homicídios foram trabalhados de acordo com a quadra do acontecimento na cidade de Ceilândia. Nessa etapa, os homicídios foram considerados de maneira geral, já que o banco de dados solicitado a PCDF tem natureza padronizada, não existindo uma distinção entre os homicídios e os feminicídios. Os homicídios foram quantificados por quadra e separados por ano. A delimitação territorial dos setores e quadras utilizados nesta pesquisa são as

disponibilizadas pelo GeoPortal, plataforma da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), que reúne informações georreferenciadas do território e da população do Distrito Federal.

Os mapas foram produzidos no software livre Programa de Sistema de Informação Geográfica (QGIS), para uma metodologia visual mais representativa dos homicídios ocorridos. O mapeamento é de suma importância para melhor analisar os homicídios em especial se tratando de sua relação com o espaço urbano, visto que por meio dos mapas a interpretação dos homicídios torna-se mais compreensível. Os mapas escolhidos para a representação são os de: localização; incidência e; distribuição geográfica.

Com base nas taxas de incidência foram elaborados os mapas de incidência com a finalidade de compreender como os homicídios se comportam no DF. Foram mapeados, de acordo com a distribuição espacial, os homicídios por RA durante o período entre 2010 e 2019 levando em consideração a graduação das escalas, que contou com as taxas de incidência de até 5 homicídios a cada 100 mil habitantes até acima de 20 homicídios a cada 100 mil habitantes por RA.

O mapeamento por quadras, realizado apenas na cidade de Ceilândia, foi feito com o objetivo de identificar os locais de maior ocorrência dos homicídios de acordo com a quadra dos acontecimentos (função Join – união espacial de dados geográficos e tabelas alfanuméricas). Esse mapeamento teve como escala as quadras que tiveram de até 2 homicídios e acima de 6 homicídios, segundo o ano do acontecimento.

A conjugação da pesquisa conceitual (qualitativa) relacionada com a pesquisa estatística (quantitativa) promoveu uma melhor compreensão do processo de produção do espaço urbano de Ceilândia e os homicídios que ali ocorrem. Por meio das contribuições conceituais, principalmente dos pensamentos geográfico, histórico, filosófico e sociológico foi permitida a análise da estrutura do espaço urbano e dos elementos que contribuem para a violência, sobretudo a violência caracterizada pelos crimes contra a vida – a saber, os homicídios.

QUADRO 1: Quadro de Síntese Metodológica

OBJETIVO ESPECÍFICO	MÉTODO	RESULTADO ESPERADO
1. Identificar os elementos que compõe a estrutura do espaço urbano de Ceilândia.	Pesquisa bibliográfica e documental sobre a construção de Brasília e a formação do Distrito Federal de maneira geral, perpassando pela história de Ceilândia até se tornar uma Região Administrativa.	Compreender como o espaço urbano de Ceilândia foi construído considerando os elementos segregatórios e de vulnerabilidade que a população da cidade enfrentou e enfrenta.
2. Verificar os índices de homicídios e relacioná-los com indicadores sociais, como o Índice de Vulnerabilidade Social, de Ceilândia e do Distrito Federal.	Pesquisa estatística dos dados de homicídios disponibilizados pela Polícia Civil do Distrito Federal por meio de seu Departamento de Gestão de Informação para a verificação dos homicídios em Ceilândia, considerando os indicadores sociais da cidade.	Capturar dados confiáveis disponibilizados pela Polícia Civil do Distrito Federal e por meio deles verificar o número de homicídios que ocorreram em Ceilândia e no Distrito Federal entre 2010 e 2019. E ainda, relacionar indicadores sociais como o Índice de Vulnerabilidade Social com os homicídios.
3. Analisar a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia de acordo com as quadras dos acontecimentos por meio do trabalho de mapeamento.	Produzir os mapas de acordo com a localização e a quantidade de homicídios ocorridos em Ceilândia, de acordo com a quadra.	Verificar como os homicídios se distribuem espacialmente em Ceilândia.

Esta monografia divide-se em quatro capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro destina-se a apresentar o referencial conceitual utilizado visando aprofundar os principais conceitos relacionados às temáticas dos homicídios no espaço urbano.

O segundo capítulo faz uma análise do espaço urbano de Ceilândia, perpassando pela construção de Brasília, que é a força motora responsável pela existência da RA. Foram verificadas as formações das periferias próximas ao perímetro urbano do Plano Piloto e a conseqüente erradicação das populações periféricas ali residentes. Aqui houve um maior direcionamento para a população favelada oriunda da Vila IAPI que, em maior número, foi transferida para a Ceilândia.

O terceiro capítulo consiste na compreensão de que maneira a violência está relacionada com a cidade de Ceilândia e como ela se instaura no seu espaço. Para compreender os motivos que levam Ceilândia a ser comumente conhecida como violenta, questões relacionadas ao crime na cidade foram analisadas, tendo como foco principal a dimensão dos homicídios através de dados bibliográficos e documentais visando melhor compreensão desse fato.

O quarto capítulo, por fim, visa expor a distribuição geográfica dos homicídios no DF de acordo com suas taxas de incidência no período entre 2010 e 2019. Nesse capítulo também foram considerados os IVS das RA's do DF promovendo uma comparação entre os índices de vulnerabilidade e os homicídios. Nesse sentido, o estudo espaço-temporal traz a possibilidade de identificar a fluidez dos crimes levando em conta, em um primeiro momento, os homicídios no DF fazendo uma consideração de todas as RA's. Posteriormente, foram expostos e analisados os homicídios no espaço urbano de Ceilândia, considerando os crimes de acordo com o ano e a quadra em que aconteceram, buscando, dessa forma, compreender como os homicídios estão distribuídos na cidade.

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Este capítulo destina-se a aprofundar os principais conceitos utilizados na pesquisa, visando uma melhor compreensão da temática dos homicídios juntamente com a violência no espaço urbano por meio da utilização de pesquisas de autores que se dedicaram a estudar os homicídios no contexto da violência no âmbito espacial urbano, relacionando-os com as problemáticas urbanas.

O direito à cidade foi cunhado por Henri Lefebvre (2001), que assimilou a cidade como uma obra, apresentando valor de uso e valor de troca, sendo orientada através do dinheiro e do prestígio. Lefebvre (2001) salienta que o direito à cidade é de todos, independentemente de seu reconhecimento como cidadão, afinal, o fundamento desse direito é baseado nos indivíduos e na dignidade da condição humana, sendo constituído como um direito humano e não administrativo (Lefebvre, 2001).

Para David Harvey (2008), os direitos da propriedade privada atualmente se sobrepõem aos outros direitos. O autor considera que a liberdade de transformar a cidade é um direito humano negligenciado que antes de ser individual é comum. Relacionando Harvey (2008) e Lefebvre (2001), salienta-se que o processo de urbanização baseado nas classes sociais tem sido utilizado para estabilizar o sistema de produção capitalista que, vez ou outra, encontra-se em crise, deixando claro que a cidade é uma mercadoria, bem como a qualidade de vida nas cidades.

De acordo com Lefebvre (2001), passa a existir na cidade uma centralização do poder que tem como base o Estado promovendo a predominância da capital em relação às demais cidades, dando lugar aos contrastes entre a riqueza e a pobreza, expulsando das localidades centrais os pobres (Lefebvre, 2001).

Levando em consideração o que Lefebvre (2001) expõe sobre a expulsão dos pobres do centro, Harvey (2008) concorda que com o propósito de recompensar a expulsão desses indivíduos é feita uma proposta à essas pessoas. Tal proposta consiste no oferecimento do direito à propriedade (a casa própria). Como se esses recursos permitissem às pessoas a “deixar” a pobreza para trás. O pobre, frente à situação de insegurança (no local que ele vive) acaba por aceitar facilmente essa proposta, mesmo que não lhe satisfaça.

Tendo em vista que o direito à cidade consiste em um processo de não exclusão, apreende-se que esse direito é algo que não foi conquistado ainda, uma vez que, a construção do espaço urbano é pautada na propriedade privada.

Partindo da premissa que a cidade tem função social e levando em conta a utopia em relação ao direito à cidade, é interessante evidenciar o Estatuto da Cidade. O estatuto está previsto na Lei nº 10.257/01 e estabelece normas de ordem pública com o objetivo de promoção do bem-estar para os cidadãos (RODRIGUES, 2004).

É necessário, para que a cidade cumpra sua função social, que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. Essa relativização é expressa no Estatuto, em especial nos artigos que reconhecem o direito de usucapião urbano e, assim, indicam limites à especulação imobiliária (RODRIGUES, 2004, p.11).

Destarte, a criação de uma lei não é suficiente para que haja uma reforma no âmbito urbano, mas se mostra fundamental para o processo de construção dessa reforma. O estatuto reconhece que existem desigualdades entre a sociedade e que para a maioria da população urbana falta acesso aos recursos urbanos (RODRIGUES, 2004). Assim, faz-se necessário relacionar a utopia referente ao direito à cidade com o espaço urbano, que dá significação para essa utopia.

Segundo Corrêa (2000), o espaço urbano é caracterizado por manter relações espaciais, dessa forma:

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade (CORRÊA, 2000, p. 8).

Considerando que o espaço urbano é articulado e fragmentado, sendo um produto da relação espaço-sociedade, entende-se que a própria sociedade é um dos elementos nas formas do processo de materialização espacial (CORRÊA, 2000). Isto posto, é preciso compreender de que forma o espaço urbano é produzido.

Segundo Carlos (2013), a produção do espaço urbano se estabelece através da contradição entre a produção social da cidade e a apropriação privada, que em grande medida conta com os principais recursos de infraestrutura presentes nas cidades. A propriedade privada apoiada na sociedade de classes juntamente com o espaço urbano – que apresenta valor de troca –, segundo a autora, promovem a luta pelo direito à cidade.

Para Santos (2012), o espaço é um campo de forças:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 2012, p. 153, 6ª ed.).

Partindo da premissa que o espaço é um campo de forças e de lutas, pode-se compreender os motivos pelos quais algumas parcelas da sociedade não viviam, e não vivem, em áreas mais equipadas das cidades, como as de Brasília. Passa-se a entender, então, o porquê de grande parcela da população do DF não ter acesso às terras do Plano Piloto (ou seja, viverem em áreas periféricas e segregadas do Plano Piloto) considerando todo o processo de segregação que teve início antes mesmo do fim da construção da capital.

Sposito (2013), conceitua a segregação como um conceito polissêmico, apresentando múltiplas dimensões. Por conta disso, a autora expõe a importância de valorizar apenas uma das proporções do conceito de segregação para que o mesmo não perca seu poder explicativo. Considerando que a segregação é sempre de natureza espacial e que se vincula aos sujeitos sociais, segundo Sposito (2013):

Só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO, 2013, p. 65).

Neste trabalho, utiliza-se este conceito de segregação socioespacial. Durante o estudo serão analisados fatores como: quem segrega e quem é segregado, quais são os interesses que motivam esse processo de segregação e quem cotidianamente convive à luz da segregação do desenvolvimento da cidade (SPOSITO, 2013). Para Sposito (2013), as razões que levam à segregação aparecem antes mesmo do reconhecimento da própria segregação que é compreendida como um processo que se materializa no espaço.

Esse processo de segregação urbana também é condicionante para a compreensão de algumas formas de discriminação como o processo de periferização, que é bastante comum não só nas cidades brasileiras bem como em grande parte das cidades latino-americanas, em especial no que tange às populações mais pobres (SPOSITO, 2013).

Para que o direito à cidade se efetivasse seria necessária uma superação do valor de troca (mercadoria) pelo valor de uso do espaço urbano e conseqüentemente da propriedade privada, através da construção de uma nova sociedade. A superação da segregação socioespacial encontra-se a partir do momento que se inicia o direito à cidade (CARLOS, 2013).

Fazendo uma relação do conceito evidenciado por Sposito (2013) e Carlos (2013) as autoras especificaram a segregação com uma ocorrência sobre a vida cotidiana no capitalismo contemporâneo que através do mercado imobiliário torna o espaço urbano mercadoria, determinando seu acesso por meio de um valor. Valor esse, que nem todos tem condições de pagar. Logo, o processo de urbanização expulsa e segrega parcela significativa da população que não tem recursos financeiros suficientes para ter acesso ao solo urbano.

O Estado é o responsável por normalizar o cotidiano legitimando a propriedade privada como direito, através de sua própria orientação da utilização dos investimentos e recursos por meio da construção de infraestruturas viabilizando a reprodução capitalista (CARLOS, 2013).

Em conformidade com Carlos (2013):

As lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole, produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos da segregação. Essas lutas sinalizam a consciência da extrema privação, mas sua leitura não se fecha na esfera dos bens necessários a sua vida, pois refere-se, também, à escala da realização dos desejos de um projeto muito mais complexo capaz de mudar a vida (CARLOS, 2013, p. 108).

Portanto, no contexto das lutas pelo acesso à cidade e à moradia, o processo de produção do espaço urbano torna-se violento. Atrelando a violência como fenômeno desencadeado pelo processo de segregação que ocorre no espaço urbano, é possível identificar as parcelas da população mais afetadas por esses problemas. Lira (2017), destaca que a violência e o urbano, por serem eventos sociais não devem ser entendidos apenas por meio de uma relação de causa e efeito, mas sim como fatores que estão correlacionados dialeticamente.

A violência de maneira abrangente manifesta-se de diversas formas e está presente ao longo da história da humanidade, é um fenômeno multifacetado. Conforme Zaluar (1999):

Violência vem do latim *violentia* que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um

limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 28).

Partindo do pressuposto de que a violência remete à força, tem-se a definição de violência a partir do campo da saúde:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A definição dada pela OMS associa intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido (DAHLBERG e KRUG, 2007, p.3).

A partir das considerações acima e colocando em voga o contexto brasileiro sobre a violência do ponto de vista físico, os crimes de homicídio se encaixam nas duas definições por serem atos fatais que atingem direta e violentamente a integridade física das pessoas. Entretanto, a violência não é abordada apenas da ótica corporal.

Nota-se que o Brasil é marcado ainda por um outro tipo de violência, que vai além do sentido literal da palavra e que acomete à vida de todos, a violência estrutural. Esse tipo de violência está enraizada na história brasileira articulada ao processo de colonização, que culminou em níveis altíssimos de desigualdade, que se fazem presentes até hoje, tornando-se um considerável fator para os elevados níveis de violência no aspecto físico (MINAYO, 2006).

A ocorrência de mortes violentas nos espaços urbanos vem sendo associada a alguns fatores existentes nesses ambientes, como concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social, baixa renda familiar e formação de quadrilhas (MACEDO et al. 2000, p. 516).

Como já ressaltado, a violência, por ser extremamente complexa, pode ser interpretada através de diferentes dimensões. Aqui considera-se tanto a violência física, que está no centro do fenômeno violência, estudando os homicídios, quanto no sentido político, que no caso do estudo de Ceilândia nos permite compreender o papel da política de erradicação do GDF para com a população da antiga Vila IAPI.

No sistema de produção capitalista pautado na sociedade de classes (CARLOS, 2013), onde a classe dominante exerce seu poder, pode-se constatar que, uma das formas de violência apresenta-se relacionada com o poder, que vem da autoridade e,

consequentemente, do Estado, que representa a legitimação da classe dominante (ARENDR, 2009).

O que Arendt (2009) conceitua, concorda com o que Harvey (2008) escreve sobre o direito à cidade. O autor corrobora que o poder na mão da elite política e econômica promove a classe dominante como responsável por moldar a cidade, movimento que ocorre principalmente de acordo com seu interesse. Por meio da transformação urbana, que apresenta uma dimensão de classe, o pobre é o primeiro a enfrentar as consequências desse processo, através de uma violência necessária para a construção do novo mundo urbano (HARVEY, 2008).

Raffestin (1993) afirma que: “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 06). O autor, diferentemente da perspectiva de Arendt (2009), considera o poder para além da perspectiva do Estado, estando presente em todas as escalas da vida social, já que o poder político existe em todas as formas de organização. Para Raffestin (1993), os grupos sociais de classes não dominantes também exercem seu poder em certa medida, contudo, de maneira muito menos incisiva.

A correlação dos escritos de Raffestin (1993) quando se trata do poder são essenciais justamente pelo fato do autor discorrer sobre o poder que as capitais exercem, por exemplo, em relação às cidades arredores delas. Sinalizando que essas capitais (centros) promovem a desigualdade e divergências econômicas, exatamente como acontece em Brasília (RAFFESTIN, 1993).

Partindo das ponderações feitas anteriormente, é possível observar que os mais diversos tipos de violência apresentam riscos em comum, tais como: fatores relacionados à dependência de drogas e abusos de álcool, o acesso às armas de fogo e afins (DAHLBERG e KRUNG, 2007). Contudo, de acordo com os autores: “embora a violência tenha estado sempre presente, a humanidade não deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana” (DAHLBERG e KRUG, 2007, p. 2).

Para Felix (2009), a violência afeta a todos e: “embora tenha muitas faces e afete perversamente a vida de cada um, a violência recai de forma mais aguda sobre classes sociais desfavorecidas, carentes de políticas públicas de garantia de bem-estar social” (FELIX, 2009, p. 155).

A violência estando presente nas cidades acometendo a vida de todos apresenta números e realidades diferentes, no que tange à criminalidade, cada localidade detém suas especificidades. Por conta disso, tem-se a importância desse estudo, a população

de Ceilândia, por todo seu histórico de segregação claramente irá presenciar o fenômeno da violência em seu espaço em intensidade diferente se comparada às outras RA's do DF. Nesse ínterim, analisa-se os motivos que tornam Ceilândia mais suscetível ao crime levando em consideração o processo de construção do seu espaço urbano e seus indicadores sociais.

A urbanidade, de acordo com Figueiredo (1993), é um termo associado à cidadania, apresentando um certo grau de dignidade. Contudo, é no urbano que estão presentes as principais problemáticas da vida cotidiana atualmente. As cidades hoje, são o lócus da violência. Na população citadina avalia-se os agravamentos da violência que por vezes é causada sob um aspecto, o da segregação.

De acordo com Ferreira e Penna (2015), as comunidades mais pobres são facilmente dominadas por grupos criminosos que desencadeiam a violência. Brasília, bem como grande parte das metrópoles brasileiras, também lida cotidianamente com a violência e com a criminalidade.

Vasconcelos e Costa (2015), ainda definem que os bairros com baixa oferta de emprego, infraestrutura urbana, lazer e serviços públicos, são os mais afetados pela violência e pela criminalidade. As áreas em que existe a segregação socioespacial são as localidades onde a violência de fato se instaura.

A infraestrutura urbana, dessa forma, consiste em um conjunto de elementos que proporcionam condições adequadas de vida, para seus moradores, trabalhadores e demais pessoas que utilizam do espaço no qual a infraestrutura se encontra. Dessa forma, podem ser listados entre estes elementos a oferta de segurança, que auxilia em uma melhor qualidade de vida e conseqüentemente, pode resultar em menores índices de violência e de homicídios (MASCARÓ, 2016).

Em conformidade com Zanotelli e Coutinho (2003), os homicídios podem ser causados através da utilização de qualquer meio, custando a vida da vítima. O vocábulo homicídio advém das expressões latinas *hominis excidium* que significam extermínio do homem. O homicídio consiste em um crime contra a vida. Um crime comum, já que todos estão passíveis de cometê-lo. O Direito Penal, compreende a vida humana como o centro de gravidade dos valores constitucionais, sendo o centro de irradiação de todos os outros direitos. Na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, está inserido o direito à vida (ESTEFAM, 2018).

O homicídio está disposto no Art. 121 do Código Penal e consiste basicamente no ato de matar alguém, sendo o tipo central dos crimes contra a vida, o crime por

excelência. No dispositivo legal, o crime de homicídio está sob pena – reclusão de 6 a 20 anos nos casos de homicídio simples podendo haver diminuição da pena caso o indivíduo que cometeu o crime tenha sido impelido por motivo relevante de caráter social ou moral (ESTEFAM, 2018).

O código penal subdivide os homicídios nas seguintes modalidades: homicídios dolosos e culposos. Os homicídios dolosos são divididos em: homicídios simples, qualificados, privilegiados e agravados. Já os homicídios culposos se dividem em: simples e agravados. Os homicídios qualificados estão sob pena – reclusão de 12 a 30 anos e são cometidos basicamente por motivos: torpe; fútil; com emprego de artifício que resulte em perigo comum, onde não haja possibilidade de defesa e; para a ocultação de outros crimes (ESTEFAM, 2018).

Evidencia-se que o feminicídio consiste em um homicídio qualificado também previsto no artigo 121 do código penal, nos: §2º parágrafo e §2º parágrafo A, incisos VI, VII (§2º parágrafo) e I e II (§2º parágrafo A), sendo caracterizados como crimes contra a vida de mulheres por razão da condição de sexo feminino, envolvendo violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Por se classificarem como homicídios qualificados, também estão sob pena – reclusão de 12 a 30 anos (ESTEFAM, 2018).

Lira (2017) caracterizou os crimes de homicídio como a dimensão mais grave da violência e como uma manifestação que acontece por inúmeras causas. Estabelecendo relação entre o conceito de espaço urbano e os homicídios, consoante com Santos (1999), as parcelas populacionais residentes do mesmo espaço apresentam semelhanças influenciando de forma direta o espaço em que vivem e por conseguinte, em alguns casos, estão mais suscetíveis a conviver com a violência e com os homicídios. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019)⁶ em 2017 o Brasil apresentou a segunda maior taxa de homicídios da América Latina, de 30,5 homicídios a cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas da Venezuela, com 56 homicídios a cada 100 mil habitantes. Importante considerar que a OMS indica como aceitáveis taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes, recomendação que não ocorre no Brasil.

⁶ ONU: Brasil tem a segunda maior taxa de homicídios da América do Sul. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679241> Acesso em: 12 out., 2020.

Segundo o Atlas da Violência (2019)⁷, considerando as regiões brasileiras, o Centro-Oeste é uma das regiões que demonstrou diminuição nos índices de homicídio. O Distrito Federal, por sua vez, também acompanhou as reduções nos índices de homicídio, exprimindo uma taxa de homicídios negativa na variável entre 2007 e 2017 (-31,3%). O Atlas ainda indica gradativa diminuição dos homicídios no DF desde 2013.

Da mesma forma, Ceilândia acompanhou a atenuação das taxas. No ano de 2019, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), considerando os índices de homicídio dos anos de 2018 e 2019, a cidade obteve redução de 13,6% em suas taxas de homicídios, por exemplo. No entanto, permanece contabilizando o maior número de homicídios se comparada as demais RA's. Visto que o acontecimento de atos criminais como os homicídios são motivados por diversos fatores, essa pesquisa destina-se exatamente a estudar a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia, considerando os índices de homicídios e as oscilações que foram apresentados no decorrer dos anos.

⁷ Atlas da Violência, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em: 12 out., 2020.

CAPÍTULO II

DE CENTRO DE ERRADICAÇÃO À REGIÃO ADMINISTRATIVA

Este capítulo direciona-se a analisar como foi constituído o espaço urbano de Ceilândia, partindo da construção de Brasília. Verifica-se as formações de invasões localizadas próximas ao Plano Piloto e a erradicação dos habitantes destas invasões, que foram removidos para as diversas cidades satélites criadas para este objetivo, como é o caso dos primeiros moradores de Ceilândia.

No DF, a erradicação dos assentamentos e invasões tornou-se marca registrada da política habitacional territorial implantada pelo GDF, essa política caracterizava-se pela transferência da população que habitava locais invadidos, principalmente no Plano Piloto e suas proximidades.

Com a construção da nova capital, uma série de migrantes advindos de várias localidades do Brasil, em especial do Nordeste, chegavam ao Centro-Oeste com a finalidade de auxiliar na obra modernista que deu existência à Brasília. Em concordância com o Relatório do Plano Piloto de Brasília (1991), pode-se perceber que não estavam nos planos de Lúcio Costa⁸ para a Nova Capital, que futuramente pudessem existir periferias nos arredores da tão planejada Brasília.

É importante explicitar que segundo Lúcio Costa, deveria ser evitada a inclusão de favelas e áreas periféricas tanto no perímetro urbano, quanto no perímetro rural da capital. Para o urbanista, a NOVACAP tinha o dever de acomodar toda a população dentro de Brasília.

2.1 - A construção do Plano Piloto de Brasília e a ocupação do território do DF

De acordo com Ferreira (2010), Brasília é criada a partir da transferência da capital do Brasil, então localizada no Rio de Janeiro, para o interior do país, motivada pelo rompimento com padrão de ocupação colonial simbolizando a independência do país e evitando possíveis ataques inimigos.

⁸ Vencedor do Concurso do Plano Piloto com a melhor proposta para a cidade de Brasília (1957).

O processo de decisão para a mudança da capital e sua construção, durou cerca de 100 anos. Nesse período, o Brasil foi governado por várias pessoas que lidavam de formas diferentes com a transferência e a construção da nova capital. A importância da posição geográfica em que seria localizada a capital foi um dos primeiros apontamentos no momento da mudança. Depois de muitas discussões acerca da transferência da capital, no início do século XX foi decidido que a nova capital seria instaurada no Planalto Central. Por conta da grande área do Planalto várias comissões de estudos foram criadas para apontar a localização ideal para o erguimento da cidade (FERREIRA, 2010).

Em 1956 teve início a construção da Capital Federal e sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1960. A construção de Brasília foi um evento que contou com um grande convite, principalmente do próprio presidente do Brasil na época, Juscelino Kubitschek, para a participação dos brasileiros na construção. Por meio deste convite, houve um grande deslocamento populacional de pessoas que tinham interesse em auxiliar na obra e, conseqüentemente, viver em Brasília (FERREIRA, 2010).

O Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil foi publicado em 1956 e fez com que uma série de profissionais enviassem seus projetos urbanísticos para avaliação. O autor e vencedor do concurso, foi o urbanista Lúcio Costa, que realizou um projeto baseado na Carta de Atenas, demonstrando toda sua simbologia arquitetônica moderna. Lúcio Costa ficou encarregado da concepção urbanística de Brasília, enquanto a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) foi designada para construí-la.

Neste período, Brasília não era vista apenas como a nova capital, mas também como uma expressão urbanística moderna, onde as pessoas, em especial os candangos⁹, viam como o local que poderia oferecer-lhes melhores oportunidades de vida. Esse marco na história do Brasil, posteriormente, proporciono que com a nova capital também ocorresse uma grande segregação, que atualmente é um dos principais problemas urbanos de Brasília (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com um dos pontos citados por Lúcio Costa em seu relatório (1991), o problema residencial na capital seria solucionado a partir da construção de superquadras residenciais com locais de lazer, arborização natural e edifícios de seis pavimentos com pilotis. O plano também previu que haveria a separação do tráfego de veículos e do

⁹ Trabalhadores que vieram para construção de Brasília, em especial dos Estados da Região Nordeste, do Goiás e de Minas Gerais.

trânsito de pedestres. As superquadras residenciais idealizadas por Costa (1991), estão localizadas no eixo residencial de Brasília dispostas nas Asas Sul e Norte.

Lúcio Costa não contava com o fato dos candangos permanecerem em Brasília após sua construção, pelo contrário, era esperado que essas pessoas voltassem para sua terra natal depois do erguimento da cidade. Os trabalhadores, a essa altura, já improvisavam barracos de madeira com suas famílias, denominados de alojamentos, bem próximos ao Plano Piloto. O primeiro desses acampamentos foi denominado de Cidade Livre onde hoje é localizada a RA do Núcleo Bandeirante (RA VIII) (OLIVEIRA, 2007).

A NOVACAP, por meio da Fundação da Casa Popular, construiu residências de dois pavimentos localizadas principalmente na Asa Sul para políticos e técnicos graduados, que, assim como os candangos, estavam envolvidos na obra de Brasília. Neste momento, o Plano Piloto passou a ser o local de residência de famílias com rendas elevadas, enquanto os candangos, que eram de fato os responsáveis pela construção de Brasília, localizavam-se em acampamentos, que mais tarde seriam denominados invasões e resultariam em um processo de “erradicação” para as futuras Cidades-Satélites e posteriormente Regiões Administrativas (OLIVEIRA, 2007).

A questão da moradia durante o processo de construção da capital era uma dificuldade para os trabalhadores candangos, que também tinham que lidar com péssimas condições de trabalho dispostas pelo GDF. Por conta da meta de construção da capital em 5 anos¹⁰, os trabalhadores exerciam, em alguns casos, suas funções durante cerca de 16 horas por dia. Aqui constata-se um dos primeiros atos violentos do GDF para com os trabalhadores que ergueram Brasília em meio a tantas adversidades. A meta foi cumprida com perfeição, provando que esses trabalhadores, de forma indiscutível, deram seu sangue para a construção de Brasília, a cidade que em breve os tiraria à força de suas proximidades (OLIVEIRA, 2007).

2.2- Formação das periferias nos arredores de Brasília: Vila IAPI

Segundo Ferreira (2010), Brasília é uma cidade especial por ter sido criada por decisão governamental. Através da construção da capital, a ação do Estado tornou-se a indutora para que o processo de urbanização no Brasil se mostrasse de forma evidente.

¹⁰ Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek que previa transformar 50 anos de progresso do país em 5 anos de realizações. Uma das metas esperadas para esses 5 anos, era o erguimento de Brasília.

Entretanto, no decorrer da construção de Brasília a população passou a crescer desordenadamente, formando favelas e acampamentos próximos ao local da construção. A título de exemplo, em 1970, as periferias abrigavam 66% da população urbana do DF, índice que em 1973 alcançou 91% (FERREIRA, 2010). A partir de então, tiveram início os processos de segregação entre os moradores da nova capital.

Logo no início dos anos 1960 os candangos foram transferidos para as novas Cidades Satélites de Taguatinga, que já havia sido criada em 1958, Sobradinho e Gama. Em 1961 a Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante foi assentada substituindo o famoso acampamento candango denominado de Cidade Livre. Antes e logo após o término da construção da nova capital as populações de menor poder aquisitivo, neste caso os candangos, já estavam sendo alocados em novos assentamentos habitacionais (OLIVEIRA, 2007).

No início da década de 70 teve início o segundo momento de remoção de assentamentos e favelas localizados próximos ao Plano Piloto. A transferência dos moradores desses locais basicamente eram para as Cidades Satélites já criadas (OLIVEIRA 2008).

A Vila IAPI, núcleo de moradia provisória que se localizava a 15 km do Plano Piloto e que tinha área correspondente as áreas das atuais RA's do Guará (RA X) e do Park Way (RA XXIV), em um primeiro momento foi criada para manter os cidadãos de baixa renda fora do centro urbano Plano Piloto, além de equilibrar o adensamento populacional desse local (OLIVEIRA, 2008).

Pouco tempo após a remoção de diversas pessoas para a Vila IAPI, a vila se tornou um complexo de favelas que, aglomeradas, se tornaram a maior favela concebida na Capital Federal. O fato da vila ter crescido de forma desordenada causou preocupação nos governantes, ocasionando a ideia de erradicar os seus moradores para outra área, que agora está localizada cerca de 30 km de Brasília. Estima-se que a população da Vila IAPI era de aproximadamente 82 mil pessoas (OLIVEIRA, 2008).

A Vila IAPI, ou mesmo o complexo IAPI não era desorganizado, existia uma vida social comunitária entre sua população, que vivia em barracos de praticamente mesmo tamanho (**IMAGEM 1**), com a presença de árvores, disponibilidade hídrica e demais recursos que são necessidades básicas para qualquer população. No entanto, esse fato não impediu que os moradores da vila fossem erradicados. O argumento do GDF para iniciar o processo de erradicação da população da vila, era que em outra localidade

esses indivíduos teriam melhores oportunidades de vida, havia uma preocupação com o bem-estar social dos moradores da vila, de acordo com o GDF (OLIVEIRA, 2008).

IMAGEM 1: Complexo IAPI em 1969.

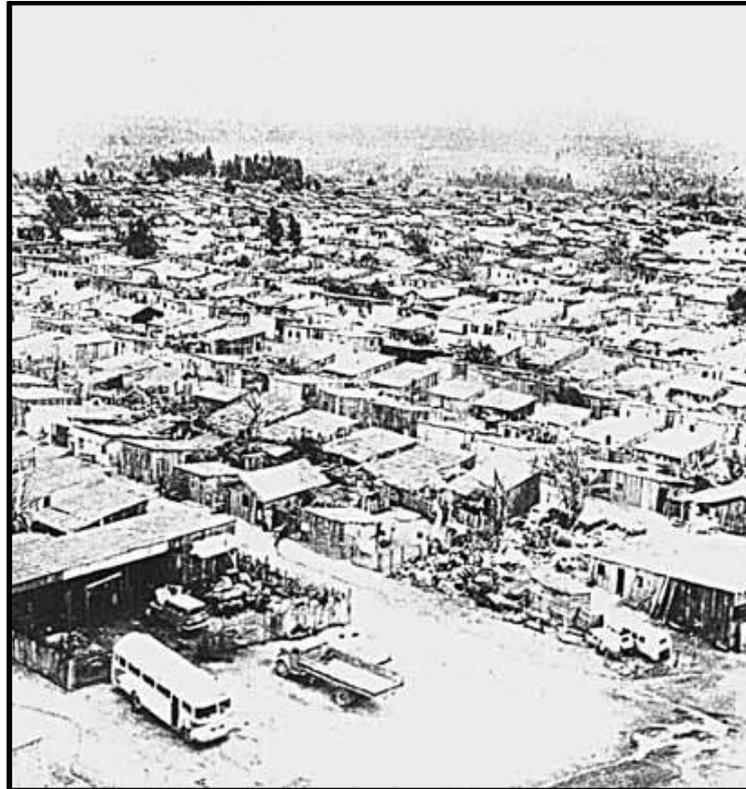


Foto - Aldo Paviani.

Outro discurso utilizado para enfatizar a necessidade de erradicação dos moradores da Vila IAPI foi a questão da proteção ambiental, visto que o Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO), encarregado de controlar a poluição no DF, alegou que não era recomendado que houvesse a ocupação de terrenos localizados próximos a bacia do Paranoá. Argumentando que a população da Vila IAPI estava localizada exatamente na área que o PLANIDRO exigia a não ocupação, o GDF decidiu remover a população desse local (OLIVEIRA, 2008).

Uma das principais finalidades da transferência da Vila do IAPI para a Ceilândia é evitar a entrada, "in natura", dos dejetos produzidos por cerca de 80 mil pessoas. É o primeiro passo para a solução definitiva que será a exportação de todos os esgotos e a renovação das águas do Lago com a construção da Barragem do São Bartolomeu. Evitar e combater a poluição não é pecado, mas virtude. (CORREIO BRAZILIENSE, 1971, p.4)¹¹

¹¹ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1970-1979). Disponível em:

Referente à contaminação dos córregos e conseqüentemente do Lago Paranoá e sua bacia por meio da população da Vila IAPI, é possível perceber o discurso segregacionista do GDF. Uma vez que, a área em que a Vila se localizava atualmente é ocupada pelas populações das RA's do Guará e do Park Way, que apresentam um elevado poder aquisitivo se comparadas à população de Ceilândia. De acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio PDAD/CODEPLAN (2018), a renda domiciliar estimada do Park Way¹² é de R\$ 18.170,5 cerca de R\$ 5.945,6 por pessoa, enquanto a renda domiciliar do Guará¹³ é de R\$ 9.305,9 cerca de R\$ 3.688,6 por pessoa, ao passo que a renda domiciliar de Ceilândia é de R\$ 3.171,7 resultando em um valor médio de R\$ 1.125,1 por pessoa. Dessa forma, é possível identificar que o principal problema dos moradores da Vila IAPI residirem neste espaço não era ambiental e sim socioeconômico (OLIVEIRA, 2008).

2.3 – Campanha de Erradicação de Invasões (CEI)

[...] Outro dia, sobrevoando Brasília, o Dr. Juscelino Kubistchek ficou horrorizado com a invasão do IAPI, e sorriu quando soube da CEI. Ontem à tarde fui ver o loteamento não se pode dizer que é o ideal em matéria de urbanismo, porque avenidas de pistas duplas se cruzam. Mas também, quem vai querer primor de urbanismo se o ideal é o ter o mínimo indispensável para habitar com sua família. (CORREIO BRAZILIENSE, 1971, p. 3)¹⁴

A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) – solicitada pelo então governador do Distrito Federal, Hélio Prates da Silveira e sua esposa Vera Prates – surgiu como estratégia para remover a população que residia na Vila IAPI no início dos anos 70. Para o convencimento da população, que a princípio resistia à mudança, foi utilizada pelo governo uma estratégia de oferecer lotes às famílias, garantindo o mínimo de infraestrutura para a população em uma outra localização. Em concordância com Oliveira (2008):

Tal fato nos permite refletir que o processo de erradicação sob os olhos do Governo realmente poderia ser a estratégia ideal para

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22uma%20das%20principais%22&pagfis=15719 Acesso em: 29 abr.2021.

¹² PDAD/Codeplan. Park Way - 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Park-Way.pdf> Acesso em: 04 out., 2020.

¹³ PDAD/ Codeplan. Guará - 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Guar%C3%A1.pdf> Acesso em: 04 out., 2020.

¹⁴ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1970-1979). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=IAPI&pagfis=9219 Acesso em: 23 out., 2020.

contribuir de fato, na busca de melhorias para a população sofrida que veio erguer a Capital do País e ao mesmo tempo, responder às pressões e aos anseios imobiliários de valorização do espaço próximo ao Plano Piloto de Brasília. (OLIVEIRA, 2008, p. 68)

Como já manifestado anteriormente, Harvey (2008) expôs que a expulsão dos pobres de áreas centrais ocorre de maneira sutil, através do oferecimento de direito à propriedade, que de certa forma “permite” que a pobreza fosse deixada para trás. Exatamente o que ocorreu com os moradores da Vila IAPI, que por meio de pressão e chantagem do GDF, deixaram seu local de moradia iludidos do recebimento de tratamento digno em outra localidade do DF, no caso, em Ceilândia.

O GDF buscou convencer os moradores da Vila IAPI que sua nova localização (**MAPA 1**) traria diversos benefícios. A localização escolhida para destino das famílias residentes no IAPI, foi a da antiga Fazenda Guariroba, vizinha da Fazenda Taguatinga. Essa localização mais tarde se tornaria a Cidade Satélite de Ceilândia (nome originado a partir da sigla CEI – Centro de Erradicação de Invasões).

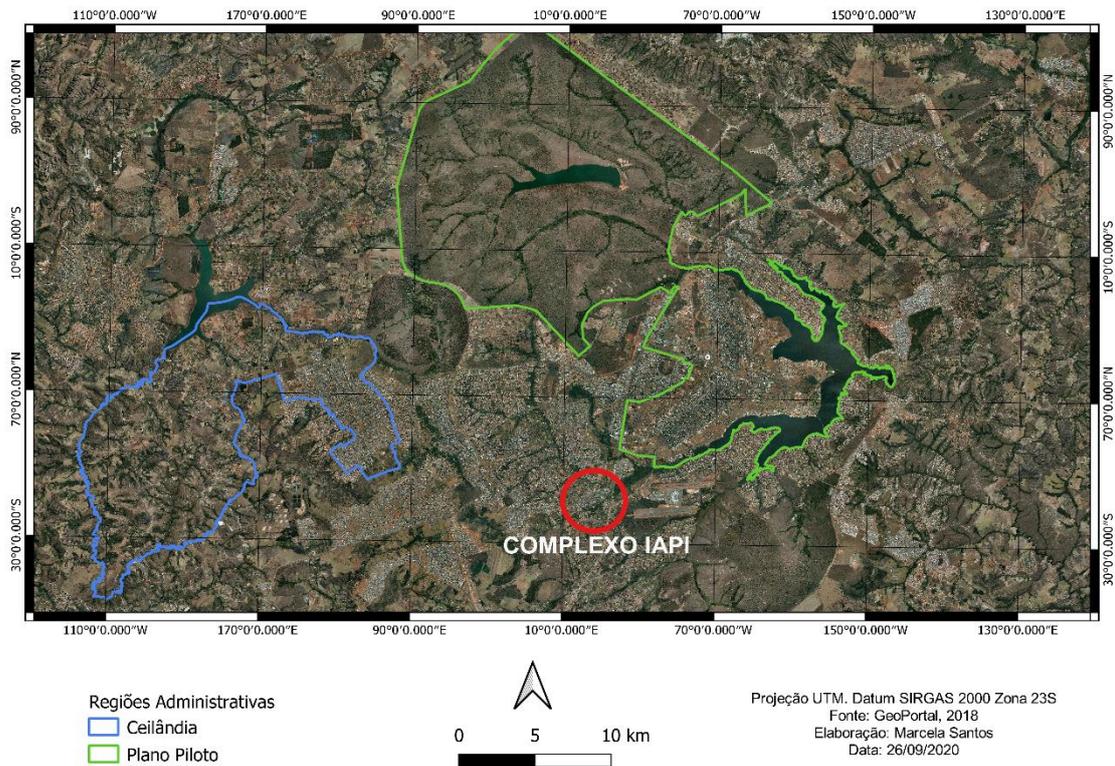
A promessa do governo através da política de erradicação acabou revelando-se negativa para a população removida, em especial no ponto de vista socioespacial. Com a transferência da população para a nova cidade denominada de Cidade Satélite de Ceilândia (**IMAGEM 2**), a renda das famílias sofreu uma drástica redução, isso porque, a locomoção era mais cara por conta da distância que os moradores tinham que percorrer para chegar até o Plano Piloto, onde a maioria da população trabalhava (OLIVEIRA, 2008).

IMAGEM 2: Transferência das famílias da Vila IAPI para a atual Ceilândia



Fonte - Arquivo Público do Distrito Federal.

MAPA 1: Localização Complexo IAPI, Plano Piloto e Ceilândia



Mapa 1 – Fonte: GeoPortal, 2018. Elaboração: Marcela Santos.

Além do problema relacionado à acessibilidade, os moradores erradicados também tinham que lidar com a problemática da infraestrutura, afinal, a nova Cidade Satélite não contava com água encanada, coleta seletiva de lixo, iluminação pública, transporte coletivo e ainda lutava contra a poeira em tempos de seca e a lama nos dias chuvosos. Com todos esses problemas, aumentava na nova cidade os índices de violência, alcoolismo, tráfico de drogas e prostituição (OLIVEIRA, 2008). A população de Ceilândia, encontrava-se em total desesperança.

Interessante notar que a periferização existente no processo da criação de Ceilândia é institucionalizada pelo GDF. De um lado está o Plano Piloto, o centro, dotado de ampla oferta de serviços básicos e infraestrutura e, do outro, Ceilândia, a periferia, desfavorecida de infraestrutura e falta de equipamentos em um claro processo de segregação (**IMAGEM 3**). A erradicação dos moradores da Vila IAPI, tem como marco o início da violência que partiu das políticas habitacionais para os moradores de baixa renda, executadas pelo GDF.

É importante salientar que no mesmo momento em que a população da Vila IAPI estava sendo removida para a Ceilândia, outras Cidades Satélites também estavam sendo pensadas para abrigar as demais parcelas da população. Em conformidade com Romero (2015):

[...] construía-se, nas suas adjacências, a Cidade Satélite do Guará II, pensada para abrigar uma população equivalente àquela que estava sendo erradicada, mas destinada à classe média, com padrões urbanísticos mais elaborados, mantendo com paralelismo e ortogonalismo a uniformidade. Evidenciava-se, com isso, a opção governamental pela localização dos favelados em uma área que permitisse maior controle social, ao mesmo tempo que mantinha a terra valorizada; com destinação rígida, tornava a terra escassa. (ROMERO, 2015, p. 143, 1ª reimp.)

IMAGEM 3: Ceilândia em 1971

Foto - Aldo Paviani.

Apesar do abandono por parte do GDF, em diversos momentos a população da Cidade Satélite de Ceilândia, que 18 anos mais tarde tornou-se a RA IX (por meio da Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989), desde o momento de sua fundação em 1971, até os dias atuais, vem crescendo. De acordo com dados atualizados em 2019 pela PDAD, Ceilândia conta com uma estimativa populacional de 440.548 habitantes (no momento em que foi contabilizada, ainda abarcava as populações de Sol Nascente e Pôr do Sol), cerca de 15% da população do DF (PDAD/CODEPLAN, 2019). A maior RA do DF em termos populacionais.

Em conformidade com dados dispostos pela PDAD/ CODEPLAN (2018), a população de Ceilândia apresenta idade média de 31 anos, 65,1% dos habitantes se consideram negros (somando pretos e pardos), 52,1% da população é composta por mulheres e 14,1% apresentam nível de escolaridade superior. 78,4% dos estudantes entre 4 e 24 anos frequentam escolas públicas, o que segundo dados da CODEPLAN (2017)¹⁵, resultam no maior número de matrículas na rede pública de ensino se comparada às demais RA's do DF. 59,5% dos habitantes ocupados em Ceilândia possuem carteira assinada, 25% dos trabalhadores de Ceilândia exercem suas funções no Plano Piloto e 36,6% trabalham na própria RA IX, o que pode indicar uma certa independência de Ceilândia em relação ao Plano Piloto, principalmente considerando

¹⁵ Atlas do Distrito Federal - 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf> Acesso em: 05 out., 2020.

que a cidade está localizada no principal polo de desenvolvimento urbano do DF (UPT Oeste, caracterizada no subcapítulo seguinte). Importante explicitar que 34,7% da população de Ceilândia entre 18 e 29 anos se encontra na situação ‘nem-nem’, onde nem estudam e nem trabalham (PDAD/CODEPLAN, 2018).

2.4 – Caracterização do espaço urbano de Ceilândia

A RA IX – Ceilândia, tem uma área urbana de 29,10km² e está subdividida nos seguintes setores: Ceilândia Centro (onde está localizada a Caixa D’água de Ceilândia, símbolo da RA), Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria, Guariroba, Setor de Materiais de Construção, e como já explicitado anteriormente, Pôr do Sol e Sol Nascente (que atualmente compõem a RA XXXII).

Ceilândia apresenta limites administrativos que fazem divisa com as RA’s de: Taguatinga, Samambaia e Brazlândia e se limita com Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás – municípios do Estado de Goiás, na fronteira com o DF.

Ceilândia está situada na Bacia dos Rios Descoberto e São Bartolomeu e, como grande parte do DF, tem como principal tipo de solo os latossolos. Dessa maneira, a cobertura vegetal da cidade é constituída basicamente por vegetações típicas de Cerrado, possuindo clima tropical com duas estações bem definidas, uma seca e outra úmida, características que se repetem em basicamente todo o DF¹⁶.

A cidade tem como símbolo e principal ponto de referência o Reservatório Elevado (Caixa D’Água) que foi inaugurado em 1974 e é reconhecido como símbolo da luta das primeiras famílias que foram fixadas de forma permanente na cidade, através do Decreto de Tombamento (nº 34.845/2013)¹⁷.

Ceilândia foi projetada por Ney Gabriel de Sousa (tendo como referência o Plano Piloto de Lúcio Costa), e, a priori, contava com os bairros de Ceilândia Norte, Ceilândia Centro e Ceilândia Sul. No período de 1976 a 1979, antes mesmo da cidade se tornar RA, foram acrescentados à Ceilândia, os setores habitacionais da Guariroba, o Setor O e o Setor P norte (ROMERO, 2015). Mais tarde também foram acrescentados os setores QNQ e QNR.

O projeto urbanístico de Ceilândia, de acordo com Romero (2015):

¹⁶ Geografia (GDF). Disponível em: <http://www.df.gov.br/333/> Acesso em: 12 out., 2020.

¹⁷ A história de Ceilândia. Disponível em: <http://www.ceilandia.df.gov.br/2019/11/08/a-historia-de-ceilandia/> Acesso em 26 set., 2020.

[...] em nada lembra a antiga Vila; altera as relações entre escalas pública e privada e suprime a semipública; referência o racionalismo do Plano Piloto, adotando quadras residenciais e entrequadras de equipamentos; implementa sistema viário monumental, sugerindo paradoxalmente a utilização majoritária do automóvel para deslocamentos curtos; vulgariza a previsão de equipamentos comunitários e não implementa a fixação na cidade de fontes empregadoras de mão de obra local [...]. (ROMERO, 2015, p.142, 1ª reimp.)

Em conformidade com Costa (2011), o projeto de Ney Gabriel de Sousa seguiu a seguinte lógica:

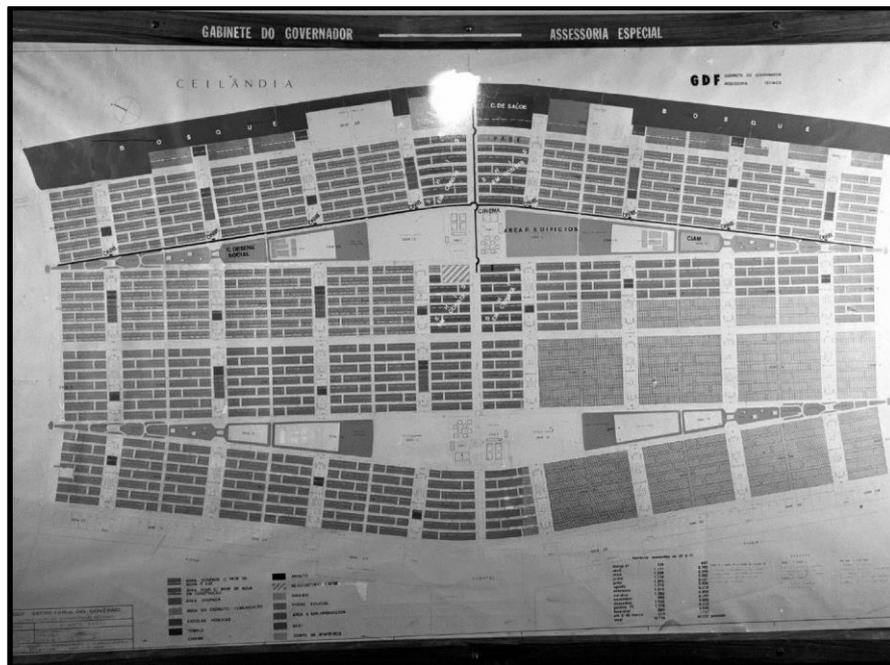
O modelo de implantação de Ceilândia começou a seguir uma lógica de ocupação e utilização do solo urbano diferente daquela adotada nos projetos urbanísticos anteriores, passando a recomendar que a continuidade dos lotes evitasse espaços deliberadamente dispersos. Nesse contexto, o aproveitamento do espaço ocupado iria contribuir para redução dos custos de implantação de infraestrutura urbana e melhoria da qualidade dos espaços públicos (COSTA, 2011, p. 134).

O projeto urbanístico desenvolvido por Ney Gabriel foi denominado de barril, por conta de seu formato (**IMAGEM 4**). Ainda comparando a organização da Vila IAPI com o projeto de Ceilândia, na vila, o alinhamento das casas apresentava-se de acordo com a disposição das ruas, onde as habitações mantinham relações diretas. No projeto de Ney Gabriel os espaços urbanos eram concretizados (onde seriam estabelecidos áreas livres, praças, jardins e afins), aparentemente, sendo embasado pelo projeto do Plano Piloto, contendo, inclusive, dois eixos diretores que juntos formam um ângulo de 90º (ROMERO, 2015).

Romero (2015), caracteriza como assustadores pela magnitude os números direcionados para o planejamento de Ceilândia:

[...] o projeto núcleo habitacional original é dividido em quarenta quadras, em um total de 21.792 lotes, contando ainda com 1.126 lotes comerciais, 85 áreas especiais, 36 áreas para templos, oito áreas destinadas à cinema, quatro lotes reservados para bibliotecas, quatro áreas para postos de gasolina, quatro áreas para postos de saúde, uma área reservada para centro médico hospitalar, duas áreas destinadas para feiras livres, além de áreas verdes destinadas para jardins públicos, praças e todo tipo de complexo de serviços públicos, diversões e recreações (ROMERO, 2015, p. 140, 1ª reimp.).

IMAGEM 4: Plano Urbanístico de Ceilândia



Fonte- Arquivo Público do Distrito Federal.

O plano foi adotado com um traçado interessante a ser analisado, apresentando parcelas de 250m² e contando com uma série de becos entre os conjuntos de casas (ROMERO, 2015). Tal modelo foi caracterizado por Romero (2015) como uma grelha, que não passa de um arranjo urbano pobre e padronizado em grande parte das cidades ocidentais.

Romero (2015) ainda explicita porque o modelo urbanístico de Ceilândia adquiriu referenciais urbanísticos muito pobres. De acordo com a autora:

O bairro deve ser avaliado por sua característica principal: pelas relações de centralidade, ou seja, o ponto no qual, pelo consenso, há maior coincidência de representações. Na Ceilândia, a falta de um lugar específico para exercer relações de convívio e centralidade transforma a Feira Central e as margens da Caixa D'água no ponto turístico da cidade, no centro. Nesse lugar, localizam-se as atividades de maior concentração de pessoas e atividades (ROMERO, 2015, p. 151, 1^a reimp.).

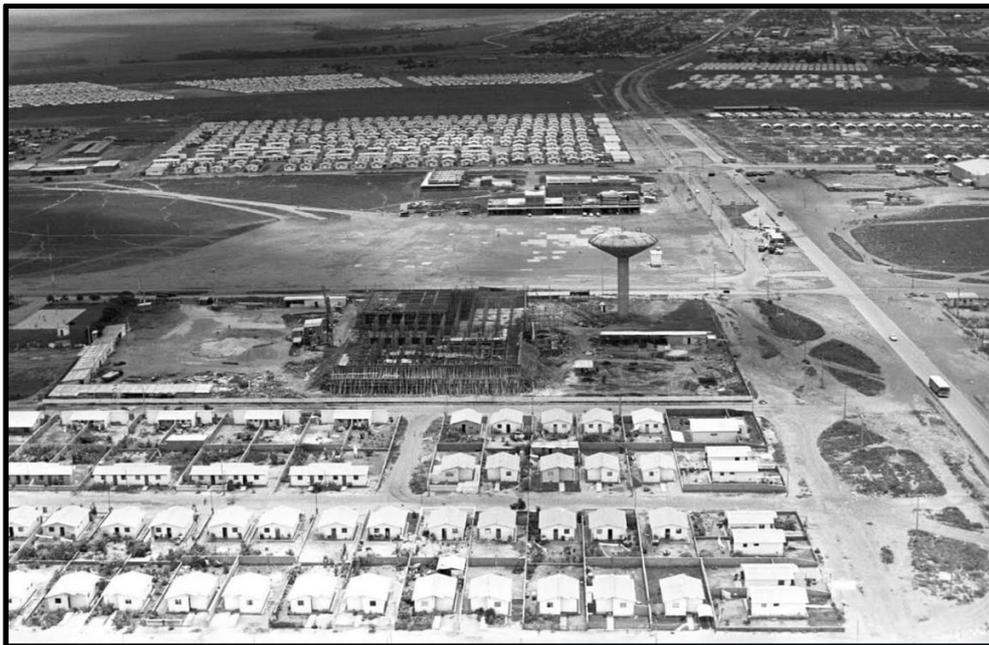
Ceilândia está na Unidade de Planejamento Territorial (UPT) Oeste, (que compreende também as RA's de: Brazlândia, Samambaia e Taguatinga). A UPT foi estabelecida através do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, decorrente da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e atualizado através da Lei

Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Atualmente essa UPT caracteriza-se por ser o principal polo de desenvolvimento urbano do DF.

Importante destacar que o PDOT está previsto tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no Estatuto da Cidade e visa basicamente ordenar o crescimento das cidades e orientar sobre a aplicação dos recursos públicos nessa área (PDAD/CODEPLAN, 2018).

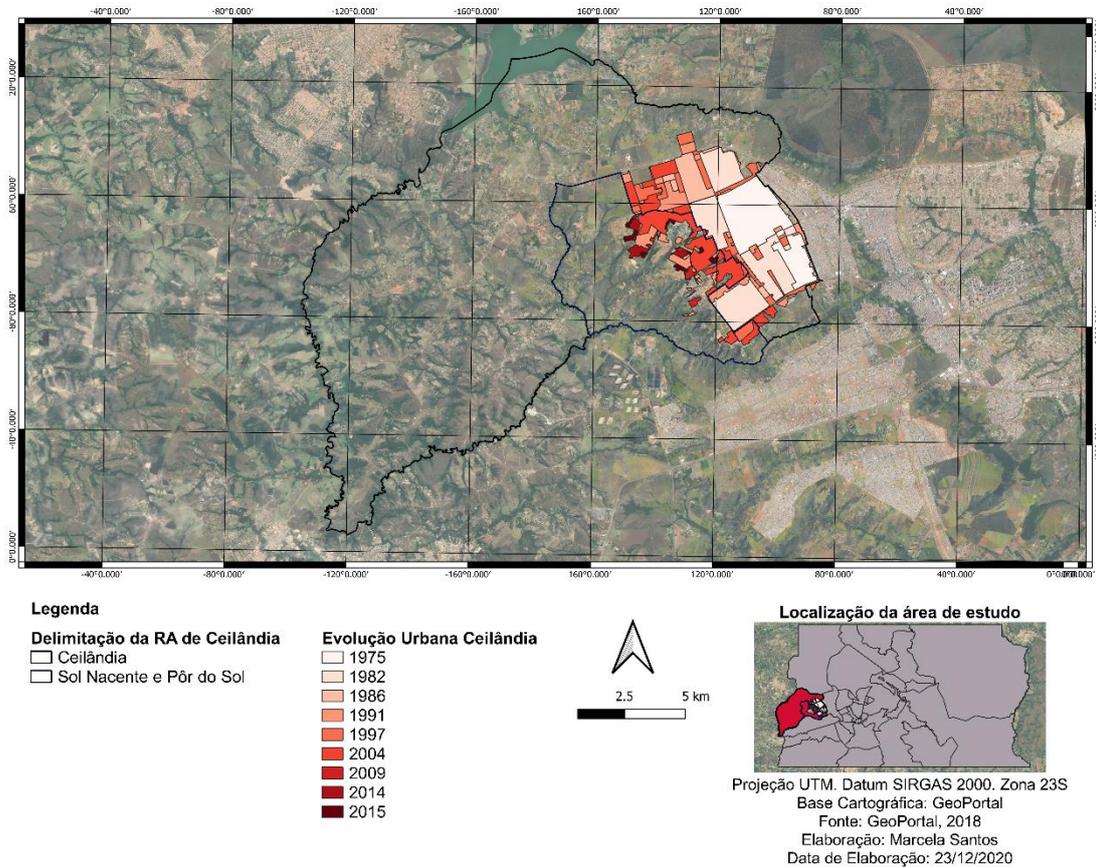
Durante os anos 80 a ocupação do solo urbano de Ceilândia foi sendo definida e normalizada (**IMAGEM 5**), de acordo com Romero: “verifica-se nesse período a consolidação da malha urbana que atualmente constitui o DF” (ROMERO, 2015, p. 147, 1ª reimp.). Ressalta-se que Ceilândia, atualmente, não apresenta a mesma configuração do plano urbanístico feito por Ney Gabriel em meados dos anos 1970. Nesse interim, alguns outros setores habitacionais como: o Setor O, o Setor Industrial de Ceilândia, o P Norte e o P Sul, foram inseridos na malha urbana de Ceilândia, principalmente através do programa da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS) (**MAPA 2**).

IMAGEM 5: Início da urbanização em Ceilândia



Fonte - Arquivo Público do Distrito Federal.

MAPA 2: Evolução Urbana de Ceilândia



Mapa 2 – Fonte: GeoPortal, 2018. Elaboração: Marcela Santos.

De acordo com Corrêa (2000), o governo exerce um papel importante no que se refere a produção do espaço urbano, podendo atuar desde o nível nacional até os níveis locais. Dentre as funções do Estado na construção do espaço urbano, estão: a organização e; a interferência no espaço, que pautado em uma sociedade capitalista, está diretamente relacionado à privilegiar os interesses das classes dominantes. Em conformidade com Corrêa: “a atuação do Estado se faz fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista [...]” (CORRÊA, 2000, p.26). Este processo, baseado no propósito do Estado capitalista, leva à segregação.

A segregação pode resultar de uma ação direta do governo, que é o caso de Ceilândia, que surgiu por meio da periferização institucionalizada pelo GDF. Assim como Ceilândia, grande parte das RA's do DF surgiram através do planejamento capitalista pautado na segregação promovido do GDF. Esse planejamento consiste basicamente

em expulsar os pobres residentes no centro da cidade redirecionando-os para localidades periféricas, deixando o capital imobiliário atuar e realizar seus negócios nas regiões centrais, onde o preço da terra é mais elevado (CORRÊA, 2000).

É possível perceber que o espaço urbano de Ceilândia teve o início de sua construção pautado na segregação de sua população através da atuação do próprio GDF. Segundo Rodrigues (2008): “Os “pobres” devem ficar em lugares não visíveis para não atrapalhar a ordem prevista nos planos e metas” (RODRIGUES, 2008, p.112). Caracterizando exatamente o que aconteceu com a população da atual RA de Ceilândia.

Além da atuação do Estado na construção do espaço urbano, também é necessário considerar a contribuição dos grupos socialmente excluídos nesse processo, isto é, grande parcela da população não tem poder aquisitivo suficiente para habitar em localidades costumeiramente centrais, logo, essas populações são excluídas social e espacialmente. No que se refere à produção do espaço nos locais que se encontram em vulnerabilidade existe uma atuação de seus próprios habitantes, que como forma de resistência, continuam a lutar pelo direito à cidade (CORRÊA, 2000). Logo, essas populações são excluídas social e espacialmente.

A evolução de uma favela para uma área urbanizada, como no caso de Ceilândia que evoluiu de CEI para Ceilândia, resulta, de certa forma, de uma ação também dos moradores da região. Durante determinado período os próprios moradores modificaram e continuam modificando, mesmo com as dificuldades, suas residências e as áreas próximas às suas residências. Esses atos promovem mudanças na infraestrutura urbana da região e ocasionam melhorias em fatores como a mobilidade urbana, por exemplo.

De acordo com o disposto acima, o espaço urbano pode ser produzido por diferentes agentes. No caso de Ceilândia, podem ser citados como os principais agentes para a produção de seu espaço urbano: o governo e a população habitante deste espaço. Um assume papel importante no processo de construção do espaço e o outro, atua diretamente em sua transformação constante, através dos movimentos sociais e por meio da exigência de melhorias nas condições de vida.

O espaço urbano de Ceilândia, atualmente, apresenta diferenças se analisado tendo como base o projeto urbanístico da cidade proposto por Ney Gabriel Sousa na década de 1970. Hoje a cidade não conta com grande parte dos recursos de infraestrutura propostos no plano de Ney Gabriel, em especial no que se refere às áreas de lazer na cidade. A exemplo disso, destacamos que Ceilândia não dispõe nem de metade dos cinemas propostos no planejamento de Ney Gabriel.

Em relação à infraestrutura urbana nas proximidades dos domicílios de Ceilândia, em conformidade com entrevistas aplicadas pela CODEPLAN, por meio da PDAD (2018) as casas de Ceilândia, em sua maioria são regularizadas (81%), possuem abastecimento de água encanada (99,5%), energia elétrica (99%), esgotamento sanitário (91,3%) e coleta do lixo (99,3%), porém, maioria não seletiva (85,8%). Verificou-se que 86,3% das ruas são asfaltadas, 83,3% têm calçadas e 77,6% têm meio fio, 94,1% das ruas são iluminadas e de acordo com os entrevistados 72,7% das ruas têm rede de água pluvial. No entanto, 33,7% dos entrevistados relataram que nas ruas havia entulhos, 32,5% afirmaram que suas ruas alagam em ocasiões de chuva e 50,4% falaram sobre as ruas serem esburacadas (PDAD/CODEPLAN, 2018).

Além disso, 42,6% dos entrevistados afirmaram a existência de parques e jardins nas proximidades de suas residências em Ceilândia, sendo que, 62,4% comentaram que existem quadras esportivas na cidade, 47,8% também falaram sobre a presença de ciclovias ou ciclo faixas e 59,8% salientaram sobre os PEC's (Pontos de Encontro Comunitário) (PDAD/CODEPLAN, 2018).

Outro fator que deve ser considerado no conceito de infraestrutura urbana, em especial relacionada às taxas de homicídio é a segurança pública. De acordo com dados disponibilizados pela PDAD/CODEPLAN (2018), 48,6% dos entrevistados afirmaram haver policiamento regular na cidade e, apenas 7,9% dos domicílios apresentam equipamentos de segurança individual. Segundo a Administração Regional de Ceilândia¹⁸, atualmente a cidade conta com 2 Batalhões da Polícia Militar e 4 Delegacias de Polícia Civil.

Acerca da localização dos Batalhões da Polícia Militar apresentados pela Administração de Ceilândia, um dos batalhões encontra-se em Ceilândia Sul (8º Batalhão da Polícia Militar), especificamente na Área Especial da Quadra Norte N (QNN) e o outro localiza-se em Ceilândia Norte (10º Batalhão da Polícia Militar), no Setor de Indústrias da cidade. A cidade ainda conta com as seguintes delegacias de Polícia Civil: 15ª Delegacia de Polícia (DP) localizada em Ceilândia Norte, 19ª DP no Setor P Norte, 24ª DP no Setor O e 23ª DP no Setor P Sul.

Relacionando violência e segurança, Steinberger e Cardoso (2015), explicitaram:

A premissa maior da atividade de segurança pública é a sua perspectiva sistêmica, expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos interessados e entre eles e a sociedade civil organizada. A prestação de serviços públicos de segurança

¹⁸ Administração Regional de Ceilândia (Segurança). Disponível em: <http://www.ceilandia.df.gov.br/category/onde-encontrar/seguranca/> Acesso em: 12 out., 2020.

engloba atividades repressivas e preventivas, tanto de natureza policial quanto não-policial, a exemplo, como no caso do provimento de iluminação pública (STEINBERGER e CARDOSO, 2015, p. 116, 1ª reimp.).

Em termos gerais, o espaço urbano fragmentado, ou simplesmente a organização espacial da cidade é o conjunto de diferentes usos da terra como: a concentração do comércio; a prestação de serviços, as áreas habitacionais e; as áreas de lazer (CORRÊA, 2000). De certa forma, todos esses serviços prestados à população bem como a própria organização da comunidade promovem meios de segurança denominadas como preventivas.

Sabendo disso, será analisado a seguir como a violência ocorre no espaço urbano de Ceilândia levando em consideração as questões históricas relacionadas aos crimes na cidade. Através de algumas notícias disponibilizadas pelo Correio Braziliense sobre os homicídios em Ceilândia desde seu erguimento e poderão ser compreendidos os motivos que levam a cidade a ser considerada violenta. Além disso, serão verificados os fatores dentro da cidade que contribuem com os atos violentos que ali ocorrem.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA DO ESPAÇO URBANO DE CEILÂNDIA E A VIOLÊNCIA

Este capítulo consiste em compreender de que modo a violência está atrelada à cidade de Ceilândia e como ela se instaura nesse espaço. Para isso, serão verificados os motivos que levam Ceilândia a caracterizar-se como violenta através de dados bibliográficos e documentais. Assim sendo, serão buscados na historicidade e na socioespacialidade de Ceilândia os elementos que levam aos homicídios.

Dentro das cidades é que as formas de violência são produzidas e reproduzidas. A criminalidade, juntamente com outros fatores que envolvem a violência urbana são um problema de todas as parcelas da população. Sabendo disso, entende-se que a urbanização perversa onde se faz presente a exclusão é o berço da violência e da criminalidade (FERREIRA e PENNA, 2015).

Segundo Ferreira e Penna (2015), a violência é um fato que se territorializa no espaço, exercendo o poder de se fixar nele, produzindo os “territórios da violência”, por meio do poder do crime organizado e medo social. De acordo com as autoras:

Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, à ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização, que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, interpenetram-se, completam-se e contradizem-se. Admite-se então que a violência também se territorialize (FERREIRA e PENNA, 2015, p. 62, 1ª reimp.).

Em conformidade com Steinberger e Cardoso (2015), observando a violência a partir de uma perspectiva geopolítica é necessário mostrar os agentes que detêm o poder nos territórios onde a violência se instaura. As autoras afirmam:

Para tanto, inicialmente, é preciso reconhecer que somos todos atores responsáveis pela violência urbana, seja por ação ou por omissão, seja por alienação ou preconceito. Isso porque ela é um sintoma de que não somente alguns membros, mas toda a sociedade está doente. [...] É preciso também reconhecer que a violência urbana envolve poder, representado por diferentes signos e inerente a todos os atores sociais (STEINBERGER e CARDOSO, 2015, p. 90, 1ª reimp.).

No espaço urbano, existem duas distinções: de um lado as classes dominantes e; do outro as classes populares, no meio dessas duas, há a classe média. A fragmentação do espaço em classes é o responsável por dar origem a um tecido urbano contraditório. Por meio da contradição espacial é que são criados os espaços desvalorizados. Em

grande parte, são os espaços desvalorizados que sofrem as ausências do Estado. Nesses locais, geralmente, as populações socialmente excluídas são abrigadas e expostas a diversos tipos de violência, principalmente os homicídios. (FERREIRA e PENNA, 2015).

Os espaços de exclusão acomodam a população segregada e, conseqüentemente, a violência em suas diferentes dimensões. Nesse sentido, as populações segregadas são as que sofrem as maiores conseqüências da violência estrutural e da criminalidade. É comum que massas mais pobres sejam mais facilmente dominadas por organizações criminosas, contudo, a pobreza por si só não é um determinante para a violência (FERREIRA e PENNA, 2015).

A realidade entre o centro – Plano Piloto – e a periferia – Ceilândia – no caso do DF, não foge da configuração espacial das demais cidades brasileiras, em especial, as cidades metropolitanas. De acordo com Romero (2015), Ceilândia passa a ser então compreendida como uma área periférica deteriorada, mas não só isso, também é reconhecida por uma de suas primeiras funções dentro da dinâmica urbana no DF, a de cidade dormitório. Reitera-se que atualmente Ceilândia não é mais caracterizada como uma cidade dormitório, apesar de um contingente populacional considerável da cidade (44,2% da população, considerando Ceilândia e Sol Nascente e Pôr do Sol)¹⁹ se deslocar todos os dias para o Plano Piloto.

Entretanto, não é possível considerar que Ceilândia se opõe ao Plano Piloto. Apesar de apresentarem uma dinâmica de centro e periferia essas cidades não são dicotomizadas. Ou seja, Ceilândia não existiria se o processo de construção do Plano Piloto não tivesse sido como foi. Além disso, o Plano Piloto também não existiria sem as RA's ao seu redor, afinal, são essas regiões, em especial as periféricas que mantêm a capital federal funcionando (FERREIRA e PENNA, 1996).

Assim como as demais grandes cidades brasileiras, o DF apresenta os mesmos grandes desafios que todas as cidades tradicionais enfrentaram para alcançar o desenvolvimento. Dentre esses problemas que se mantêm atuais até hoje, encontra-se principalmente a pobreza, o desemprego, a marginalização e a violência. A metrópole brasiliense, desse modo, é constituída por espaços que detêm a função de segregar, no

¹⁹ PDAD/ Codeplan/ DIEPS/GEREPS/PDAD 2018 – Ceilândia. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf> Acesso em: 14 dez., 2020.

qual, as populações periferizadas passam a viver no interior do espaço metropolitano (FERREIRA e PENNA, 1996).

Além das parcelas mais pobres da sociedade, em geral, estarem mais expostas a violência urbana, também são esses os indivíduos que lidam com a falta de recursos básicos, com a desigualdade social e os elevados índices de vulnerabilidade. Seria então correto dizer que se certa comunidade fosse retirada da localidade onde está, a violência acabaria? Não. A mesma forma espacial, com as mesmas características iriam aparecer em outro espaço. Essa problemática só teria resolução caso os processos que dão origem a esses fenômenos não persistissem (FERREIRA e PENNA, 2015).

Outrossim, o pobre, ou mesmo a pobreza não devem ser tomados como os causadores dos problemas urbanos relacionados a violência. A diminuição das desigualdades, por exemplo, age fortemente na redução dos índices de homicídio, mas esse fato não se deve apenas à conformação de que os pobres, por conta da pobreza, são violentos. O pouco alcance de alguns programas sociais bem como a falta de implementação de segurança pública e infraestrutura urbana de qualidade, esses sim, podem impactar diretamente nas taxas de violência de determinados locais (FERREIRA e PENNA, 2015).

Durante a década de 70 houve grande intensificação da segregação socioespacial no DF. A demanda por habitação partindo principalmente das populações de baixa renda causou diversos problemas sociais ocasionando os processos de segregação, bem como de periferização. Esses processos deram vida à grandes núcleos periféricos em todo o DF, dentre estes, salienta-se o caso de Ceilândia (FERREIRA e PENNA, 2015).

De acordo com Romero (2015), a desigualdade de acesso ao espaço no DF chega a ser dolorosa. Nos anos 2000, por exemplo, a autora salienta que dentre os mais de 800 espaços de lazer presentes no DF, cerca de 34% estavam concentrados no Plano Piloto. Em contrapartida Ceilândia, na mesma época, detinha mais de 5 mil pessoas disputando apenas 7,5% das áreas de lazer do DF.

Conforme dados dos anos 2000 disponibilizados por Vasconcelos e Costa (2015), em relação à espacialização da violência no DF tendo como base as taxas de homicídio das RA's correlacionadas com as rendas familiares, os autores constataram que nas periferias mais distantes do Plano Piloto é que estavam concentrados os maiores índices de violência. A exemplo, comparam-se dados do Lago Sul e da Ceilândia. Nessa época (1999-2000) o Lago Sul apresentava renda familiar de aproximadamente R\$ 7.400,00 mensais, a média de homicídios da RA a cada 100.000 habitantes era de 9,8. Já

Ceilândia, que contava com renda mensal de cerca de R\$ 670,00, tinha uma taxa de 43,7 homicídios a cada 100.000 habitantes.

Os autores salientaram:

[...] as áreas de maior risco de mortalidade por violência no Distrito Federal evidenciam a relação entre a dinâmica de ocupação urbana, a exclusão social e os territórios de violência. No centro preservado, os índices de mortalidade por violência são baixos, enquanto a periferia pobre apresenta índices muito mais elevados. Compreender a formação de Brasília e de seu aglomerado urbano e o papel da política de preservação do centro e de transferência da população favelada e das invasões para a periferia, implicando um duplo processo de seletividade espacial e segregação social, é fundamental para entender a espacialidade da violência no Distrito Federal (VASCONCELOS e COSTA, 2015, p.48, 1ª reimp.).

A partir da segregação vivenciada pela população de baixa renda que foi fixada em setores habitacionais distantes do Plano Piloto, caracterizado anteriormente como 'centro preservado', as cidades expandiram-se de forma significativa. Manter a arquitetura moderna e os monumentos da capital preservados resultou na formação de um espaço urbano disperso e desigual distante do centro. Esse espaço consiste nas periferias do DF, onde, atualmente, concentram-se populações de rendas mais baixas.

Sabendo que existem fatores particulares que influenciam as variáveis espaciais para a compreensão da violência urbana, é necessário compreender como esse fenômeno ocorre em Ceilândia especificamente.

Considerando que Ceilândia é historicamente segregada e durante muitos anos foi intitulada como uma das RA's mais violentas do DF é necessário analisar a violência em Ceilândia. Além disso, torna-se necessário relacionar a violência na cidade ao processo histórico de constituição do seu espaço urbano. Para isso, serão verificados a seguir alguns fatos históricos reportados por noticiários renomados no DF que podem contribuir para a caracterização do espaço de Ceilândia como violento.

3.1- Espaço, Sociedade e Violência – Os homicídios em Ceilândia

Os índices de violência podem ser verificados através das taxas de homicídio que ocorrem no país. Entre os anos de 1980 a 2000, a título de exemplo, o aumento das taxas de mortalidade por homicídios no Brasil foram consideráveis, apresentando um salto de 130% no decorrer desses 20 anos (VASCONCELOS e COSTA, 2015). Embora, ressalta-se que o crescimento da violência não se dá de forma homogênea no território, apresentando cidades com mais casos em relação à outras.

Cerqueira (2014), do mesmo modo, afirmou que entre 1980 e 2003 o Brasil foi marcado pelo alto crescimento dos índices de homicídio. A partir de 1999, levando em consideração dados até 2002, em conformidade com Waiselfisz (2007) pôde ser percebida uma estagnação em relação aos índices de violência nas grandes capitais e regiões metropolitanas. As altas taxas de violência que até então vinham crescendo em regiões centrais, deram lugar aos altos índices em localizações interioranas. Porém, por estar baseado em dados de um curto período esse fenômeno foi considerado momentâneo, visto que a diminuição decorreu basicamente até o ano de 2007 (WASELFSZ, 2007; CERQUEIRA, 2014).

Todavia, o exposto por Waiselfisz (2007) e Cerqueira (2014) se mostrou um fato não apenas circunstancial. De fato, ao longo dos anos 2000 os índices de homicídio obtiveram redução, inclusive no DF, bem como em Ceilândia, nosso objeto de estudo. De acordo com o Atlas da Violência (2019), o DF, por exemplo, foi uma das Unidades da Federação (UF) com maior taxa de redução nos índices de homicídio desde 2012. Entre 2012 e 2017 o DF obteve decréscimo de 44,3% nos índices de homicídio. As razões para a diminuição das taxas contam principalmente com a melhoria em alguns setores da segurança pública.

Importante ressaltar que até 2003 o Brasil não contava com um sistema nacional de estatísticas criminais que fosse voltado para a segurança pública, bem como para os estudos relacionados à criminalidade. A partir de 2003, foi implantado o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal pelo Ministério da Justiça. Dessa forma, dados que até então só eram disponibilizados pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e que em muitos casos apresentavam erros, passaram a ser responsabilidade do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, apresentando a partir de então melhorias no campo da segurança pública (VASCONCELOS e COSTA, 2015).

As taxas de mortalidade por homicídios nas grandes regiões do Brasil apresentaram em primeiro lugar, a Região Sudeste com 36,6 homicídios por 100 mil habitantes e o Centro-Oeste com 29,3. A violência obteve maior concentração nas áreas urbanas e o crescimento foi mais acentuado nas 14 regiões metropolitanas do Brasil, incluindo o DF e o Entorno (VASCONCELOS e COSTA, 2015).

Os homicídios durante as décadas de 80 e 90 no DF tiveram um aumento considerável, em especial, por conta da acelerada urbanização excludente. Brasília, nesse momento, configurava entre as oito capitais mais violentas do país com taxas entre

77,6% e 78,2% no que tange aos óbitos entre jovens por homicídio no período entre 1989 e 1998 (FERREIRA e PENNA, 2015).

O DF é caracterizado como uma das Unidades da Federação mais tranquilas para viver no Brasil, apresentando considerável qualidade de vida. Isso porque, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁰ do DF atualmente é de 0,824, de acordo com o IPEA²¹, logo, o DF configura atualmente o IDH mais alto do país, junto com outras duas UF's (São Paulo e Santa Catarina). No entanto, a segurança pública e os índices de violência mudam completamente a caracterização de tranquilidade pela qual o DF é conhecido, uma vez que, a violência continua a se propagar em suas RA's – fato que não é demonstrado através do IDH.

Embora o IDH do DF seja elevado, alcançando a marca de maior IDH do Brasil no ano de 2020, é importante considerar também outro índice significativo quando se estuda a violência, o Índice de Gini. O Índice de Gini²², apresentando-se como o oposto do IDH é o índice no qual podem ser analisados os níveis de desigualdade de determinada localidade, bem como os fatores vinculados à concentração de renda.

No caso do DF, o Índice de Gini calculado pela CODEPLAN por meio de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), até o ano de 2014 foi de 0,582, estando a cima da média nacional (0,518)²³.

Ainda de acordo com a CODEPLAN, O DF atingiu seu pico de desigualdade no ano de 2003, apresentando índice de 0,634. O menor índice de desigualdade apresentado pelo DF foi no ano de 1978 (0,564). Assim sendo, é possível constatar que apesar do DF apresentar um IDH elevado, por outro lado, apresenta também um elevado índice de desigualdade. Essa desigualdade, em certa medida, pode confluir para o aumento nos índices de violência.

²⁰ O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Quando o índice está perto de 1 maior é o desenvolvimento humano.

²¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA. 2020). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=5&limitstart=5350&limit=10&Itemid=1 Acesso em: 14 dez., 2020.

²² O Índice de Gini é uma medida de desigualdade econômica, ou seja, mostra quão concentrada é a renda de uma determinada população. Quando o índice está mais próximo de 1, maiores são as desigualdades, maior é a concentração de renda.

²³ InfoDF. Portal de Informações Estatísticas do Distrito Federal. Disponível em: http://infodf.codeplan.df.gov.br/?page_id=23 Acesso em: 16 abr.,2021.

Como já salientado, Ceilândia, bem como o DF, também apresentou redução nas taxas de homicídio. De acordo com dados da PDAD/CODEPLAN (2013)²⁴, quando questionados sobre a violência em Ceilândia, os moradores da cidade entrevistados, em sua maioria (87,38%), alegaram não ter sofrido qualquer tipo de violência no ano de 2012. Contudo, os 12,62% que sofreram algum tipo de violência informaram que o local de ocorrência foi predominantemente dentro da própria cidade de Ceilândia, em 71,94% dos casos.

Acentua-se que Ceilândia é conhecida como uma das RA's mais violentas do DF, mesmo atualmente apresentando consideráveis diminuições nos índices de violência. Admite-se, então, que Ceilândia é caracterizada historicamente como uma região violenta, onde desde os anos 70 nos primeiros anos de fixação da população erradicada é vista como perigosa.

Segundo Oliveira (2008), o processo de remoção dos moradores da Vila IAPI para a Ceilândia resultou em elevados índices de violência. Entre os anos 1970 e 1980, por exemplo, graves problemas sociais foram vivenciados pelos moradores de Ceilândia. A cidade alcançou níveis consideráveis em relação à criminalidade, conforme Oliveira (2008, p.71) “o maior índice de criminalidade de todo o Distrito Federal” (apud BASTOS, 1979, p.32). Ao passo que a qualidade de vida da população erradicada obteve decréscimo, principalmente por conta da redução da renda familiar; da dependência de outras regiões e; da falta de infraestrutura urbana, os índices de violência ascenderam (OLIVEIRA, 2008).

Analisando notícias do Correio Braziliense²⁵, que é um noticiário de grande renome no Distrito Federal, são verificadas várias manchetes e narrações acerca da violência em Ceilândia e também dos homicídios que ocorreram na cidade. Em 1972, por exemplo, o primeiro homicídio do DF aconteceu em Ceilândia. Segundo o noticiário (1972): “a polícia prendeu [...] autor do primeiro homicídio registrado em 1972 no Distrito Federal quando ele matou outro homem numa festa que marcava a passagem do ano [...] numa casa da Ceilândia na QNM 04” (CORREIO BRAZILIENSE, 1972, p.13)²⁶.

²⁴ PDAD/Codeplan. Ceilândia – 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Ceil%C3%A2ndia.pdf> Acesso em: 29 out., 2020.

²⁵ Correio Braziliense é um dos mais importantes noticiários do Distrito Federal. O jornal foi fundado no dia 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand, junto com a inauguração da TV Brasília no mesmo ano e dia da inauguração da Capital Federal.

²⁶ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1970-1979). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=Homic%c3%addios%20Ceil%c3%a2ndia&pagfis=25476 Acesso em: 22 out., 2020.

Percebendo que em 1971 Ceilândia recebeu seus primeiros moradores e logo no ano seguinte o primeiro homicídio do DF aconteceu exatamente na cidade, é possível notar um dos motivos pelos quais Ceilândia é historicamente conhecida como violenta. Além de notícias relacionadas aos homicídios, o Correio Braziliense também notificou diversas vezes outros tipos de crimes que aconteceram em Ceilândia, dentre eles, são destacados os assaltos.

Em 1974, novamente o jornal informa sobre os homicídio em Ceilândia, nesse caso, a manchete explicita mais um homicídio ocorrido na cidade. “Mais um homicídio em Ceilândia Norte” (CORREIO BRAZILIENSE, 1974, p.1)²⁷. De acordo com a manchete pode ser notado o tom de uma notícia costumeira acerca dos homicídios em Ceilândia, levando o leitor a entender que os homicídios são de fato comuns na cidade.

Vale ressaltar que em 1974 Ceilândia contava apenas com uma Delegacia de Polícia, bem como a cidade de Taguatinga (CORREIO BRAZILIENSE, 1974)²⁸. Levando em conta que nesse período Ceilândia encontrava-se com altos níveis de criminalidade, apenas uma delegacia não era o suficiente para conter os casos de violência ocorridos na cidade. Conforme o Correio Braziliense (1974) a construção de mais delegacias constituía um cenário interessante, segundo o exposto pelo noticiário essas construções estavam sendo cotadas para o bem-estar da população de Taguatinga, visto que, segundo o noticiário os moradores de Ceilândia é que traziam insegurança para os moradores da cidade.

O discurso trazido no jornal mostra claramente que de certo modo, os moradores de Ceilândia estavam sendo culpados pela violência em Taguatinga. O noticiário traz os assaltos como atos que podem apenas ser praticados por moradores de Ceilândia, que são intitulados ‘elementos’ pelo próprio Correio Braziliense. Ou seja, a reportagem induz o leitor a compreender que o abandono de Taguatinga pelo poder público, a falta de policiamento e proximidade com Ceilândia são os fatores que motivam a violência na cidade.

²⁷ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1970-1979). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=%22mais%20um%20homic%C3%ADdio%20em%20Ceil%C3%A2ndia%20Norte%22&pagfis=43458 Acesso em: 4 nov., 2020.

²⁸ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1970-1979). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=%22mais%20delegacias%20para%20Taguatinga%22&pagfis=53613 Acesso em: 4 nov., 2020.

Esse tipo de notícia, mais uma vez, deixa claro os motivos que levam Ceilândia a ser considerada violenta historicamente. Antes mesmo de ter sua população completamente removida para a cidade, ou mesmo com habitações fixas, os moradores de cidades vizinhas, como é o caso de Taguatinga, já culpavam a população de Ceilândia pela criminalidade em suas próprias cidades.

Posteriormente, relacionando os dados expostos por Ferreira e Penna (2015) acerca dos índices de violência nos anos 80, o Correio Braziliense também notificou informações sobre as altas taxas de violência no DF nesse período. As autoras trouxeram a urbanização excludente como uma das razões para o aumento dos índices. Conforme o Correio Braziliense (1980) a migração era o que mais preocupava o GDF naquele momento. Por causa do fluxo migratório o governo tinha de lidar com duas questões principais: a falta de moradia e o desemprego.

Segundo o Correio Braziliense:

Diante desse quadro e do aumento alarmante do índice de criminalidade, o GDF resolveu tomar drásticas medidas. A principal de todas: estimular o desenvolvimento das cidades satélites, fórmula na opinião dos técnicos de evitar a inchação do Plano Piloto sem deixar de atender o fluxo migratório que continua crescendo. Outra providência: restringir a construção de casas populares pela SHIS, pois o programa habitacional adotado no início da construção da cidade, para abrigar os primeiros moradores, já tinha atingido seu objetivo passando a uma fase de saturação – nos últimos anos a maioria das pessoas que chegaram no DF só tinham um objetivo: adquirir a casa própria (CORREIO BRAZILIENSE, 1980, p.17)²⁹.

Sendo assim, entende-se que nas cidades onde o crescimento demográfico é elevado, principalmente correlacionado ao intenso fluxo migratório, como é o caso do DF, a concentração no centro de grande parte dos serviços, é maior. São esses serviços que produzem o território funcional, por esse motivo nas áreas periféricas existe a dependência da função residencial a princípio com objetivo de futuramente ampliar sua dinâmica urbana (FERREIRA e PENNA, 1996).

O que foi comentado pelo noticiário atrelado ao processo de urbanização excludente explicitado por Ferreira e Penna (2015), só confirmam o que Gonzales (2010) descreveu sobre a expansão urbana no DF atrelada ao processo de segregação:

O próprio Governo do Distrito Federal induziu a esse tipo de ocupação dispersa e periférica, promovendo a ocupação prematura das cidades satélites para responder à demanda real

²⁹ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1980-1989). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_03&pasta=ano%20198&pesq=%22adquirir%20casa%20pr%C3%B3pria%22&pagfis=149 Acesso em: 14 dez., 2020.

de habitação das populações com renda abaixo de 5 salários mínimos [...] (GONZALES, 2010, p. 118 e 119, 2ª ed).

Contudo, na mesma edição do jornal, o noticiário relata o crescimento em demasia da população de Ceilândia que veio vinculado à problemas sociais, porém, por conta do crescimento da cidade que de acordo com o jornal contava com planejamento social e projetos de infraestrutura, Ceilândia é denominada como: “Favela de Ouro” considerando a cidade como a menina dos olhos do GDF. Por outro lado, é notificado que Ceilândia nesse momento é o polo de atração de imigrantes e que por ser constituída basicamente por pessoas de baixa renda continua sendo a cidade mais violenta do DF (CORREIO BRAZILIENSE, 1980)³⁰.

Logo, entende-se que mesmo após praticamente 10 anos do processo da construção de Ceilândia e apesar da cidade ser considerada como “a menina dos olhos dos GDF”, Ceilândia permaneceu com o estigma de cidade violenta. De certa forma, o termo poético utilizado pelo noticiário pode ter relação com o processo de segregação até então sutil que aconteceu durante a CEI. O GDF, em dada medida utilizou de diversos elementos para incentivar à população a realizar a mudança para longe do centro, dentre eles, estava o termo “menina dos olhos”, levando a população a crer que o processo de erradicação, na verdade, seria benéfico para ambas as partes.

O GDF através da SHIS promoveu a construção de habitações em diversas áreas com o objetivo de abrigar as parcelas populacionais que por motivos claros não podiam habitar o centro da cidade. Dessa forma, o processo de construção de moradias nas áreas periféricas, em especial em Ceilândia atrelado ao fluxo migratório, contribuíram para uma grande expansão populacional, que em certa medida confluiu para o aumento dos índices de violência no DF. Isso demonstra que não necessariamente a região é violenta por ser pobre, contudo, os índices de criminalidade são refletidos pela má distribuição da renda.

Entre os anos 70 e 80 as RA's do DF eram em grande parte compostas por habitações provisórias e a despeito de toda a produção de casas nesse período pela SHIS, ainda assim, o controle do crescimento dos núcleos habitacionais era difícil. Contudo, o GDF não permitia a construção de novos barracos nas denominadas invasões, desse modo, as populações que ainda viviam nessas áreas deveriam esperar

³⁰ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1980-1989). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_03&pasta=ano%20198&pesq=%22adquirir%20casa%20pr%C3%B3pria%22&pagfis=192 Acesso em: 4 nov., 2020.

o tempo determinado para então passar pelo processo de erradicação (GONZALES, 2010).

Em Ceilândia, até meados dos anos 80, por exemplo, foram construídas mais de 19 mil casas definitivas, cerca de 90% delas foram erguidas pela SHIS. Entretanto, a cidade ainda contava com parcelas da população vivendo em residências provisórias. Importante salientar que o número de unidades residenciais definitivas era menor que o número de famílias agregadas nessas residências, mostrando que a superlotação dos lotes era algo bastante vivenciado pelos moradores de Ceilândia (GONZALES, 2010). No decorrer da década de 80 é que o processo de ocupação do solo urbano de Ceilândia foi normalizado. Entretanto, o crescimento urbano desenfreado, como o ocorrido em Ceilândia, promove a falta de espaços urbanos para a população.

Nos anos 90, os homicídios em Ceilândia permaneceram nas manchetes do Correio Braziliense. Em 1990, a título de exemplo, o noticiário anunciou que Ceilândia rompeu o ano de 1989 com seis dos sete homicídios ocorridos no DF³¹, fechando o feriado de fim de ano mais uma vez, com o primeiro crime do ano no DF. Contudo, na semana seguinte, o Correio Braziliense informou que a cidade de Ceilândia, considerada pelo próprio noticiário como a cidade mais violenta do DF, foi marcada por um fato raro, nenhum homicídio durante o fim de semana (CORREIO BRAZILIENSE, 1990)³².

Em conformidade com Steinberger e Cardoso (2015), entre o fim da década de 90 e o início dos anos 2000, Brasília encontrava-se tomada pela violência: “hoje é chocante verificar, que no ranking das estatísticas de crimes, até mesmo internacionais, Brasília ocupa os primeiros lugares. Embora, não desconhecendo que a mídia muitas vezes amplie os fatos [...]” (STEINBERGER e CARDOSO, 2015, p.114, 1ª reimp.).

Durante os anos 2000, a violência no DF é retratada no Correio Braziliense com uma realidade assustadora. De acordo com o jornal, o DF fechou o ano de 2003 batendo recordes, sendo finalizado como o ano mais violento já enfrentado na Capital Federal³³.

³¹ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1990-1991). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_04&pasta=ano%20199&pesq=%22seis%20dos%20sete%20homic%C3%ADdios%22&pagfis=43 Acesso em: 14 dez., 2020.

³² Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (1990-1991). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_04&pasta=ano%20199&pesq=%22seis%20dos%20sete%20homic%C3%ADdios%22&pagfis=579 Acesso em: 14 dez., 2020.

³³ Hemeroteca Nacional Brasileira (Biblioteca Nacional Digital Brasil) – Correio Braziliense DF (2002-2009). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=homic%c3%addio+em+Ceil%c3%a2ndia&pagfis=56888 Acesso em: 14 dez., 2020.

Steinberger e Cardoso (2015), também discorreram sobre a mesma notícia notificada pelo Correio Braziliense:

[...] Os brasilienses despedem-se de 2003 com medo de sacar dinheiro nos caixas eletrônicos, sair à noite, ir à escola, parar num sinal, estacionar, chegar em casa. As estatísticas das delegacias e da Secretaria de Segurança Pública apontam que nunca houve tantos latrocínios, homicídios, assaltos e sequestros-relâmpagos. O número de roubos também acrescentou em relação a 2002, a média mensal aumentou 24%. O brasiliense cercou-se de muros, blindou carros, instalou câmaras em frente as casas. Tentou se proteger da estatística alarmante um crime a cada 20 minutos somente no Plano Piloto (STEINBERGER e CARDOSO, 2015, p.114, 1ª reimp. (apud OLIVETO, 2003)).

Os altos índices de violência notificados no DF entre os anos 1980 e os anos 2000 foram informados pelo Correio Braziliense (2011)³⁴. De acordo com o jornal em 20 anos os homicídios apresentaram aumento em 187%. Saltando de 12,3 homicídios a cada 100 habitantes na década de 80 para 35,4 mortes a cada 100 habitantes em 2000. Na mesma reportagem, o noticiário informa que possivelmente as taxas de homicídio apresentaram aumento por conta das falhas em relação à segurança pública do DF.

Durante os anos 2000, como já salientado anteriormente, os índices de homicídio apresentaram aumentos e diminuições. Através de análise comparativa entre os anos de 1997 e 2007, o portal de notícias da Rede Globo (G1 DF)³⁵ mostrou que o número de homicídios no DF obteve um aumento de 22%. Em contrapartida, segundo dados do Atlas da Violência (2019), a partir de 2007 até 2017 o índice de homicídios a cada 100 mil habitantes diminuiu 31,3%, contabilizando a segunda maior redução na taxa de homicídios do Brasil em 10 anos.

Ressalta-se que no período em que o DF passava por diminuição nos índices de homicídio, Ceilândia, por sua vez, destacava-se nos jornais por conta dos altos índices de violência. No ano de 2012 o G1 (DF)³⁶ informou que Ceilândia estava liderando os índices de violência no DF. De acordo com o noticiário a cidade contava com 5 dos 12 homicídios ocorridos no DF. Além disso, o jornal também noticiou que a cidade também

³⁴ GOULART, G. Explosão demográfica, o ponto de partida para o crescimento da violência. Correio Braziliense. 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/17/interna_cidadesdf,232714/explosao-demografica-o-ponto-de-partida-para-o-crescimento-da-violencia.shtml Acesso em: 17 nov., 2020.

³⁵ Rede Globo. G1 DF. Pesquisa mostra aumento da violência no Distrito Federal. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1552076-5598,00-PESQUISA+MOSTRA+AUMENTO+DA+VIOLENCIA+NO+DISTRITO+FEDERAL.html> Acesso em: 17 nov., 2020.

³⁶ Rede Globo. G1 DF. Ceilândia lidera violência e tem 5 dos 12 homicídios em uma semana, diz GDF. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/07/ceilandia-lidera-violencia-e-tem-5-de-12-homicidios-em-uma-semana-diz-gdf.html> Acesso em: 17 nov., 2020.

estava na liderança das tentativas de homicídio na última semana do mês de junho de 2012, com 5 dos 21 homicídios.

Em 2015 o G1 (DF)³⁷, colocou nas manchetes Ceilândia como a RA mais violenta tendo como base os dados de homicídio do ano de 2014. De acordo com os dados expostos pelo G1, Ceilândia apareceu como a 11ª RA do DF com mais homicídios considerando a proporção populacional. Contabilizando 30,2 homicídios a cada 100 mil habitantes. Além disso, foi notificada redução de 41,3% no número de assassinatos nos dois primeiros meses de 2014. Contudo, levando em conta o número total de homicídios registrados, Ceilândia ocupou a primeira posição com 137 homicídios naquele ano.

Recentemente, em 2017, o Correio Braziliense informou que a cidade mais populosa do DF sofre com a violência e a insegurança³⁸. A reportagem consiste basicamente no depoimento de moradores falando sobre seus medos no que se refere a violência em Ceilândia bem como os atos criminosos vivenciados pelos próprios habitantes da cidade. O jornal explicita principalmente os casos de violência em dois bairros de Ceilândia: Setor O e P Norte, respectivamente.

No ano de 2019, todavia, Ceilândia apresentou diminuições nos índices de homicídio. Como já informado anteriormente houve decréscimo de 13,6% nas taxas de homicídios entre os anos 2018 e 2019 de acordo com a SSP-DF. Sendo assim, entende-se que tal qual, o Brasil e o DF, Ceilândia também apresentou diminuição em suas taxas de homicídio.

Sabendo que a violência em Ceilândia bem como os homicídios marcam a história da cidade desde sua criação caracterizando a cidade como violenta, de acordo com o que foi exposto nesse terceiro capítulo, torna-se necessário especializar os homicídios ocorridos em Ceilândia. Entretanto, considerando que os homicídios no DF não se traduzem apenas nas taxas de homicídio de Ceilândia, verifica-se como os homicídios aparecem nas demais RA's do DF. Por meio da distribuição espacial dos homicídios será possível compreender como os mesmos se distribuem no espaço-tempo e quais áreas são mais vulneráveis à violência considerando dados dos anos de 2010 até 2019 e o espaço urbano do DF e de Ceilândia.

³⁷ Rede Globo. G1 DF. Vista como 'região mais violenta' do DF, Ceilândia é a 11ª em nº de mortes. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/vista-como-regiao-mais-violenta-do-df-ceilandia-e-11-em-n-de-mortes.html> Acesso em: 16 nov., 2020.

³⁸ FARIA, R. Especial para o Correio. Cidade mais populosa do DF, Ceilândia sofre com violência e insegurança. Correio Braziliense. 2017. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/10/09/interna_cidadesdf,632326/cidade-mais-populosa-do-df-ceilandia-sofre-com-violencia-e-inseguranc.shtml Acesso em: 16 nov., 2020.

CAPÍTULO IV

HOMICÍDIOS NO ESPAÇO URBANO

O presente capítulo visa, primeiramente, expor a distribuição geográfica dos homicídios no DF de acordo com suas taxas de incidência no período entre 2010 e 2019. Posteriormente, serão feitas as considerações acerca dos IVS das RA's do DF buscando comparar tais índices com os homicídios. Logo, será realizado um estudo espaço-temporal indicando a fluidez dos homicídios no DF de forma geral. Por fim, serão analisados os homicídios no espaço urbano de Ceilândia de acordo com o ano e a quadra dos acontecimentos buscando a análise e compreensão de como os homicídios distribuem-se espacialmente na cidade.

Através das análises cartográficas dos homicídios no DF, as interpretações acerca dos resultados obtidos puderam ser ampliadas. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de os homicídios estarem presentes em todo o DF, mesmo que em algumas RA's os homicídios sejam mais recorrentes que em outras, nos mostrando os locais onde a violência se territorializa, produzindo os “territórios da violência”.

Para explicar as taxas de homicídio no contexto do DF, utiliza-se da Ciência Geográfica – que tem como objeto de estudo a análise do espaço e as relações existentes nele – como meio para compreender a distribuição espacial dos homicídios no território do DF. Para isso, foi feita a aplicação do geoprocessamento e do georeferenciamento. De acordo com D'Alge (2001, p.141): “o geoprocessamento [...] utiliza técnicas matemáticas e computacionais, fornecidas pelos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para tratar os processos que ocorrem no espaço geográfico”. Câmara e Davis (2001, p.1) ponderam que: “As ferramentas computacionais para geoprocessamento [...] permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados geo-referenciados.”.

Durante os anos analisados, foram identificadas oscilações nas taxas de homicídio do DF. As alternâncias aconteceram principalmente em relação a redução dos índices de homicídio na capital. Entre os anos de 2010 a 2019 os homicídios no DF demonstraram diminuição de 35,99%. Essa diminuição corrobora com o que aponta o Atlas da Violência (2019), que afirma que o DF foi a segunda UF com a maior redução nas taxas de homicídios no ano de 2017, ficando atrás apenas de Rondônia. Essa redução, de acordo com o Atlas, vem ocorrendo desde 2012, pois neste período a redução foi de 44,3%. Entre os anos de 2007 a 2017 a redução era um pouco menor,

31,3%. Em conformidade com o Altas, a justificativa para a diminuição das taxas se deu principalmente por conta das melhorias nas investigações dos homicídios realizadas pela PCDF juntamente com a intensificação da apreensão de armas efetuada pela PMDF.

A redução dos homicídios na escala analisada pelo Altas não retrata a real situação das RA's do DF. Ao mesmo tempo que o DF apresenta um elevado IDH apresentam também um alto nível de desigualdade, que pode ser identificada através do Índice de Gini, por exemplo. Dessa forma é necessário analisar os homicídios por meio da escala das RA's. De acordo Winzer (2016), a violência nem sempre irá implicar em um IDH menos acentuado, à medida que, a diminuição dos homicídios pode contribuir para melhores índices de desenvolvimento. No caso do DF, a violência permanece, mesmo com o alto índice de desenvolvimento e apesar das diminuições nas taxas de homicídio ao longo dos anos.

Diante do exposto, foram analisados como os homicídios se distribuem no espaço urbano do DF e, principalmente, como as taxas de homicídio se comportam no decorrer do período de 10 anos tanto na escala do DF quanto de Ceilândia. Por meio dessa análise espaço-temporal é possível entender a mobilidade e a espacialidade dos homicídios no DF.

4.1- Homicídios no Distrito Federal

No âmbito do DF foi considerada a variável referente ao banco de dados de homicídios de todas as RA's do DF entre 2010 e 2019. Com base na **tabela 1**, observa-se as quantidades de homicídios de acordo com o ano e a RA em que ocorreram. Por fim, está disposto o número total de homicídios segundo cada ano analisado.

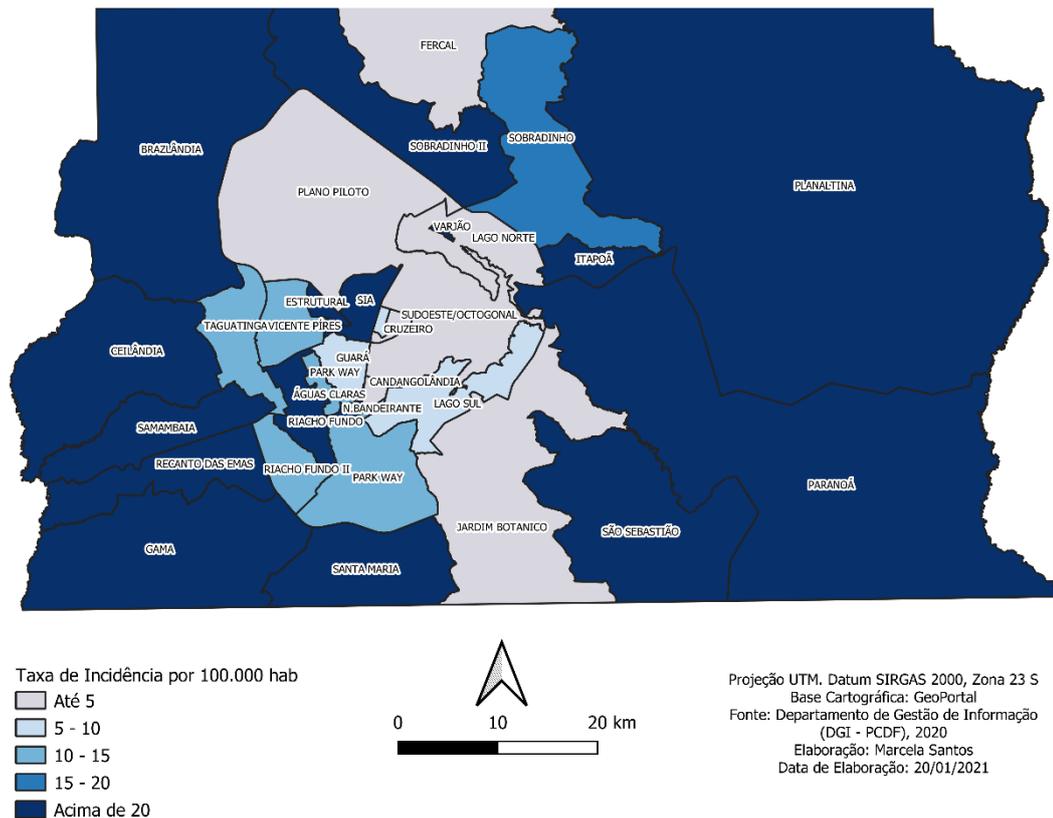
TABELA 1: Número de Homicídios por Região Administrativa

Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Administrativas										
Plano Piloto	9	19	20	20	18	23	16	18	19	19
Gama	38	44	46	37	56	38	41	38	25	19
Taguatinga	27	32	42	35	32	36	27	23	22	16
Brazlândia	28	29	18	20	11	21	19	11	21	2
Sobradinho	11	6	10	6	9	20	15	15	12	1
Planaltina	60	90	75	88	63	56	63	60	48	42
Paranoá	24	25	25	22	32	24	32	11	11	17

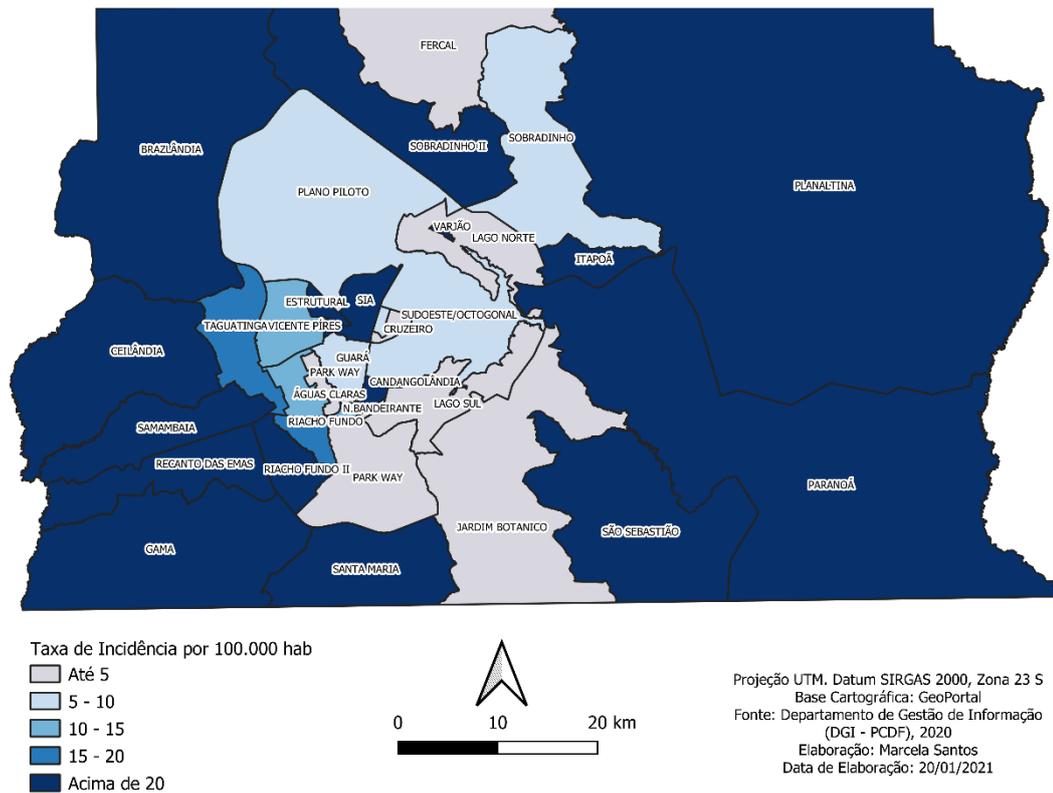
N. Bandeirante	8	3	6	6	3	1	3	1	3	-
Ceilândia	111	135	164	161	138	112	94	80	88	77
Guará	8	11	16	14	6	16	4	3	5	1
Cruzeiro	2	2	1	-	2	2	-	-	-	1
Samambaia	57	61	83	54	67	39	49	50	31	43
Santa Maria	47	52	48	55	41	54	37	37	21	21
S. Sebastião	31	43	46	42	44	26	40	31	29	27
Recanto das Emas	40	34	63	40	46	39	47	19	23	17
Lago Sul	2	-	-	1	-	-	1	1	1	-
Riacho Fundo	8	6	10	11	3	5	3	5	4	3
Lago Norte	1	1	-	1	1	5	1	1	1	2
Candangolândia	-	4	1	8	8	5	2	5	-	-
Águas Claras	22	15	24	8	10	11	3	6	7	8
Riacho Fundo II	5	11	5	4	10	5	12	7	7	9
Sudoeste	1	-	-	1	2	-	1	-	-	1
Varjão	9	6	-	3	3	-	2	1	1	2
Park Way	3	1	2	-	-	1	-	-	1	-
SCIA – Estrutural	26	33	42	33	17	24	20	19	20	19
Sobradinho II	19	24	10	10	24	21	23	24	16	8
Jardim Botânico	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Itapoã	32	36	23	12	27	30	22	21	19	23
SIA	1	5	5	3	7	1	3	4	4	4
Vicente Pires	7	8	9	6	9	3	7	6	4	6
Fercal	-	-	-	4	4	2	5	7	2	5
Total:	639	736	794	706	693	620	539	504	445	409

Tabela 1 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

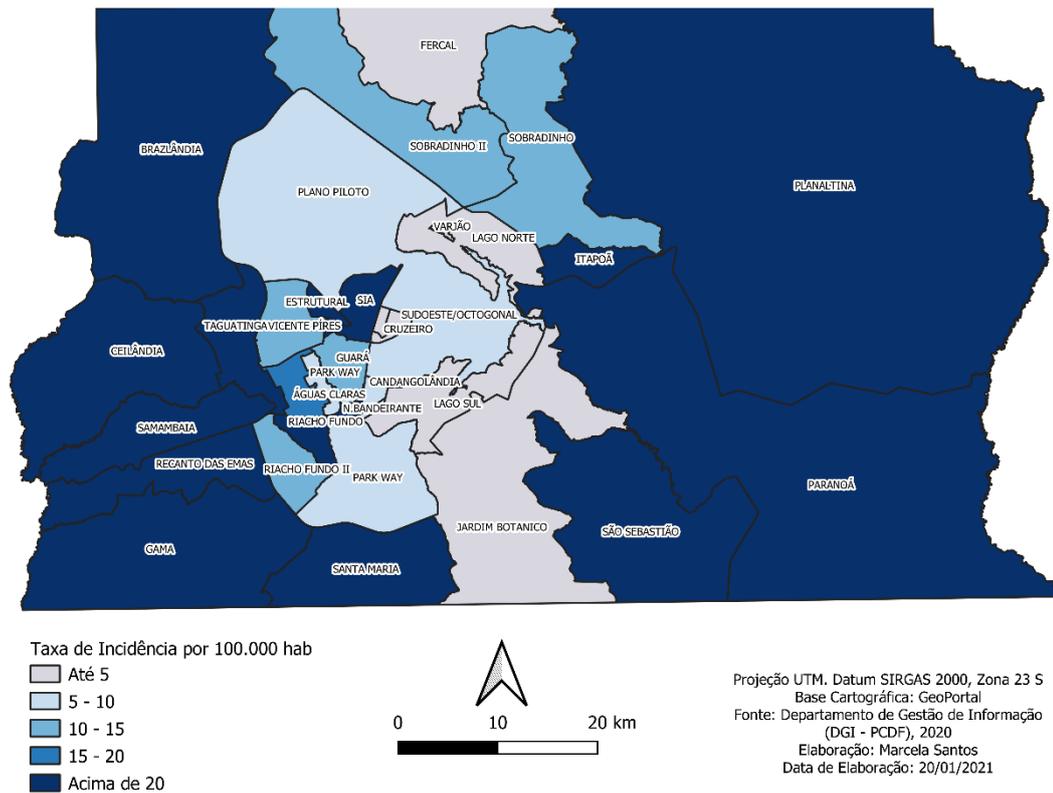
Em 2010 pode-se observar que as regiões de alta renda (grupo 1, de acordo com o PDE e a PDAD 2018) como Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Jardim Botânico e Sudoeste apresentaram taxas de incidência aceitáveis segundo a OMS em relação aos homicídios. Por outro lado, as regiões periféricas e conseqüentemente de menor poder aquisitivo apresentam números mais significativos de homicídios (**FIGURA 1**) como é o caso de Planaltina, Santa Maria, Samambaia e Ceilândia.

FIGURA 1: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2010**Figura 1** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

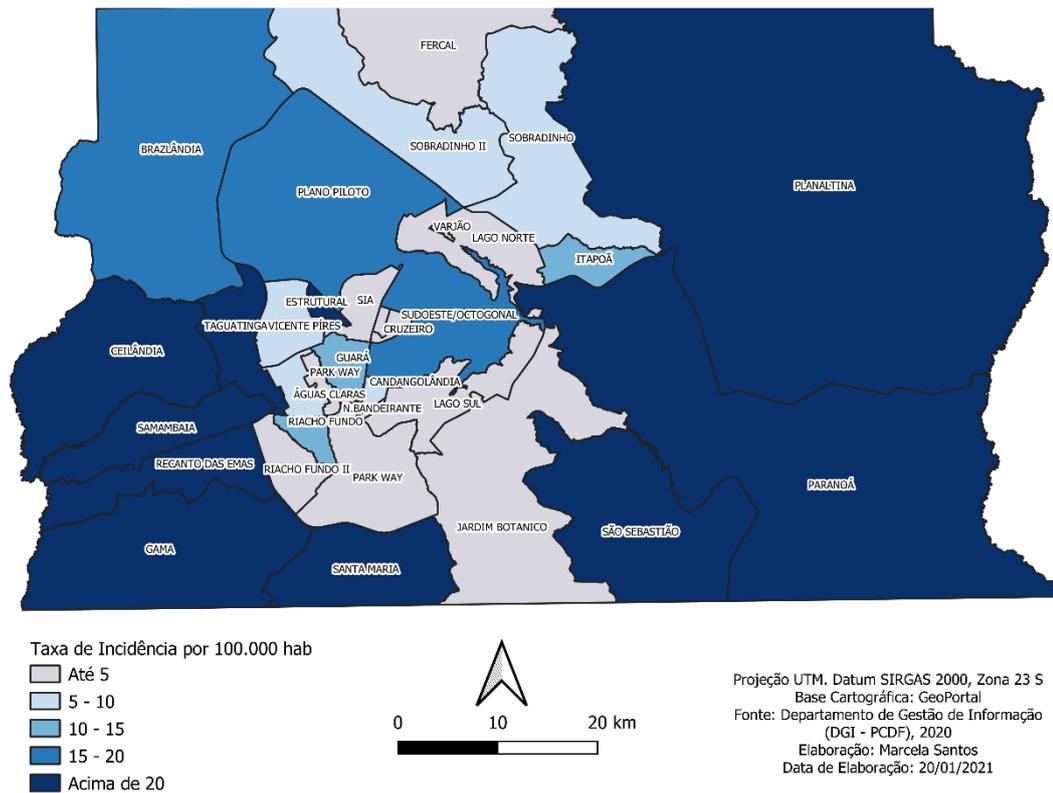
Em 2011 os homicídios no DF aumentaram em 15% se comparado com 2010. A partir disso, verifica-se que o Plano Piloto apresentou 111% de aumento nas taxas homicídio em relação ao ano anterior (**FIGURA 2**). As demais regiões do grupo 1 permaneceram como no ano de 2010, com baixas taxas de incidência. Planaltina, Santa Maria, Samambaia e Ceilândia (grupo 3), obtiveram novamente taxas significativas de homicídios, todas apresentando mais de 20 homicídios a cada 100 mil habitantes.

FIGURA 2: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2011**Figura 2** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

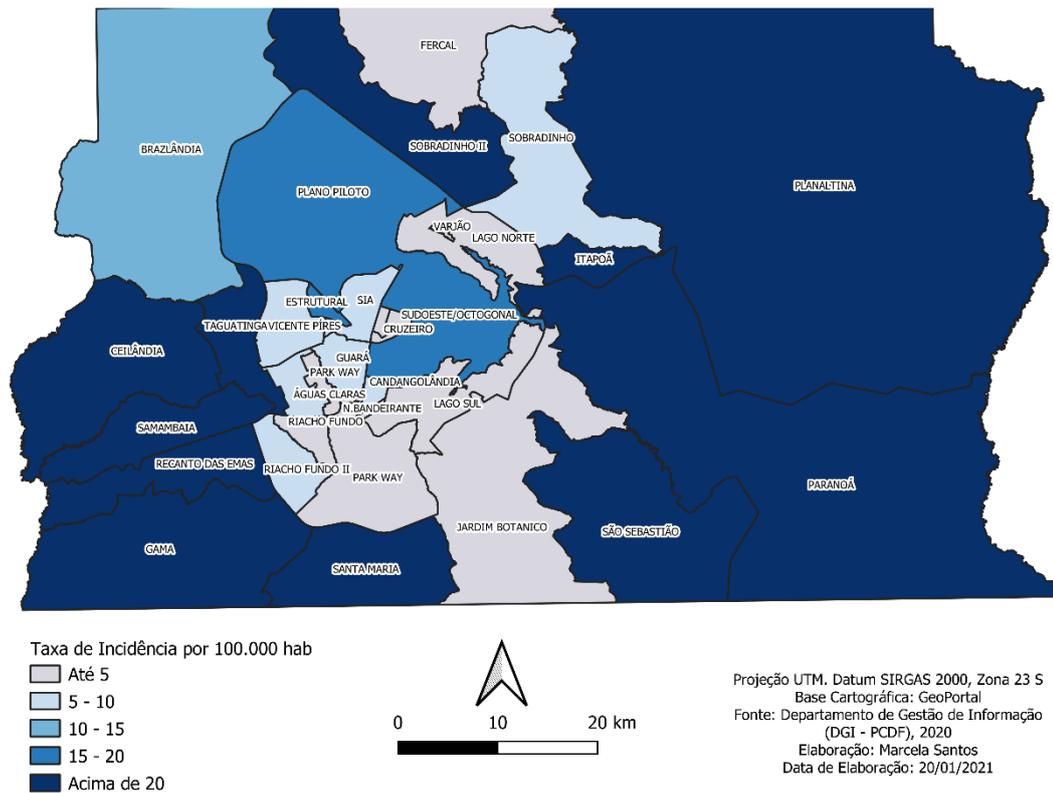
No ano de 2012 o DF contabilizou o maior número de homicídios de todo o período analisado (como por ser observado na tabela 1), totalizando, aproximadamente 13% do total dos homicídios entre 2010 e 2019 e 7% de homicídios a mais que em 2011. As regiões do grupo 3, por sua vez, não apresentaram redução nas taxas de incidência (**FIGURA 3**), permanecendo com taxas acima de 20 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes e as RA's do grupo 1 permaneceram preservadas.

FIGURA 3: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2012**Figura 3** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

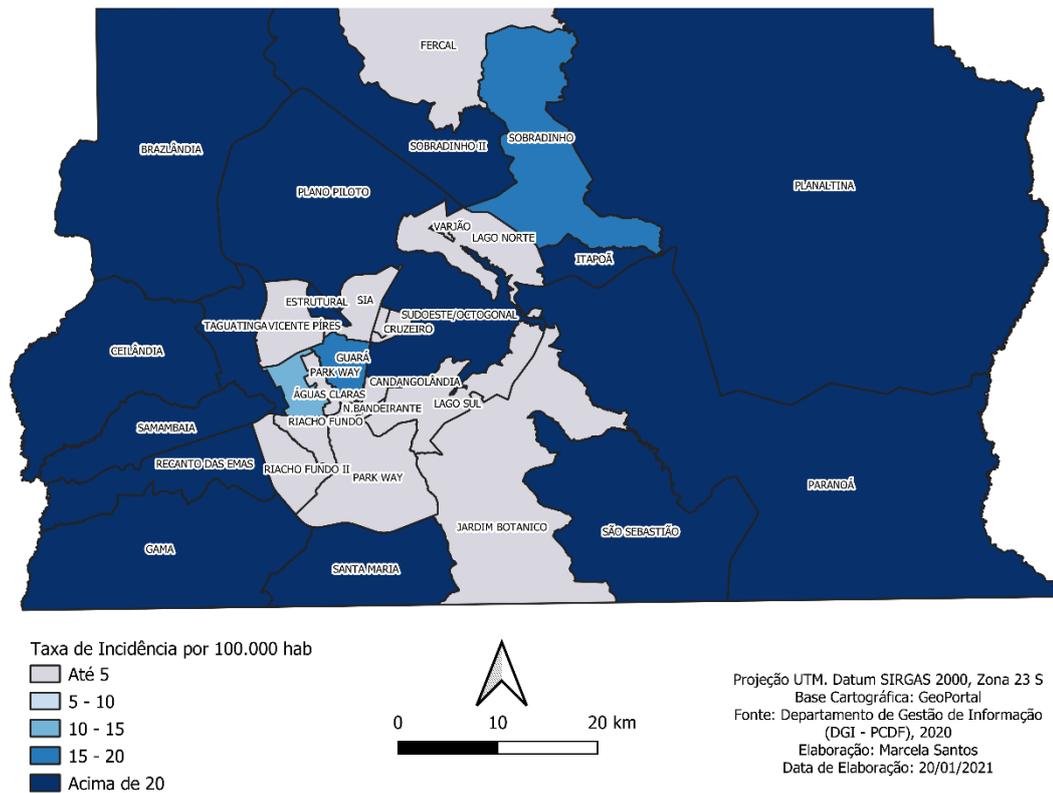
Em 2013 as taxas de homicídio do DF começaram a reduzir, a diminuição foi de 11% em relação a 2012. No entanto, a maioria das RA's, independente do grupamento não obtiveram mudanças no que tange as incidências dos homicídios. As RA's do grupo 1 permaneceram com as menores taxas de incidência do DF enquanto as regiões do grupo 3, se mantiveram com as mais altas taxas (**FIGURA 4**).

FIGURA 4: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2013**Figura 4** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

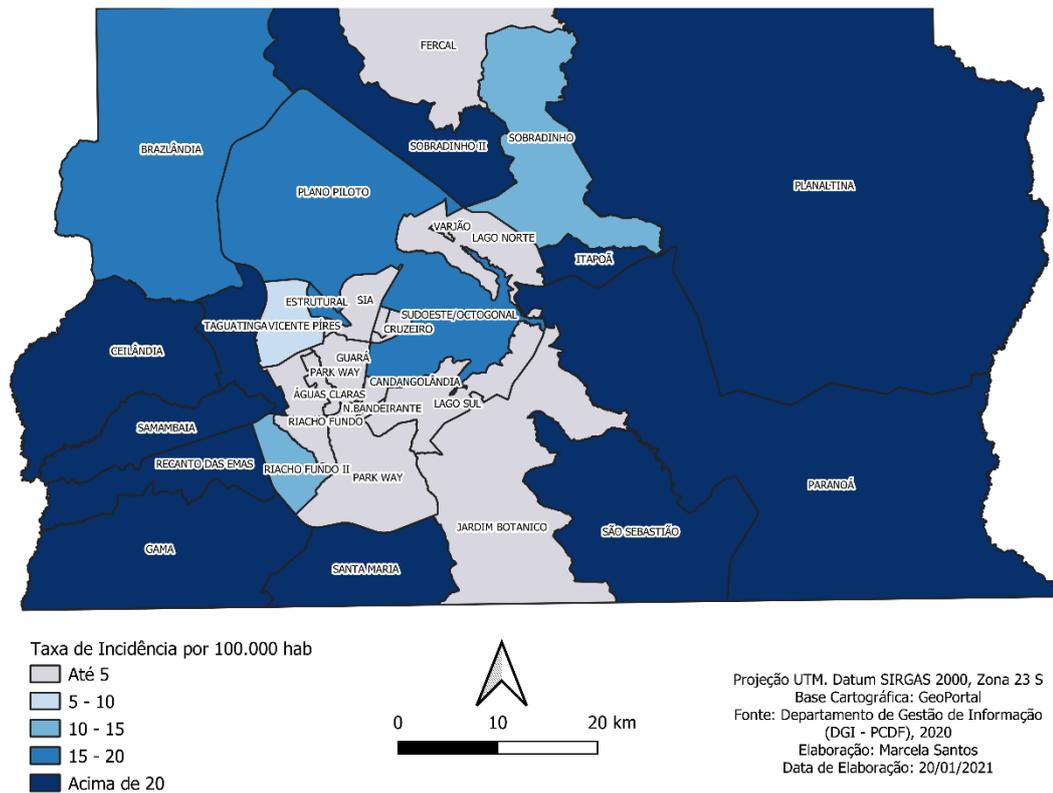
Em 2014 a diminuição das taxas de homicídio na Capital Federal foi de apenas 1% se comparada ao ano de 2013 (**FIGURA 5**). Assim como no ano anterior os índices não tiveram notáveis variações. As regiões pertencentes ao grupo 3 podem ser destacadas mais uma vez pelas altas taxas de incidência. No entanto, Brazlândia alcançou significativa redução apresentando 45% de homicídios a menos em relação a 2013.

FIGURA 5: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2014**Figura 5** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

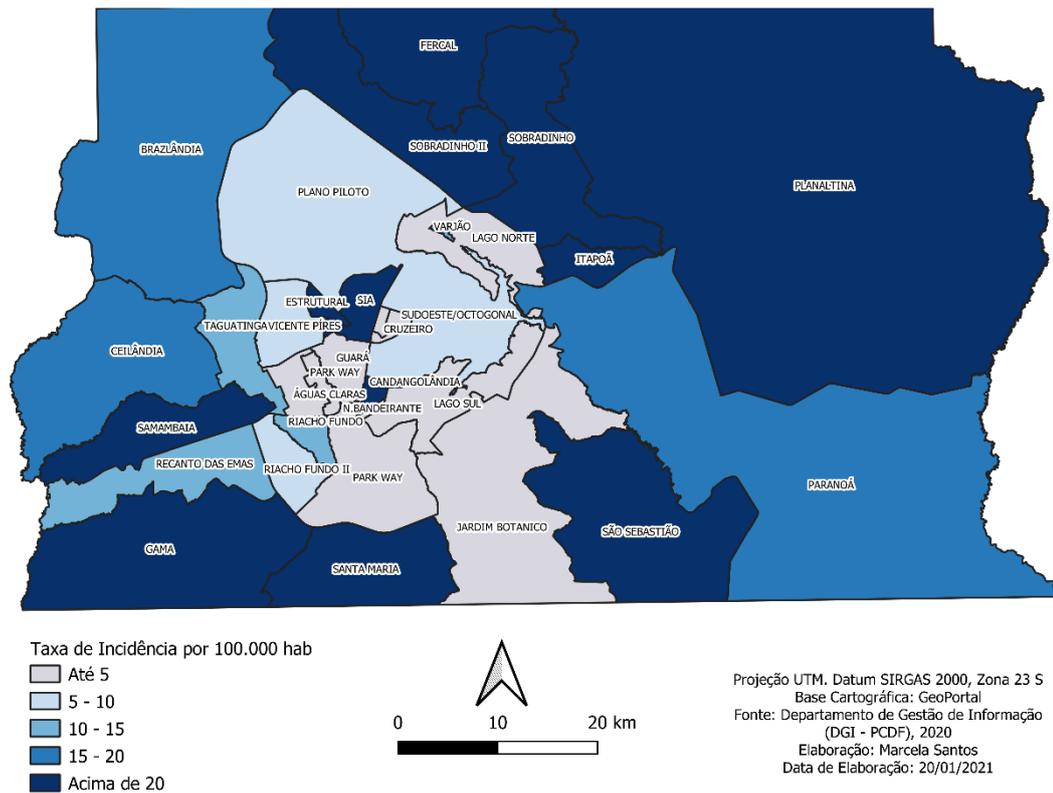
No ano de 2015, Brazlândia voltou a apresentar taxas acima de 20 homicídios a cada 100 mil habitantes (**FIGURA 6**), indicando aumento de 90% em relação a 2014 (**FIGURA 6**). O Plano Piloto, por sua vez, obteve sua maior taxa de incidência alcançando 20 mortes por homicídios a cada 100 mil habitantes, logo 27% de homicídios a mais se comparado com ano anterior. As demais regiões do grupo 1 não apresentaram índices acima de 5 homicídios a cada 100 mil habitantes, bem como as regiões do grupo 3 também não apresentaram nenhuma diminuição nos índices.

FIGURA 6: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2015**Figura 6** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

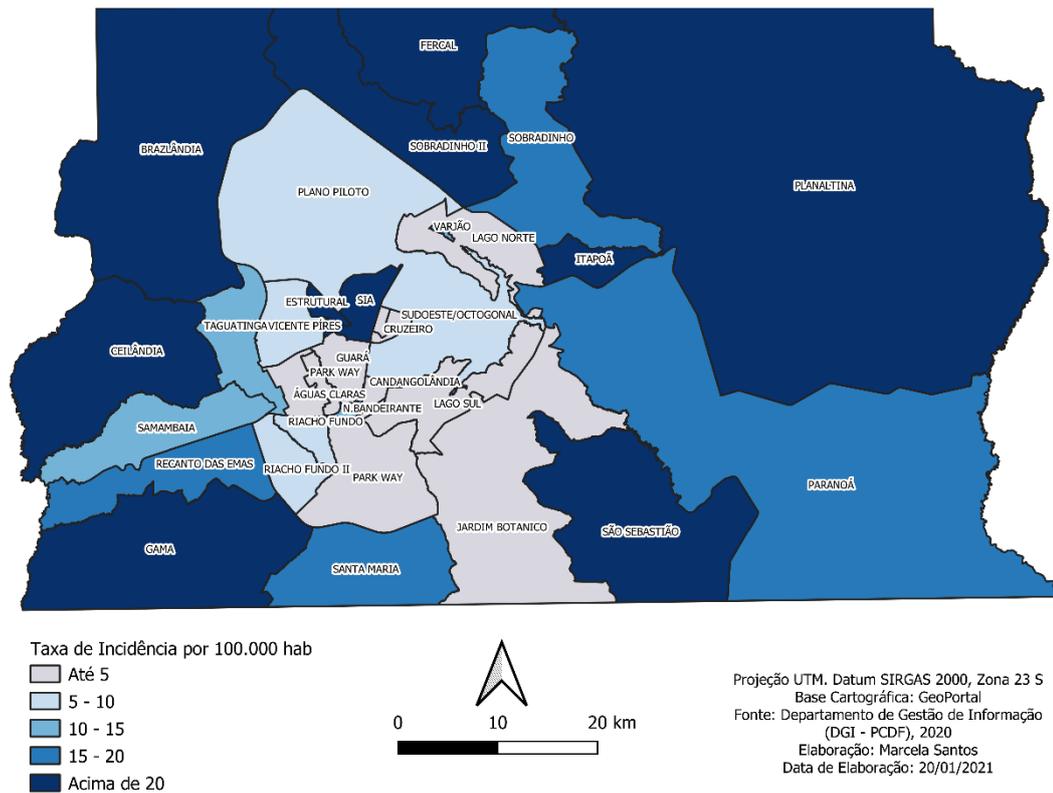
Já em 2016, tanto Plano Piloto quanto Brazlândia diminuíram seus índices de homicídios em 30% e em 9% respectivamente. As demais regiões permaneceram da mesma forma desde 2010, as RA's com rendas mais altas não passaram dos 5 homicídios e as RA's com menor poder aquisitivo não saíram das mais de 20 mortes a cada 100 mil habitantes (**FIGURA 7**).

FIGURA 7: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2016**Figura 7** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

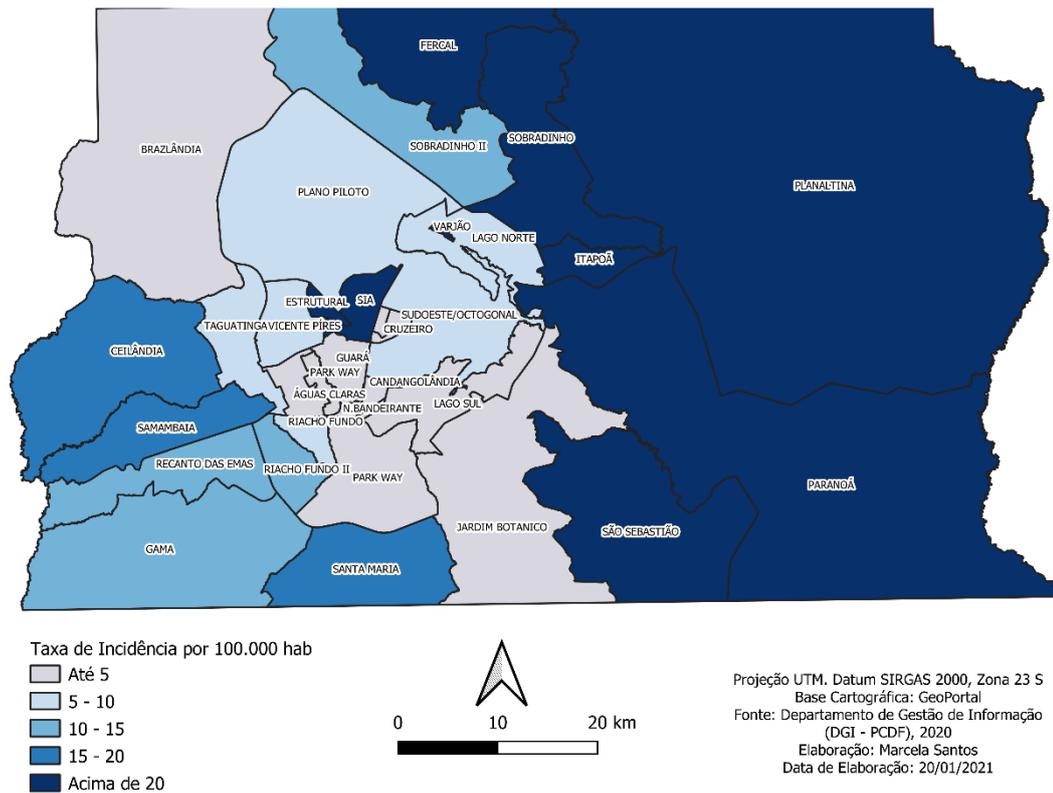
Apenas em 2017 podem ser notadas mudanças mais significativas na representação cartográfica (**FIGURA 8**). Paranoá (grupo 4) e Ceilândia aparecem em outra categoria, indicando entre 15 e 20 mortes por homicídios a cada 100 mil habitantes, pela primeira vez. Planaltina, Santa Maria e Gama permaneceram com as taxas de incidência mais altas, todas apresentaram acima de 20 mortes a cada 100 mil habitantes. O Plano Piloto também apareceu em outra categoria, indicando na incidência em relação a 2016, passando de 10 a 15 homicídios a cada 100 mil habitantes para taxa de 5 a 10.

FIGURA 8: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2017**Figura 8** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Em 2018, Samambaia apresentou sua primeira redução nos índices desde 2010, reduzindo seus índices de homicídio em 38%, além disso, a RA mudou de categoria, ficando com taxas entre 10 e 15 homicídios de acordo com a incidência (**FIGURA 9**). Santa Maria foi outra RA que também obteve seu primeiro ano com diminuição nas taxas, ficando entre 15 e 20 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes e apresentando redução de 43% se comparada a 2017.

FIGURA 9: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2018**Figura 9** – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Por fim, em 2019, regiões dos grupos 3 e 4 principalmente, foram as regiões mais afetadas pelos homicídios, mesmo o ano de 2019 se configurando como o ano com menos índices de homicídios desde 2010, com redução de 8% das taxas em relação a 2018 (**FIGURA 10**). Brazlândia reduziu em 90% os índices de homicídio em relação a 2018 e pela primeira vez passou a fazer parte da categoria de até 5 homicídios a cada 100 mil habitantes.

FIGURA 10: Taxa de incidência dos homicídios no Distrito Federal – 2019**Figura 11-** Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Analisando como os homicídios se comportam no espaço-tempo através dos mapeamentos, é possível identificar que por um lado, as regiões de alta renda (principalmente do grupo 1) não obtiveram em nenhum dos anos verificados mais de 5 homicídios a cada 100 mil habitantes, com a exceção do Plano Piloto que apresentou diversas variações ao decorrer dos 10 anos. Por outro lado, as regiões mais pobres, historicamente segregadas e periféricas, apresentaram, em praticamente todos os anos as mais elevadas taxas de homicídios. Planaltina (grupo 3) é uma das RA's que mais chamam atenção, visto que não obteve diminuição nas taxas de incidência em nenhum dos anos analisados, estando sempre acima da marca de 20 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Conforme o exposto pelo Atlas da Violência, o número de homicídios no DF apresentou redução de 44,3% entre os anos de 2012 e 2017 e de acordo com os dados disponibilizados pelo DGI da PCDF entre 2010 e 2019 essa redução foi de 35,99%. Nesses dois casos o DF foi analisado de forma geral e não subdividido de acordo com sua divisão territorial em RA's, sendo assim, essa diminuição apesar de ocorrer em âmbito geral, não demonstra a realidade ocorrida em algumas RA's.

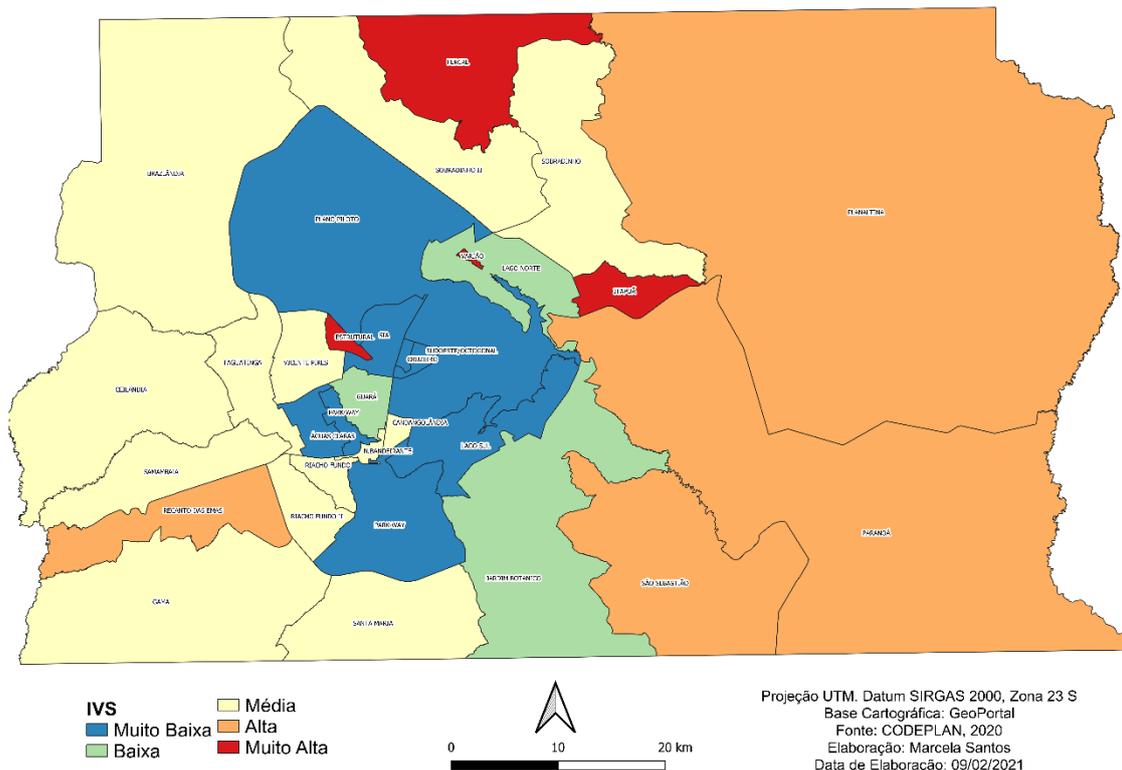
Importante destacar ainda que mesmo com a atenuação dos homicídios no DF, e em todas as RA's, em Ceilândia, por exemplo, foram contabilizadas taxas de homicídios mais altas se relacionada com RA's que também estão na liderança dos índices de homicídios no DF, como é o caso de Planaltina e Samambaia, que em 2019 obtiveram 83,3% e 79% menos homicídios que Ceilândia, respectivamente. Logo, entende-se que mesmo com a redução, Ceilândia ainda apresenta elevadas taxas de homicídios, mesmo se comparada com as RA's que contabilizam os maiores índices de homicídios.

Nota-se que em muitas RA's os índices permaneceram acima do aceitável pela OMS estando sempre acima das 20 mortes por homicídios a cada 100 mil habitantes, já em outras, os homicídios não obtiveram nenhuma oscilação, aparecendo sempre nas marcas de até 5 homicídios a cada 100 mil habitantes. A justificativa para a redução das taxas, de acordo com o Altas, ocorre por conta dos trabalhos realizados pelas corporações policiais presentes no DF, contudo, é questionável se de fato esse trabalho está sendo feito em todo o DF ou apenas nas RA's de alta renda.

4.1.1- As dimensões da vulnerabilidade no Distrito Federal

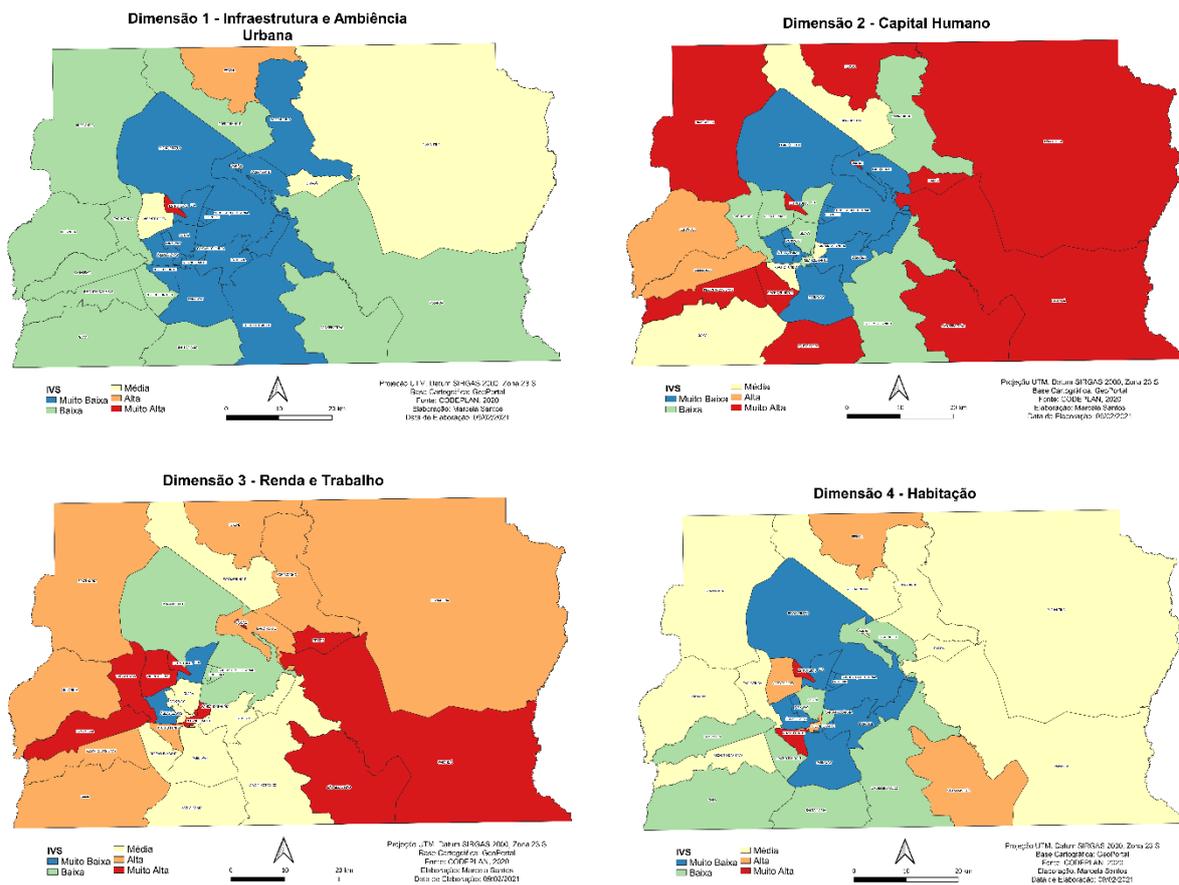
A distribuição da violência no território do DF está relacionada com a dinâmica urbana de ocupação e de exclusão social (VASCONCELOS e COSTA, 2015). No decorrer dos anos analisados é notável a preservação de regiões com alto poder aquisitivo e com baixo índice em relação aos homicídios e, nas regiões mais vulneráveis, altas taxas de homicídios. Mesmo com as diminuições na taxa geral de homicídios no contexto do DF, ainda existem regiões que apresentam índices muito acima dos níveis aceitáveis.

Ao analisar o IVS das RA's do DF (no geral, o DF contabiliza IVS de 0,34), os seguintes resultados são obtidos: as regiões com as maiores rendas do DF estão todas dentro dos indicadores sociais de muito baixa e baixa vulnerabilidade; as regiões pertencentes ao grupo 2 estão na faixa de média vulnerabilidade junto com algumas regiões de média-baixa renda; por fim, as regiões presentes na faixa de alta e muito alta vulnerabilidade são também as regiões de menor poder aquisitivo do DF (**FIGURA 11**). Através disso, pode-se compreender a desigualdade, bem como a vulnerabilidade pautando a violência e paulatinamente os homicídios no DF.

FIGURA 11: Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal**Figura 11** – Fonte: CODEPLAN, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

O IVS é um indicador composto por uma cesta de indicadores simples que retratam a vulnerabilidade social no DF (CODEPLAN, 2020), sendo resultante da média entre as dimensões de: infraestrutura e ambiência urbana; capital humano; renda e trabalho e; habitação. Sabendo que os homicídios são a dimensão mais grave da violência e podem ser motivados por diversas causas, foram consideradas as quatro dimensões da vulnerabilidade social (que são desagregadas por RA), para assim compreender de maneira mais objetiva as motivações que levam algumas RA's a apresentarem mais homicídios do que outras.

Após a verificação de todas as dimensões do IVS do DF, constata-se que as RA's mais ricas e com os menores índices de homicídios são também as regiões menos vulneráveis. Da mesma forma, as regiões mais pobres e com os maiores índices de homicídio são as mais vulneráveis (**FIGURA 12**). Esse fato se dá principalmente por conta de fatores como a desigualdade e a segregação socioespacial que vem pautando a vivência no DF desde a construção da capital.

FIGURA 12: Dimensões do IVS por Região Administrativa**Figura 12 – Fonte: CODEPLAN, 2020. Elaboração: Marcela Santos.**

Por meio da verificação das dimensões do IVS nas RA's do DF têm-se a concepção que o IDH do DF, por exemplo, não traduz a realidade, visto que a desigualdade é visível por meio de diversos outros indicadores, como é o caso do IVS, sempre deixando claro quem segrega e quem é segregado. Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender a distribuição dos homicídios em Ceilândia, afinal, áreas vulneráveis e segregadas estão mais suscetíveis aos altos índices de violência e consequentemente de homicídios e Ceilândia, como já exposto, é a cidade com os maiores índices de homicídios do DF.

4.2 Distribuição espaço-temporal dos homicídios em Ceilândia e sua relação com o espaço urbano

Como já explicitado anteriormente Ceilândia é historicamente marcada pela violência e pelos elevados índices de homicídios. No contexto do DF, Ceilândia é a RA que mais apresentou homicídios no período entre 2010 e 2019, aparecendo em primeiro lugar em todos os anos com as maiores taxas de homicídios. No entanto, Ceilândia,

assim como grande parte das RA's do DF, manifestou oscilações nos índices de homicídio durante o período analisado, esse fato pode ser constatado por meio do gráfico abaixo (**GRÁFICO 1**).

GRÁFICO 1: Homicídios em Ceilândia

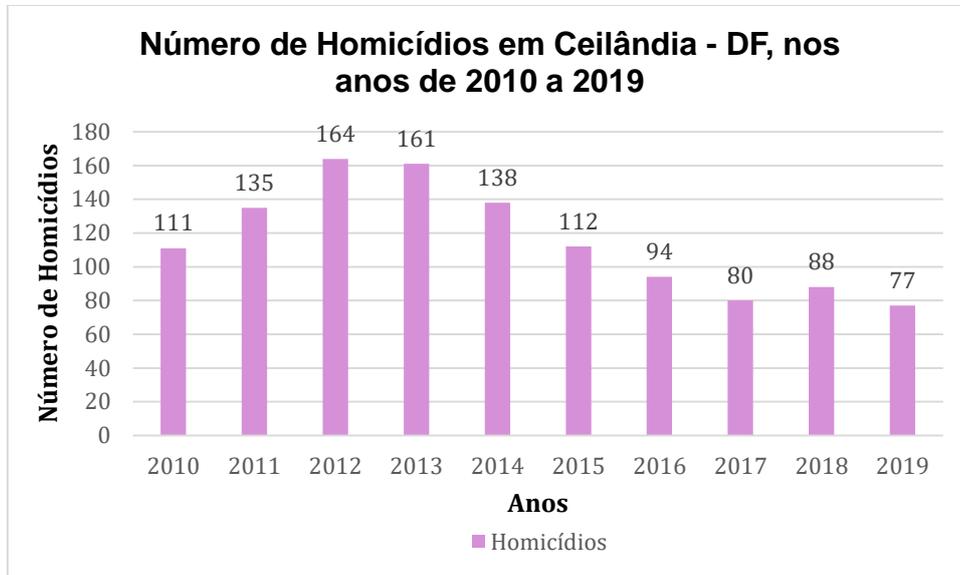


Gráfico 1– Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Por meio da análise dos dados é possível verificar que entre 2010 e 2012 os homicídios em Ceilândia tiveram um aumento de cerca de 47,7%. A partir de 2013 os índices apresentaram redução. Entre 2012 e 2019, essa redução foi de 53% (no período entre 2010 e 2019, o decréscimo foi de 30,6%). Seguindo a mesma lógica do DF demonstrada anteriormente tanto através dos dados disponibilizados pela PCDF, quanto pelos índices expostos pelo Atlas da Violência, os quais indicaram decréscimo nos índices de homicídios em todo o DF. Destaca-se que entre 2017 e 2018 os índices tiveram acréscimo de 10% mas esse número caiu novamente em 2019. Entre 2018 e 2019, dessa forma, os homicídios diminuíram 12,5%.

A redução nos índices de homicídios em Ceilândia entre 2018 e 2019 apresentada pela SSP-DF foi de 13,6%. Em conformidade com a secretaria a diminuição nos índices de homicídios em Ceilândia podem ser explicadas devido a atenção especial no âmbito da segurança urbana que tem sido dada à Ceilândia por meio do fortalecimento dos trabalhos de inteligência e das operações em áreas críticas da cidade (as áreas consideradas críticas não foram informadas). Também pelo aumento significativo dos homicídios nesta região. Fato que exigiu, segundo a SSP-DF, o patrulhamento ostensivo de viaturas que foi intensificado em Ceilândia principalmente através da criação de um

parque de videomonitoramento que consiste na instalação de 64 câmeras localizadas em pontos estratégicos que fazem a transmissão 24 horas de alguns pontos da cidade considerando o fluxo de pessoas e de veículos. As operações de desarmamento realizadas pela PMDF juntamente com o trabalho de investigação da PCDF e o combate ao tráfico de drogas em Ceilândia também contribuíram para a redução nos homicídios (SSP-DF, 2020).

A vigilância através das câmeras de videomonitoramento são de responsabilidade da SSP-DF em consonância com o Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob). Reitera-se que Ceilândia é RA com mais câmeras de monitoramento ativas no DF, além disso, a região do Sol Nascente/Pôr do Sol também recebe vigilância 24 horas. A SSP-DF defende que Ceilândia precisa desse tipo de controle levando em consideração, principalmente, a quantidade de ocorrências criminosas na região. A secretaria não informa os locais onde as câmeras estão instaladas, no entanto, afirma ser locais onde existe um grande fluxo de pessoas, como: em feiras; no centro da cidade; em setores bancários; terminais de metrô e; áreas de comércio. A instalação das câmeras visa em primeiro momento identificar os suspeitos pelos crimes que acontecem na cidade. Além de Ceilândia, RA's como: Taguatinga; Samambaia; Riacho Fundo I e II; Recanto das Emas; Plano Piloto e; Águas Claras também contam com o monitoramento³⁹.

Sabendo que Ceilândia é uma grande cidade não só em termos espaciais mas também por conta do grande contingente populacional, analisa-se como os homicídios se distribuem na cidade, visto que, apesar dos índices de homicídio terem diminuído, Ceilândia permanece ocupando a primeira posição em relação ao número total de homicídios do DF. Dessa forma, verifica-se a seguir o mapeamento da distribuição geográfica dos homicídios em Ceilândia de acordo com a quadra e o ano em que os crimes aconteceram.

Dos 1160 homicídios registrados em Ceilândia entre os anos de 2010 e 2019 apenas 608 foram endereçados, segundo os dados disponibilizados pela PCDF. Dentre os 608 homicídios endereçados alguns apresentaram imprecisão quanto aos endereçamentos, por conta disso, não foi possível mapear os homicídios que aconteceram em quadras do Setor Habitacional Sol Nascente/Pôr do Sol e Setor Industrial. Todavia, serão expostos os dados referentes aos homicídios que aconteceram

³⁹ GDF. Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF). SSP/DF inaugura parque de videomonitoramento em Ceilândia. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/ssp-df-inaugura-parque-de-videomonitoramento-em-ceilandia/> Acesso em: 20 mar. 2021.

nessas áreas. Apesar de fazer parte de Ceilândia até 2019, Sol Nascente e Pôr do Sol não eram considerados pertencentes de Ceilândia 'Tradicional', em conformidade com dados documentais, como é o caso da PDAD/CODEPLAN.

Segundo dados da PDAD/CODEPLAN (2015)⁴⁰ o Setor Habitacional Sol Nascente localiza-se entre os Setores P Sul, P Norte e Q Norte. Já o Pôr do Sol está localizado no sul de Ceilândia próximo ao Setor P Sul e a Área de Desenvolvimento Econômico (ADE). Tanto o Sol Nascente quanto o Pôr do Sol estão inseridos em duas zonas, na Zona Urbana de Dinamização e na Zona Rural de Uso Diversificado, em conformidade com a Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997. Importante destacar que esses terrenos foram fracionados de forma irregular a partir de 1990 e passaram por um processo de intensificação em 2000. Dessa forma, torna-se difícil mapear os homicídios ocorridos nessas áreas, visto que ainda estão passando por processo de regularização. Destaca-se que as residenciais localizadas no Sol Nascente e no Pôr do Sol, são, em sua maioria chácaras.

Em 2010 (**MAPA 3**), pode-se observar que os homicídios obtiveram registros em diferentes pontos de Ceilândia, não concentrando-se em locais específicos, no entanto, nota-se que em Ceilândia Norte aconteceram mais homicídios que em Ceilândia Sul. Em contrapartida, a quadra com o maior número de homicídios foi a QNN 8 (quadra residencial) localizada em Ceilândia Sul. Além disso, em 2010 todas as quadras do Setor Q contabilizaram pelo menos até 2 homicídios. Esse setor também se configura como um setor residencial e está localizado próximo à Expansão do Setor O, o Setor R e o Setor Industrial de Ceilândia. O Setor Industrial onde está localizado o 10º Batalhão da PMDF não contabilizou homicídios em 2010.

O Setor Industrial de Ceilândia, por ser uma área destinada à instalação de indústrias não conta com uma grande quantidade de residências, no entanto, as casas localizadas nesse setor, em sua maioria são moradias irregulares. Existe nessa área muitos galpões abandonados e uma grande área não asfaltada, o setor conta com lixões improvisados e de acordo com reportagem feita pela Rede Globo (G1 DF)⁴¹ em 2015, os empresários que se instalaram nesse setor fizeram reclamações acerca da ausência de transporte coletivo e sobre a falta de segurança nessa área. Apesar de não contar com

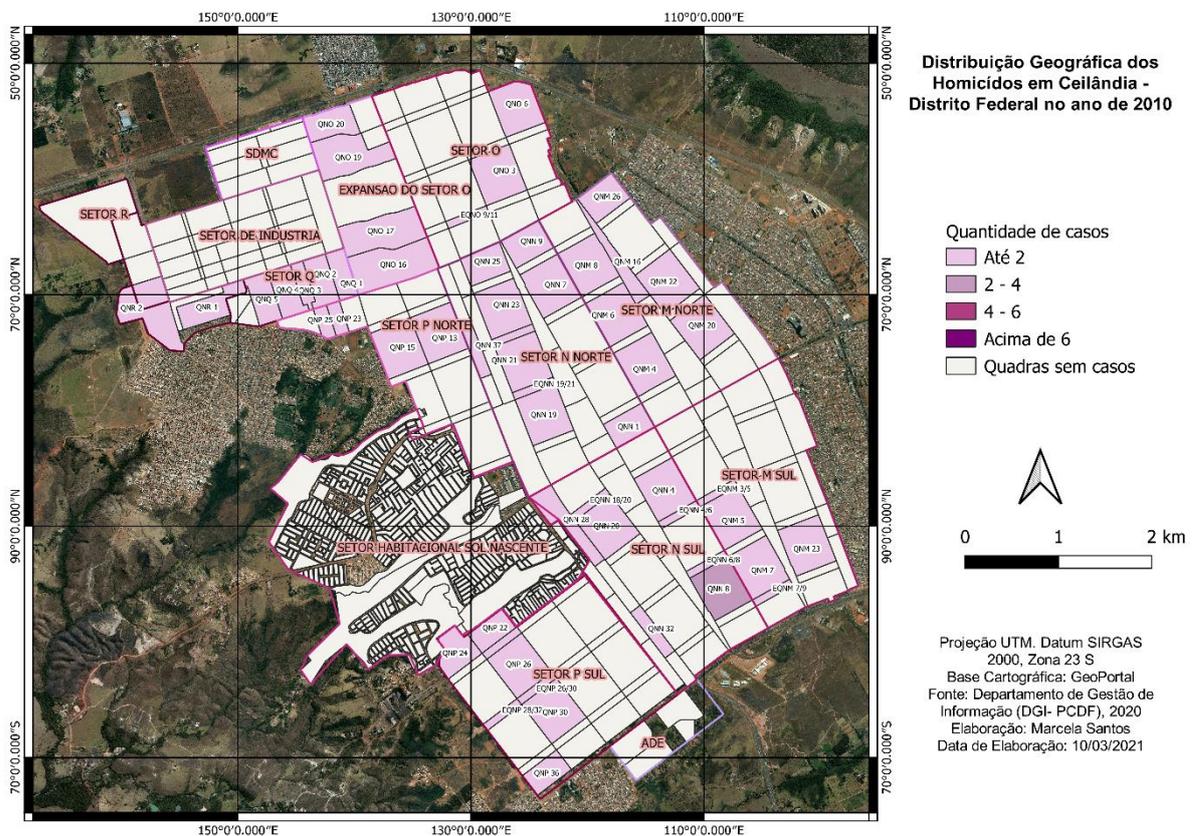
⁴⁰ PDAD/CODEPLAN. Ceilândia – 2015. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2016/01-Janeiro/pdad-ceilandia-2015.pdf Acesso em: 24 mar. 2021.

⁴¹ Rede Globo. G1 DF. Polo Industrial de Ceilândia tem 40% dos lotes abandonados, diz entidade. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/polo-industrial-de-ceilandia-tem-40-dos-lotes-abandonados-diz-entidade.html> Acesso em: 21 mar. 2021.

uma elevada quantidade de casos de homicídio ressalta-se que em 2012 e em 2016 aconteceram homicídios nesse setor, no entanto, por conta se tratar de um setor não regularizado, não foi possível mapear os crimes. Apenas em 2019 é que o primeiro homicídio ocorrido no Setor Industrial vai aparecer nos mapas.

Evidencia-se que o equipamento de monitoramento instalado em Ceilândia pela SSP/DF é acompanhado de uma Central de Monitoramento localizada justamente no 10º Batalhão da PMDF, só que em 2010 o monitoramento ainda não ocorria, visto que o sistema só passou a funcionar em 2018. De acordo com a PMDF o 10º Batalhão é responsável pelos setores: O; P Norte e Sol Nascente. Enquanto o 8º Batalhão é responsável pelas regiões da Ceilândia Sul, Norte e Pôr do Sol⁴².

MAPA 3: Homicídios em Ceilândia (2010)



Mapa 3 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

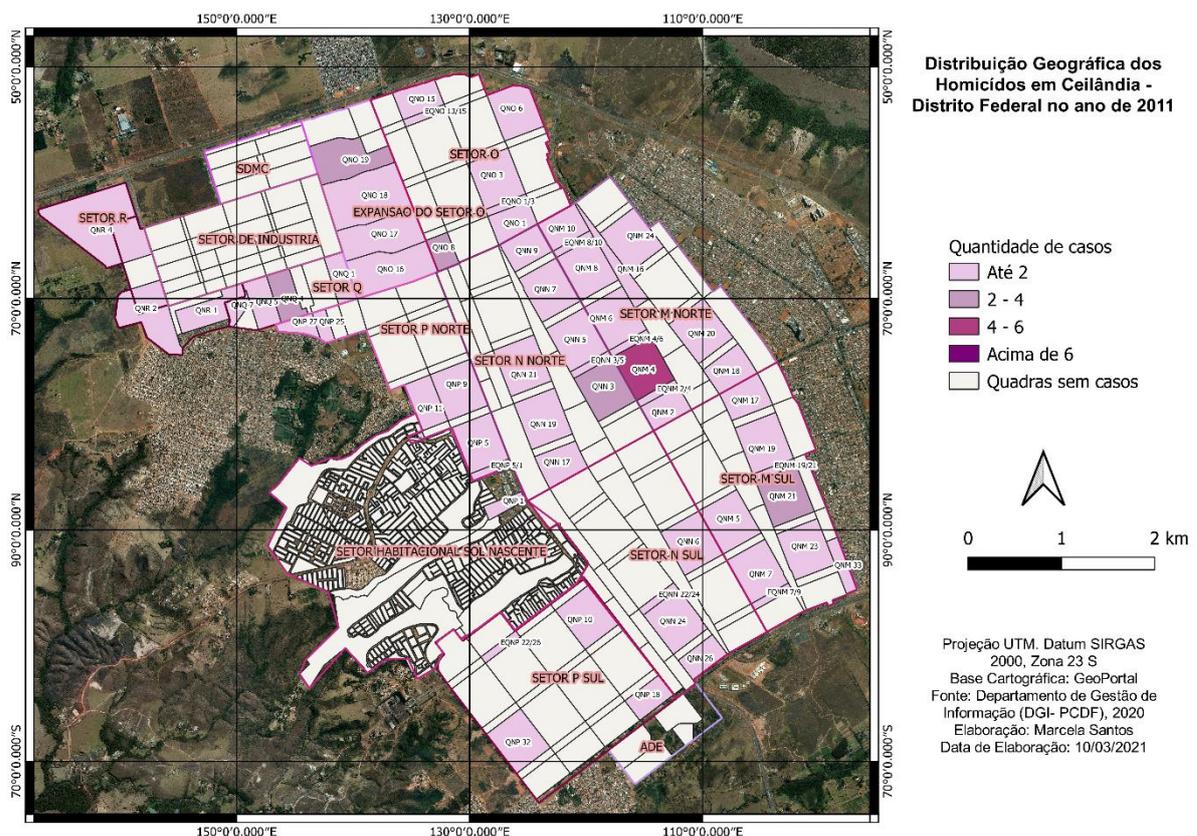
Em 2011 os homicídios em Ceilândia alcançaram acréscimo de 21,6% em relação a 2010. Novamente Ceilândia Norte contou com mais homicídios que Ceilândia

⁴² PMDF. Equipe destaque: Batalhões responsáveis por Ceilândia – 8º e 10º BPM. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/30521-equipe-destaque-batalhoes-responsaveis-por-ceilandia-8-e-10-bpm> Acesso em: 21 mar. 2021.

Sul (**MAPA 4**), esse fato também pôde ser observado no ano seguinte (**MAPA 5**). É em Ceilândia Norte que as quadras mais afetadas pelos homicídios em 2011 vão aparecer, nesse caso, podem ser destacadas as quadras QNM 4, QNN 3, QNQ 4, QNO 19 e QNO 08. As quadras QNM 4 e QNN 3 são separadas apenas por uma avenida principal, ambas são quadras residenciais. A quadra QNQ 4, faz parte do Setor Q já mencionado anteriormente e também se configura como quadra residencial assim como as quadras QNO 19 e QNO 08, localizadas na Expansão do Setor O e no Setor O, respectivamente. As quadras QNO 16, 17 e 18 também pertencentes a Expansão do Setor O apresentaram homicídios em 2011.

Por um lado, mais uma vez, o Setor Industrial e também o Setor de Materiais de Construção (SDMC), não apresentaram homicídios em nenhuma de suas quadras, fato que também se repetiu em 2012, exceto no Setor Industrial. Por outro lado, na mesma quadra em que está localizado o 8º Batalhão da PMDF, em Ceilândia Sul (QNN 6), houve homicídio, a quadra QNN 6 também se configura como uma quadra residencial.

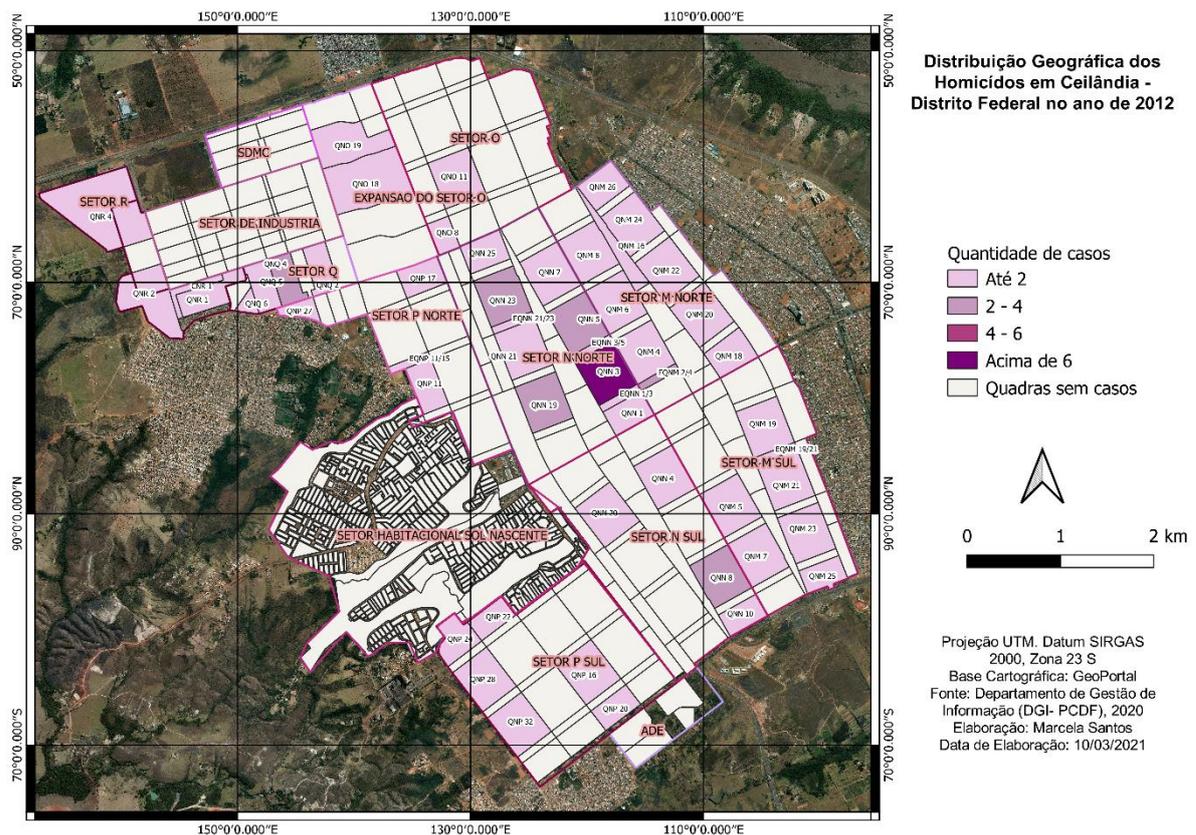
MAPA 4: Homicídios em Ceilândia (2011)



Mapa 4 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Em 2012, na QNN 3, localizada em Ceilândia Norte, nota-se o aumento dos homicídios em relação ao ano anterior, ultrapassando a marca entre 4 e 6 homicídios em 2011 para até 8 homicídios em 2012, em 2012, a quadra 3 localizada no Setor N Norte de Ceilândia alcançou a maior quantidade de homicídios por quadra de todo o período analisado (**MAPA 5**). Reitera-se que, praticamente todas as quadras do Setor M, tanto norte quanto sul, apresentaram homicídios, e a maioria desses crimes aconteceram em quadras residenciais. Em 2012 os homicídios em Ceilândia aumentaram 21,4% em relação a 2011.

MAPA 5: Homicídios em Ceilândia (2012)



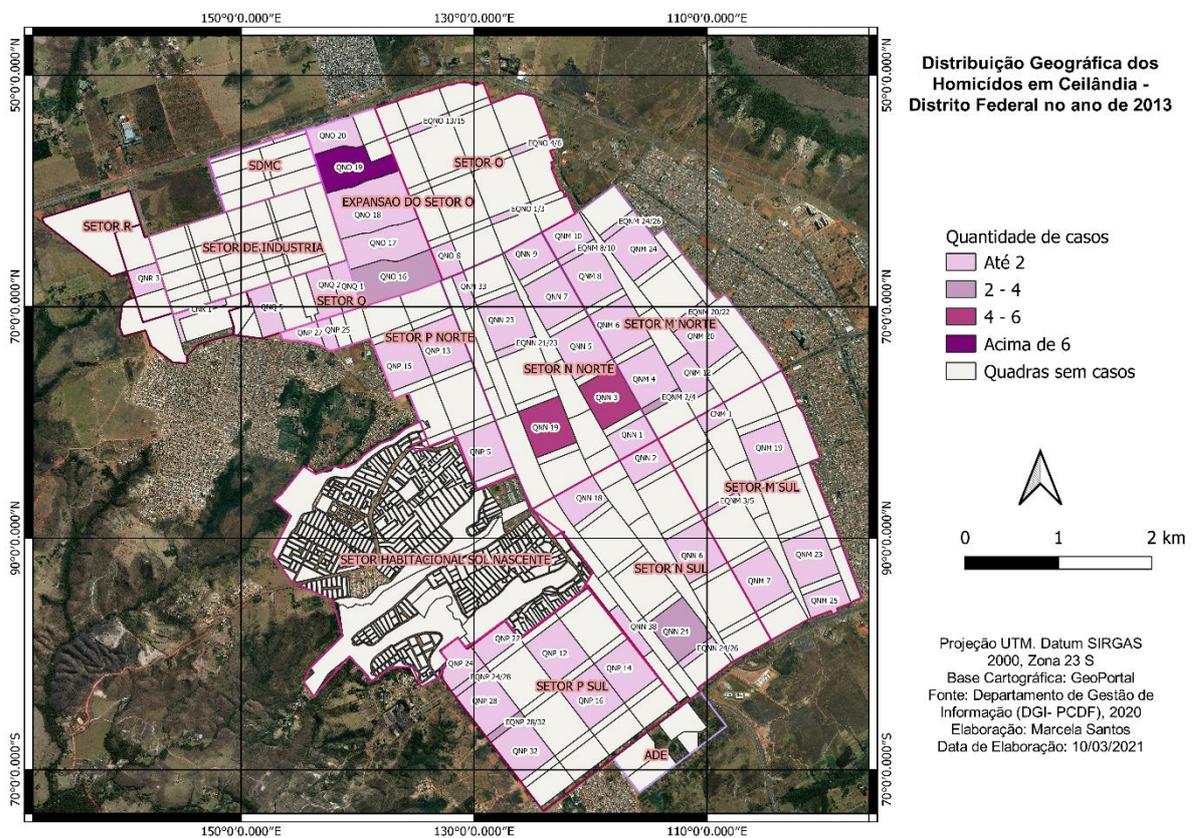
Mapa 5 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

No ano de 2013 os homicídios foram mais recorrentes novamente nas quadras localizadas no norte de Ceilândia (**MAPA 6**), no entanto, houve uma redução de 1,8% nos homicídios totais em relação a 2012. Em 2013 evidenciava-se as quadras da Expansão do Setor O, visto que apenas as quadras QNO 21 e 23 não contabilizaram homicídios. Nesse mesmo ano, a quadra QNO 19, por exemplo, contou um dos maiores índices de

homicídios por quadra (6 homicídios apenas em 2013) ficando atrás unicamente da QNN 3 no que tange os maiores números de homicídios durante o período estudado.

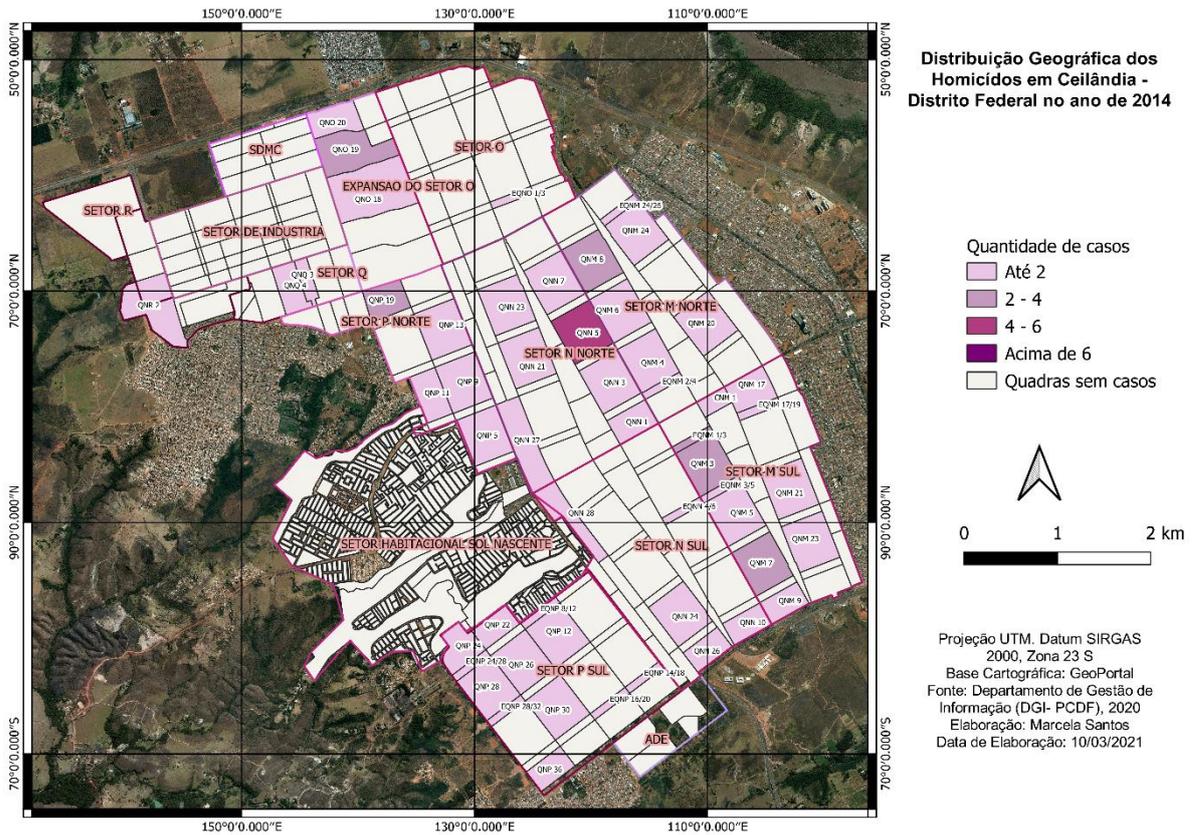
Nos anos de 2014 (**MAPA 7**) e 2015 (**MAPA 8**) os homicídios ocorridos na Ceilândia Norte permaneceram em destaque se comparados aos crimes acontecidos na Ceilândia Sul. No entanto, nesses dois anos as reduções nos homicídios passaram a ser mais significativas, alcançando diminuição de 14,2% em 2014 e 18,8% em 2015. Em 2014, a quadra QNN 5 (residencial) se sobressaiu em relação às outras alcançando a categoria entre 4 e 6 homicídios. A partir de 2015, por sua vez, já podem ser observados os decréscimos em relação aos números de homicídios por quadra, a partir deste período nenhuma quadra vai apresentar mais que quatro homicídios até o ano de 2019. O Setor de Indústrias de Ceilândia permaneceu sem contabilizar homicídios em suas quadras nesse período.

MAPA 6: Homicídios em Ceilândia (2013)



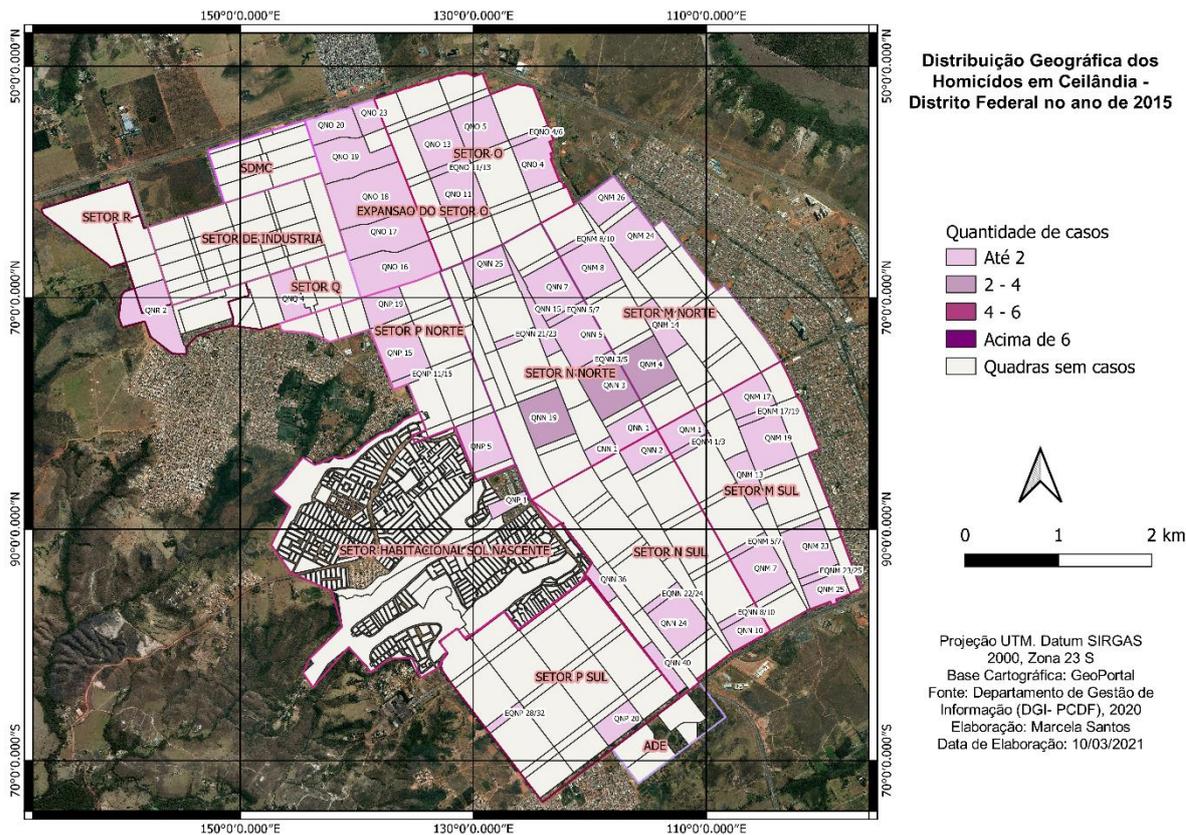
Mapa 6 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

MAPA 7: Homicídios em Ceilândia (2014)



Mapa 7 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

MAPA 8: Homicídios em Ceilândia (2015)

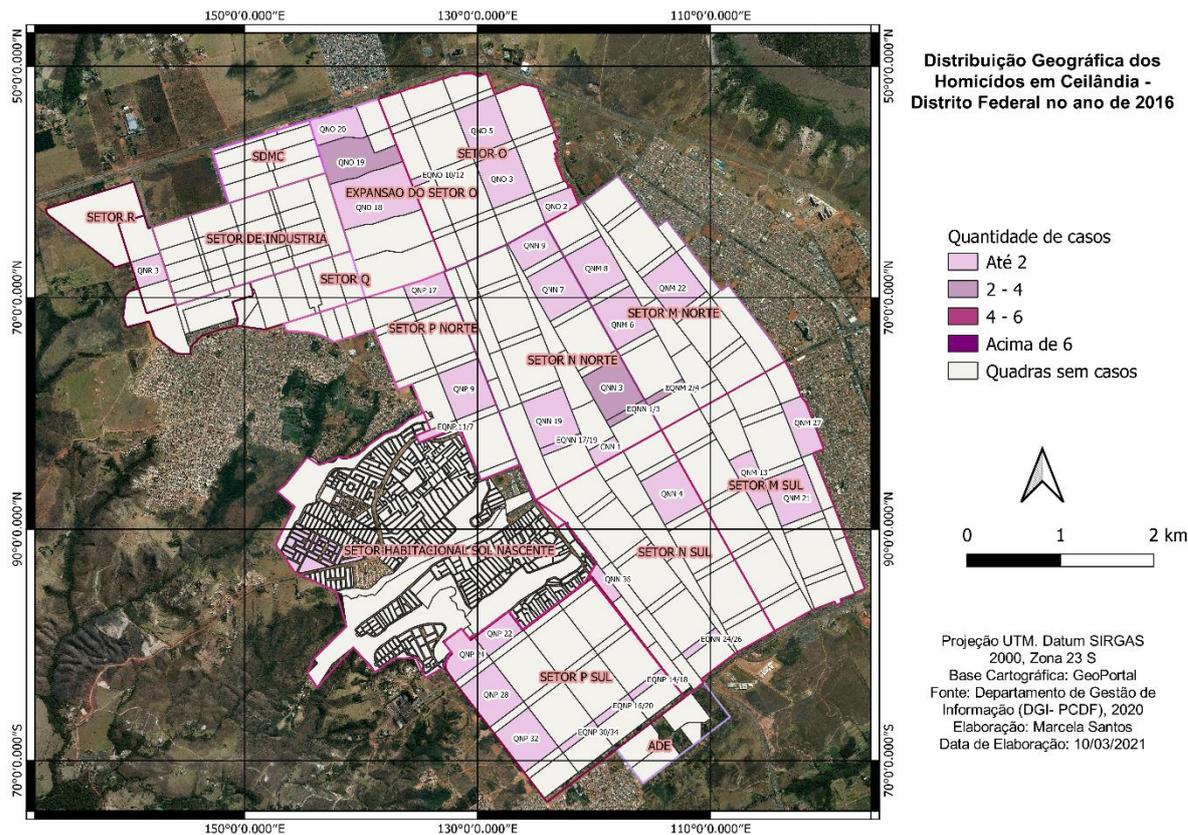


Mapa 8 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

De 2016 a 2019 além da redução dos homicídios em 18%, considerando os 94 homicídios ocorridos em 2016 e os 77 em 2019, também podem ser observadas as reduções nos homicídios com endereçamento. Sendo assim, a partir de então, os mapas apresentam cada vez mais quadras sem casos. Nesse período, especialmente entre 2017 e 2019 é que os homicídios no Sol Nascente e Pôr do Sol vão aparecer, no entanto, como já explicitado anteriormente, por conta dos endereçamentos errados, muitas vezes por causa da não regularização do local, esses homicídios não foram mapeados.

Em 2016 (**MAPA 9**), os Setores Q, R e, o Setor de Materiais de construção não apresentaram homicídios em suas quadras. Por sua vez, a Ceilândia Norte ainda obteve mais homicídios por quadra do que a Ceilândia Sul. Importante destacar novamente que a quadra QNN 3 junto com as entre quadras próximas (EQNN 01/03 e EQNN 02/04) alcançaram entre 2 e 4 homicídios cada, além dessas quadras, a QNO 19, pertencente a Expansão do Setor O, também se destacou.

MAPA 9: Homicídios em Ceilândia (2016)



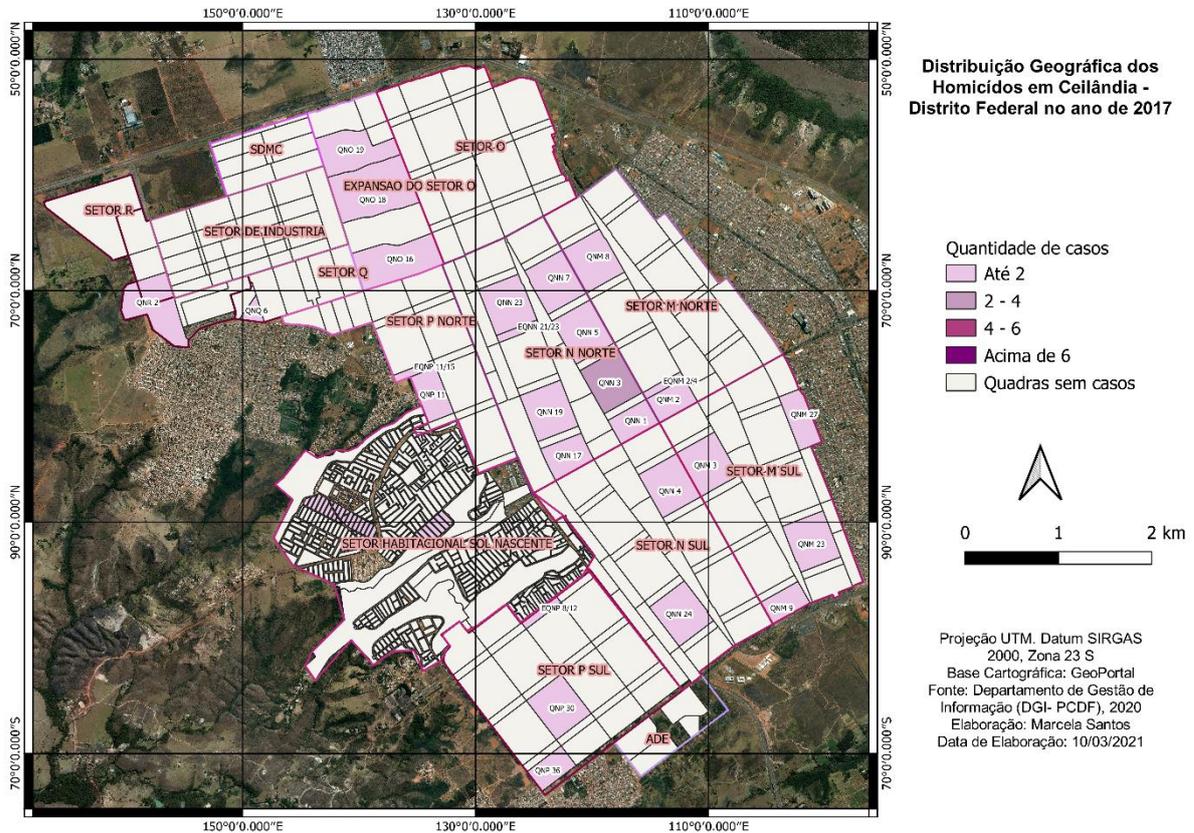
Mapa 9 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Em 2017 (**MAPA 10**), pode-se notar que pela primeira vez o Setor O não teve nenhum homicídio em suas quadras, junto com o Setor O também é evidenciado o Setor Q, que pelo segundo ano consecutivo não apresentou homicídios. Por outro lado, a quadra QNN 03, mais uma vez, se sobrepuiu em relação as demais quadras que contabilizaram homicídios.

No ano de 2018 (**MAPA 11**) observa-se uma estabilidade nos homicídios por quadra em Ceilândia, pois nesse ano nenhuma quadra contabilizou mais que 2 homicídios. O Setor O, por sua vez, voltou a apresentar homicídios em suas quadras e o Setor R não teve nenhum caso. Ainda assim, em 2019, os homicídios permaneceram preponderantes em Ceilândia Norte apesar de diversos setores não contabilizarem homicídios em suas quadras (**MAPA 12**). Em 2019 destaca-se que o Setor de Indústrias de Ceilândia obteve um homicídio que foi possível mapear, visto que, provavelmente trata-se de uma quadra regularizada e com endereçamento correto, além disso, o Setor de Materiais de Construção obteve pela primeira vez durante o período analisado homicídios em uma de suas quadras. Sendo assim, o único setor que não apresentou homicídios durante 2010 e 2019 foi a Área de Desenvolvimento Econômico (que passa

por um processo de instalação de indústrias e comércios)⁴³ localizada próximo ao Setor P Sul.

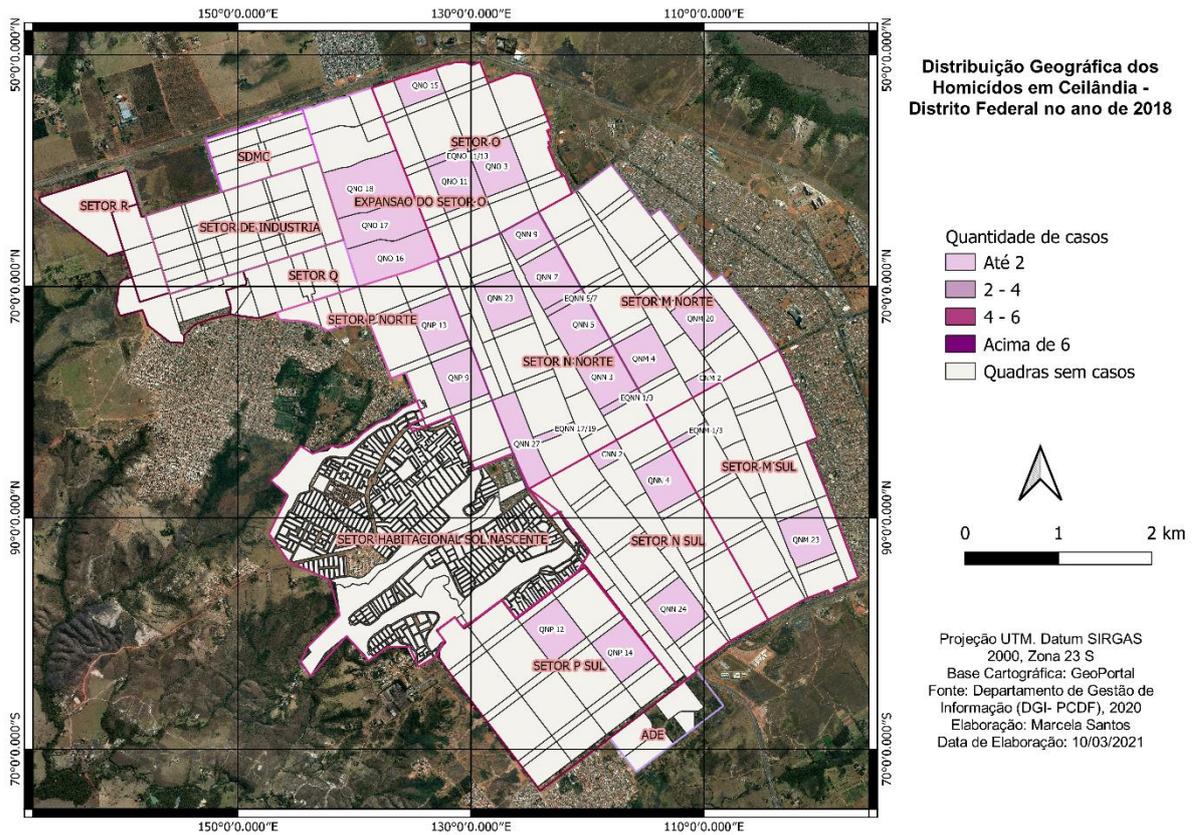
MAPA 10: Homicídios em Ceilândia (2017)



Mapa 10 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

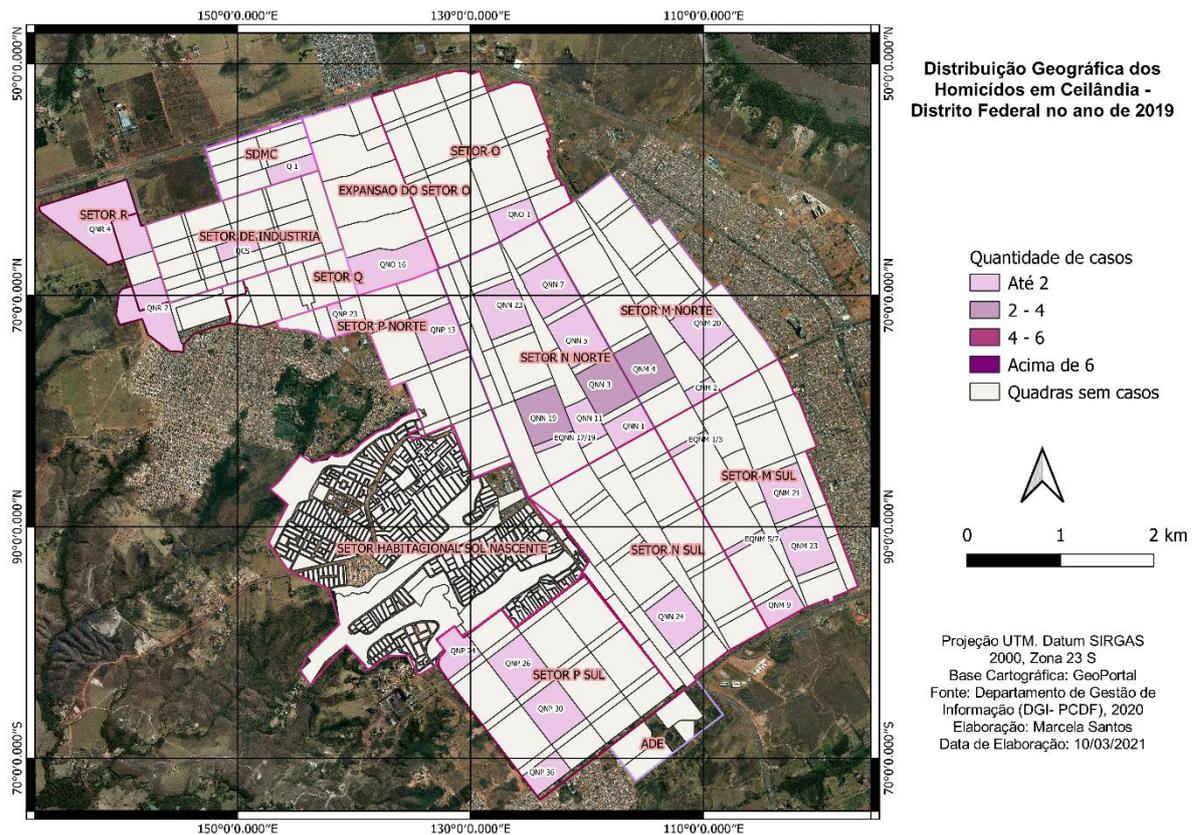
⁴³ GDF. Agência Brasília. Áreas de Desenvolvimento Econômico de Ceilândia são revitalizadas. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/05/17/areas-de-desenvolvimento-economico-de-ceilandia-sao-revitalizadas/> Acesso em: 24 mar. 2021.

MAPA 11: Homicídios em Ceilândia (2018)



Mapa 11 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

MAPA 12: Homicídios em Ceilândia (2019)



Mapa 12 – Fonte: DGI/PCDF, 2020. Elaboração: Marcela Santos.

Verificando o padrão de distribuição dos homicídios em Ceilândia pode-se constatar que as quadras mais que obtiveram homicídios no período entre 2010 e 2019, foram as quadras dispostas nos setores de Ceilândia Norte, dessa forma, é possível indicar alguns fatores que tendem contribuir para a intensificação dos homicídios justamente nesses setores.

Considerando a evolução urbana de Ceilândia, identificam-se que os primeiros setores a serem ocupados quando a cidade ainda não tinha se tornado Região Administrativa, foram os Setores M norte e M sul e N norte, em 1975. Atualmente, são esses mesmos setores que mais se destacaram em relação aos mais elevados índices de homicídios. Destaca-se aqui a quadra QNN3, que se sobressaiu se comparada a todas as outras quadras da cidade. Sabendo que desde o início da década de 1970 Ceilândia já era conhecida pelos homicídios que aconteciam na cidade, pode-se observar que esse é um dos setores caracteristicamente marcado pela violência.

Como demonstrado no início deste capítulo (4.1.1), fatores como a vulnerabilidade além da renda, exercem influência nos índices de homicídios nas cidades. Além disso, a

falta de políticas públicas adequadas para organizar as cidades no território do DF, fundamentadas na transferência das populações de baixa renda também compõem um fator importante para a atenuação das taxas de homicídios, principalmente nos anos iniciais das cidades. Considerando esses fatores, reitera-se que a renda domiciliar estimada para as famílias moradoras de Ceilândia, de acordo com a PDAD/CODEPLAN (2018), foi de R\$ 3.171,07.

Através do IVS de Ceilândia, pode-se notar que nas dimensões de Capital Humano (dimensão 2) e Renda e Trabalho (dimensão 3) a cidade encontra-se na faixa de alta vulnerabilidade. Já na dimensão de Habitação (dimensão 4), Ceilândia está na faixa de média vulnerabilidade. Esses índices, indicam que em três das quatro dimensões calculadas por meio do IVS, a cidade está em faixas elevadas de vulnerabilidade, o que pode contribuir para o aumento dos números de homicídios na cidade. Destaca-se que na dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (dimensão 1), a cidade ficou na faixa de baixa vulnerabilidade, demonstrando que entre as dimensões assinaladas anteriormente essa é a dimensão que Ceilândia menos enfrenta problemas.

De acordo com Corrêa (2000), o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra. Dessa forma, para alguns fatores como a concentração do comércio em quadras de determinados setores que dificilmente tiveram homicídios chamam atenção. Nesse caso, podem-se destacar quadras como a CNM 01 e a CNM 02, que estão localizadas no centro de Ceilândia, as duas quadras contabilizaram 4 homicídios ao longo dos 10 anos estudados (um número bem inferior se comparado a algumas quadras residenciais). Nessas quadras de Ceilândia Centro estão localizadas diversas agências bancárias, a Feira Central da Ceilândia (que é um símbolo cultural da cidade) e comércios em geral. Logo, é possível notar que as quadras comerciais bem como os setores destinados ao comércio e às indústrias apresentam menos homicídios que as quadras residenciais.

Áreas como o Setor Industrial, que é um local dotado de poucos elementos de infraestrutura e apresenta poucas e irregulares residências, com menor movimento de pessoas, teve menos homicídios ao longo dos anos, do que as quadras residenciais. Ao contrário disso, pode ser citada a quadra QNN 3, quadra residencial, que conta com diversos elementos de infraestrutura, inclusive uma estação de metrô nas suas proximidades, com alto fluxo de pessoas, serviços e comércio. Esta quadra, ao longo dos anos demonstrou ser das mais violentas e obteve diversos homicídios.

Assim, pode-se discutir que elementos da infraestrutura urbana não exercem influência direta para o aumento ou diminuição de homicídios nas cidades, isso porque torna-se mais importante que os equipamentos estejam adequados ao espaço onde se localizam. Os espaços com maior densidade de pessoas, comércio e serviços em circulação demonstraram necessitar de maior investimento do público em segurança, tecnologia de vigilância, espaços de lazer e afins, como é o caso da quadra QNN 3. No entanto, é notável que esse tipo de investimento é preconizado nas áreas centrais da cidade.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os espaços urbanos segregados são mais propensos a lidar com a violência em suas múltiplas dimensões. A segregação e a vulnerabilidade, por apresentarem relação entre si, mostram-se capazes de indicar que as áreas mais segregadas e mais vulneráveis serão também as áreas mais violentas. Tal fato pode ser constatado por meio da observação dos mapas que retratam o IVS do DF (**figuras 11 e 12**), bem como os mapas de incidência que indicam as RA's do DF que mais contabilizaram homicídios ao longo dos anos (**figuras 1- 10**). Através da análise dos mapas é notável que as áreas localizadas distantes do Plano Piloto, por exemplo, além de apresentarem altos índices de vulnerabilidade, também são as regiões que contabilizaram os maiores números de homicídios, aparecendo em praticamente todo o período analisado com taxas de homicídio acima do aceitável pela OMS.

Esse estudo teve como objetivo geral compreender a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia verificando a estrutura do espaço urbano da cidade considerando o processo de segregação ocorrido neste espaço. Sendo assim, pôde-se observar que as áreas construídas no início do processo de transferência das famílias, para o que viria a se tornar Ceilândia, são as áreas mais marcadas pelos homicídios. Logo, as quadras mais antigas, como é o caso das quadras dos setores M Norte, M Sul, N Norte e N Sul, ainda hoje permanecem com os maiores índices de homicídios da cidade. Destaca-se que a política habitacional de erradicação promovida pelo GDF relaciona-se com os índices de homicídio em Ceilândia, justamente por esse fato, uma vez que essa política não atendeu as necessidades de melhoria de vida demandadas pela população contribuindo para que Ceilândia se tornasse historicamente violenta.

Os objetivos específicos traçados para compreender os homicídios em Ceilândia, foram, em primeiro lugar, a identificação dos elementos que compõem a estrutura do

espaço urbano da cidade. Tais elementos foram apontados através da PDAD/CODEPLAN (2018), onde foi possível verificar que as casas de Ceilândia, em sua maioria, são regularizadas, contam com abastecimento de água encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo. As ruas da cidade, em grande parte, são asfaltadas, têm calçadas, meio fio e iluminação pública. Por outro lado, alguns problemas como ruas com a presença de entulhos, ruas esburacadas e alagamentos no período chuvoso, foram questões apontadas pelos moradores da cidade por meio de questionários aplicados pela PDAD/CODEPLAN (2018).

Os elementos infraestruturais, por si só, não foram capazes de demonstrar o aumento dos homicídios. Através dessa pesquisa foi possível inferir que outros fatores pontuais, além da ausência ou presença de infraestrutura em algumas áreas, podem estar atrelados aos altos índices de homicídio em determinadas localidades da cidade. Como é o caso de questões relacionadas à renda e a falta de áreas de lazer, uma vez que, mesmo Ceilândia apresentando espaços destinados à essa finalidade, ainda assim, esses espaços são insuficientes para abranger toda a população. Fato evidenciado desde o início dos anos 2000.

Em segundo lugar foram verificados os índices de homicídio no DF e em Ceilândia e relacionados com os indicadores sociais das RA's, como: o IVS e a renda. Nesse sentido, foi possível compreender que as RA's com menores rendas e maiores índices de vulnerabilidade, são as regiões mais acometidas pelos homicídios, no entanto, as regiões com as maiores rendas conseqüentemente são menos vulneráveis e apresentam menos índices de homicídios. Tais fatos podem ser evidenciados principalmente por meio da desigualdade socioeconômica presente no DF, UF que mesmo obtendo o maior IDH do país (0,824), ainda assim, apresenta elevados índices de desigualdade como o demonstrado por meio do Índice de Gini onde o DF obteve índice de 0,582 ultrapassando o índice nacional de 0,518 em relação à desigualdade.

Como último objetivo específico, analisou-se a distribuição espacial dos homicídios em Ceilândia de acordo com as quadras dos acontecimentos, por meio do trabalho de mapeamento. Logo, depara-se com quadras comerciais e setores dotados de pouca infraestrutura urbana com baixos índices de homicídios (em alguns casos, praticamente inexistentes, como é o caso do Setor de Indústrias de Ceilândia) e, quadras residenciais com altos índices de homicídios, apesar de contarem com diversos elementos infraestruturais.

Dessa forma, foi possível constatar que cidades mais igualitárias em relação à renda e com políticas menos excludentes de alguma maneira contribuem para a atenuação dos índices de homicídios. Da mesma forma, as inovações tecnológicas de vigilância e inteligência estratégica promovidas pela PMDF, auxiliaram para o impedimento de crimes nas áreas onde esses serviços foram instalados.

Por fim, mas não acabado completamente, a partir dessa pesquisa algumas recomendações para trabalhos futuros surgem, como:

- 1- A identificação das semelhanças e diferenças na construção do espaço urbano das cidades, que juntamente com Ceilândia obtiveram elevados índices de homicídios, como é o caso de Planaltina. Evidenciam-se ainda as RA's vizinhas de Ceilândia como é o caso de Samambaia, Santa Maria e Recanto das Emas, que no decorrer dos anos também contabilizaram altas taxas de homicídios.
- 2- A verificação da relação dos homicídios com a infraestrutura urbana nas cidades com maior poder aquisitivo no DF, uma vez que, essas cidades irão gozar de mais infraestrutura no seu espaço urbano. Considerando que nessas regiões os homicídios são praticamente nulos, torna-se necessário averiguar se nesses casos, a infraestrutura de fato exerce relação com os índices de homicídio.
- 3- A caracterização dos setores de Ceilândia com base na renda, já que os indicadores de renda utilizados neste trabalho são generalizados para toda a RA de Ceilândia e não verificados com base nos setores, quadras e as populações desses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Civilização Brasileira, 2009.

Atlas da Violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Altas da Violência 2020. Organizador: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>> Acesso em: 25 set. 2020.

CÂMARA, G. DAVIS, C. Introdução. In CÂMARA, G; DAVIS, C; MONTEIRO, A. M. V. (orgs). **Introdução à ciência da Geoinformação**. INPE. São José dos Campos, 2001. 345 p.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. Contexto, São Paulo, 2013. In: VASCONCELOS, P. A, CORRÊA, R. L. et. Al. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Contexto, São Paulo, 2013.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. – Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p.: il. – Originalmente apresentado como tese do autor como requisito à obtenção do título de doutor (Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010).

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

COSTA, G. G. **As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011** – Brasília: UnB, 2011.

COSTA, L. (1957). **Relatório do Plano Piloto de Brasília**/ Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA – Brasília: GDF, 1991. 76 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**/ John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira Rocha. – 2 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 284p.

DAHLBERG, Linda L. KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. *Ciênc. Saúde coletiva* [online]. 2006, vol.11, suppl.,pp.1163-1178.

D'AGLE, J. C. L. Cartografia para Geoprocessamento. In CÂMARA, G; DAVIS, C; MONTEIRO, A. M. V. (orgs). **Introdução à ciência da Geoinformação**. INPE. São José dos Campos, 2001. 345 p.

ESTEFAM, A. **Direito penal, volume 2: parte especial (arts. 121 a 234-B)** / André Estefam. – 5. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FELIX, S. A. **Crime, medo e percepções de insegurança**. Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In PAVIANI, A. (org). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão/** - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 392 p.

_____. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In PAVIANI, A... [et al.]. (org) – **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. 490 p.

FERREIRA, I. C. B; PENNA, N. A. Brasília: Novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, A. (Org). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996. 250 p.

_____; _____. Território da Violência. In: PAVIANI, A; FERREIRA, I. C. B; BARRETO, F. F. P. (Orgs). **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2015. 379 p.

FIGUEIREDO, P. O. **A violência urbana e suas vítimas**. Exposição em painel (E4) do CE-III/ 1993.

GDF. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Violência diminui em Ceilândia em 2019**. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/violencia-diminui-em-ceilandia-em-2019> Acesso em: 16 mar. 2021.

GDF. Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão. CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD)**, 2011. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/17pesquisa_distrital_amostra_domicilios_df.pdf/63528fda-697e-4dc4-ac8f-0b4a52d62b30 Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD)**, 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2013/> Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD)**, 2015. Disponível em:

<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2015-em-processo-de-reponderacao/> Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. CODEPLAN.
Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), 2018. Disponível em:
<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/> Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. CODEPLAN.
Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – Ceilândia (PDAD), 2018.

_____. CODEPLAN.
Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – Resultados por grupos de renda (PDAD), 2018.

GONZALES, S. F. N. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, A. (Org). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 392 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. New Left Review, n. 53, 2008. Tradução Jair Pinheiro. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jun./dez. 2012.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo** [recurso eletrônico]: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas / Pablo Silva Lira. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

MACEDO, A. C. et al. **Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil**. Trabalho apresentado como Comunicação Coordenada no VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Salvador, Bahia, 2000.

MASCARÓ, J. L. **Infraestrutura urbana para o século XXI**. Porto Alegre: Masquatro, 2016.

MINAYO, MCS. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p.

OLIVEIRA, T. M. G. **A erradicação da Vila IAPI: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília** / Tony Marcelo Gomes de Oliveira – Brasília: Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.

_____. **Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas...** Univ. Hum., Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 49-76, jan./dez. 2008.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Prevenção da Violência.** 2014.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização/** Aldo Paviani. _ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 168p.; 22cm _ (Coleção Brasília).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RODRIGUES. A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. In: **Cadernos Metrôpoles**, N. 12, pp. 9-25, Rio de Janeiro. 2004.

_____. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, E. M (org.). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas.** Chapecó: Argos, 2008.

ROMERO, M. A. B. A violência e as condições degradantes do meio urbano. In: PAVIANI, A; BARBOSA FERREIRA, I. C.; BARRETO, F. F. P (Orgs.). **Brasília: dimensões da violência urbana.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2015. 379 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** – 6. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. – (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, S. M. **Homicídios em Porto Alegre, 1996:** análise ecológica de sua distribuição e seu contexto socioespacial. 1999. 126 fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

STEINBERGER, M. CARDOSO, A. I. A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado. In: PAVIANI, A; FERREIRA, I. C. B; BARRETO, F. F. P. (Orgs). **Brasília: dimensões da violência urbana.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2015. 379 p.

SPOSITO, M. E. B. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. B; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

VASCONCELOS, A. M. N; COSTA, A. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, A; FERREIRA, I. C. B; BARRETO, F. F. P. (Orgs.). **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2015, 379 p.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa das mortes por violência**. Estudos Avançados 21 (61), 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a09v2161.pdf> Acesso em: 25 outubro 2020.

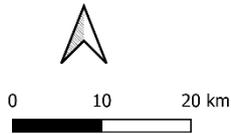
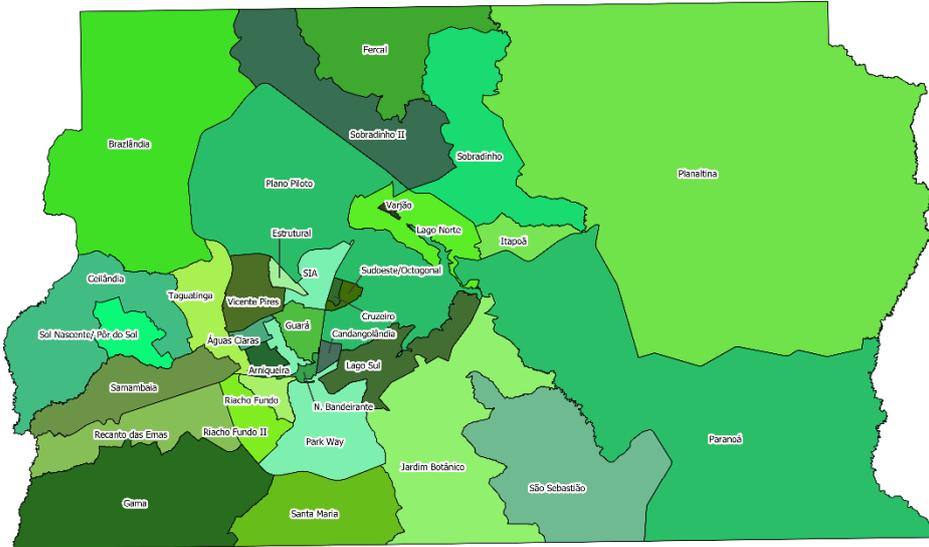
WINZER, L. **Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e taxas de mortes violentas nas Unidades Federativas Brasileiras**. Institute for Population and Social Research Mahidol University – Salaya, Phutthamonthon, Nakhon Pathom – 73170, Thailand, 2016, p.211-217.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999, p. 13-107.

ZANOTELLI, C. L; COUTINHO, L. A. Atlas da criminalidade violenta da Grande Vitória: 1993-2002. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003, p.212-237.

ANEXOS

Mapa Atualizado das Regiões Administrativas do Distrito Federal



Projeção UTM. Datum SIRGAS
2000, Zona 23 S
Base Cartográfica: GeoPortal
Fonte: GeoPortal, 2020
Elaboração: Marcela Santos
Data de elaboração: 23/04/2021

Número	Nome
I	Plano Piloto
II	Gama
III	Taguatinga
IV	Brazlândia
IX	Ceilândia
V	Sobradinho
VI	Planaltina
VII	Paranoá
VIII	Núcleo Bandeirante
X	Guará
XI	Cruzeiro
XII	Samambaia
XIII	Santa Maria
XIV	São Sebastião
XIX	Candangolândia
XV	Recanto das Emas
XVI	Lago Sul
XVII	Riacho Fundo
XVIII	Lago Norte
XX	Águas Claras
XXI	Riacho Fundo II
XXII	Sudoeste/Octogonal
XXIII	Varjão
XXIV	Park Way
XXV	Estrutural
XXVI	Sobradinho II
XXVII	Jardim Botânico
XXXI	Fercal
XXXII	Sol Nascente/ Pôr do Sol
XXXIII	Arniqueira